

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

ROGÉRIO RECH

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E DE PRODUÇÃO
RELACIONADOS ÀS FEIRAS-LIVRES DO SUDOESTE DO PARANÁ**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO

2011

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

ROGÉRIO RECH

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E DE PRODUÇÃO
RELACIONADOS ÀS FEIRAS-LIVRES DO SUDOESTE DO PARANÁ**

DISSERTAÇÃO

**PATO BRANCO
2011**

ROGÉRIO RECH

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E DE PRODUÇÃO
RELACIONADOS ÀS FEIRAS-LIVRES DO SUDOESTE DO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional - Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientador: Dr. Wilson Itamar Godoy .

Coorientadora: Dr^a Hieda Maria Pagliosa Corona.

Coorientadora: Dr^a Nilvânia Aparecida de Mello.

PATO BRANCO

2011

Catálogo na Fonte por Eida Lopes Lira CRB9/1295

R296a

Rech, Rogério.

Aspectos socioeconômicos e de produção relacionados às feiras-livres do Sudoeste do Paraná/Rogério Rech/2011.

Pato Branco. UTFPR, 2011.

123' p. : il. ; 30 cm

Orientador: Prof. Dr. Wilson Itamar Godoy.

Coorientadora: Prof. Dr^a. Hieda Maria Pagliosa Corona.

Coorientadora: Prof. Dr^a. Nilvânia Aparecida de Mello.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco/PR, 2011.

Bibliografia: f. 100 – 107

1. Feiras-livres. 2. Agricultura familiar. 3. Comércio local. I. GODOY, Wilson Itamar, orient. II. CORONA, Hieda Maria Pagliosa. orient. III. MELLO, Nilvânia Aparecida de, orient. IV. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. V. Título.

CDD: (22. ed.) 330

TERMO DE APROVAÇÃO Nº 1

Título da Dissertação

Aspectos Socioeconômicos e de Produção Relacionados às Feiras-Livres do Sudoeste do Paraná

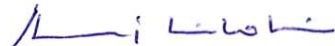
Autor

Rogério Rech


Esta dissertação foi apresentada às 8 horas e 30 minutos do dia 20 de outubro de 2011, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL – Linha de Pesquisa Regionalidade e Desenvolvimento – no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O autor foi argüido pela Banca Examinadora abaixo assinada, a qual, após deliberação, considerou o trabalho aprovado.



Prof. Dr. Wilson Itamar Godoy – UTFPR
Orientador



Prof. Dr. Idemir Citadin – UTFPR
Examinador

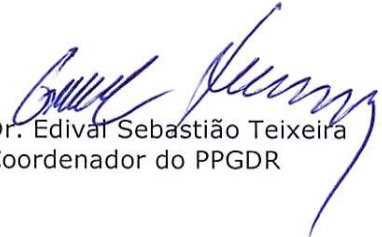


Prof. Dr. Benedito Silva Neto – UFFS
Examinador



Prof. Dr. Ednaldo Michellon – UEM
Examinador

Visto da Coordenação



Prof. Dr. Edival Sebastião Teixeira
Coordenador do PPGDR

RESUMO

RECH, Rogério. Aspectos Socioeconômicos e de Produção Relacionados às feiras-livres do Sudoeste do Paraná. 123f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável), Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2011.

Esta dissertação apresenta aspectos socioeconômicos e de produção relacionados às feiras-livres do Sudoeste do Paraná, comparando os feirantes e consumidores da Associação de Feirantes de Pato Branco-PR (Afepato) com os feirantes e consumidores da Associação dos Feirantes Agroecológicos de Ampére-PR (Afaeco). O estudo mostrou que os feirantes pertencem a categoria da Agricultura Familiar, a partir da análise dos meios clássicos de produção: terra, capital e trabalho. A satisfação dos feirantes da Afepato se estabelece nos vieses econômico e de produção. Os feirantes da Afaeco incorporam a questão social e ambiental às questões monetárias na busca da autorrealização. Os consumidores das duas feiras-livres estudadas buscam um espaço diferenciado de comercialização com produtos frescos, preço baixo, se comparado aos mercados convencionais, e de boa qualidade. Afepato e Afaeco vivem um momento auspicioso, no restante do Sudoeste as feiras-livres apresentam um cenário de fragilidade.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Feiras-livres. Mercado Local.

ABSTRACT

RECH, Rogério. Aspects of social economics and production related to the open air markets on southwest of Paraná state. 103f. Dissertation (Master's Degree in Regional Development) – Program of postgraduate in regional development (Concentration Area: Regional Sustainable Development), Federal University of Technology from Paraná. Pato Branco, 2011.

This dissertation presents socioeconomic and production aspects related to open-air markets in the Southwest of Parana State, comparing vendors and consumers of farmers market association of Pato Branco city (Afepato) to the vendors and consumers of the association of agroecological farmers market of Ampere city in Parana State (Afaeco). The study showed that the vendors belong to the category of family farming, in particular from the analysis of the traditional means of production: land, capital and labor. The satisfaction of the fair Afepato settles bias in economic and production. The farmers market of Afaeco incorporate the social and environmental issues in pursuit of monetary self-actualization. The consumers of the two open-air markets studied seek a differentiated area of marketing with fresh products, low price, compared to conventional markets, and good quality. Afepato and Afaeco live in an auspicious moment. In the rest of the Southwest open-air markets show a picture of fragility.

Keywords: Family Farming. Open air Market. Local Market.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Localização da Região Sudoeste do Paraná. | 34 |
| Figura 2 - Feiras-livres do Sudoeste do Paraná | 59 |
| Figura 3 - Vista Parcial da Asporg Extinta em 2007 | 70 |
| Figura 4 – Inauguração do Mercado do Produtor..... | 71 |
| Figura 5 - Primeira Feira-Livre Realizada no Município de Ampére-PR..... | 74 |
| Figura 6 - Quadro Comparativo a Partir do Uso de Insumos..... | 75 |
| Figura 7 - Prêmio Produtividade..... | 75 |
| Figura 8 - Vista Aérea da Instalação da Cooperativa de Ampére-PR, 1989 | 76 |
| Figura 9 - Assinatura de Convênio Concedendo Incentivos e/ou Barracões em Comodatos as Indústrias no Município de Ampére-PR na Gestão Flávio Penso..... | 78 |
| Figura 10 - Participação do Município de Ampére-PR no VI Congraçamento Sudoestino Realizado no Município de Realeza-PR. | 79 |
| Figura 11 - Construção de uma Mandala na Feirante GS. | 84 |
| Figura 12 - Área das Propriedades dos Feirantes. | 86 |
| Figura 13 - Unidades de Mão de Obra..... | 87 |
| Figura 14 - Percentual da Renda da Feira-livre no Conjunto das Atividades..... | 88 |
| Figura 15 - Percentual Representativo do Autoconsumo no Conjunto das Atividades..... | 89 |
| Figura 16 - Nível de Escolaridade dos Feirantes. | 90 |
| Figura 17 - Nível de Escolaridade dos Consumidores. | 92 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1- Estabelecimentos Agropecuários em Pato Branco -PR..... | 54 |
| Tabela 2 - População Ocupada em Pato Branco..... | 55 |
| Tabela 3 - Estabelecimentos Agropecuários em Ampére -PR..... | 56 |
| Tabela 4 - População Ocupada em Ampére-PR..... | 57 |
| Tabela 5 – Feiras-livres no Sudoeste do Paraná..... | 60 |
| Tabela 6 - Número de Feirantes no Sudoeste do Paraná..... | 63 |
| Tabela 7 – Preferência dos Consumidores..... | 93 |
| Tabela 8 - Quesitos mais Relevantes para os Consumidores | 94 |
| Tabela 9 - Avaliação do Nível de Satisfação do Consumidor..... | 94 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|---|
| AFAECO | Associação dos Feirantes Agroecológicos de Ampére – PR. |
| AFEPATO | Associação de Feirantes de Pato Branco – PR. |
| ASSESOAR | Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural. |
| CFE | Categoria dos Feirantes Especializados. |
| CLAF | Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar. |
| CGC | Categoria dos Guardiões Culturais. |
| COI | Categoria Orgânica e Institucional. |
| COP | Categoria Orgânica Participativa. |
| COOLMEIA | Cooperativa de Produção Ecológica de Porto Alegre. |
| COOPAFI | Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada. |
| CRABI | Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu. |
| CRESOL | Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária. |
| DESAN | Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional. |
| ECA | Escola Comunitária de Agricultores. |
| EUA | Estados Unidos da América do Norte. |
| FACIPAL | Faculdade de Matemática de Palmas-PR. |
| FAO | Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. |
| FETRAF | Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar. |
| FMI | Fundo Monetário Internacional. |
| FPM | Fundo de Participação dos Municípios. |
| GGETESPA | Grupo Gestor do Território do Sudoeste do Paraná. |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano. |
| INFOCOS | Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário. |
| UNIJUÍ | Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. |
| IPARDES | Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. |
| ODA | Organização de Doações Alimentares. |
| ONU | Organização das Nações Unidas. |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar. |
| PPGDR | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. |
| PRONAF | Programa Nacional de Crédito para Agricultura Familiar. |
| PTDRS | Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste do Paraná. |
| PVR | Projeto Vida na Roça. |
| RTF | Remuneração do Trabalho Familiar. |
| RUTF | Remuneração por Unidade de Trabalho Familiar. |
| SEAB | Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. |
| SET | Secretaria do trabalho, Emprego e Economia Solidária. |
| SIM | Serviço de Inspeção Municipal |
| SIP | Serviço de Inspeção do Paraná. |
| SUASA | Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. |
| STR | Sindicato dos Trabalhadores Rurais. |
| UNICAFES | União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e |

| | |
|-------|---|
| | Economia Solidária. |
| UPVF | Unidade de Produção e Vida Familiar. |
| UTF | Unidade de Trabalho Familiar. |
| UTFPR | Universidade Tecnológica Federal do Paraná. |
| VBP | Valor Bruto de Produção. |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1.1 APRESENTAÇÃO..... | 11 |
| 1.2 OBJETIVOS..... | 18 |
| 1.2.1 Objetivo Geral..... | 18 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos..... | 18 |
| 1.3 METODOLOGIA..... | 18 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 26 |
| 2.1 AGRICULTURA FAMILIAR | 26 |
| 2.2 A ORIGEM DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NO SUDOESTE DO PARANÁ..... | 32 |
| 2.3 AGROECOLOGIA NO SUDOESTE DO PARANÁ..... | 39 |
| 2.4 AS FEIRAS-LIVRES | 44 |
| 3 SUDOESTE DO PARANÁ E AS FEIRAS-LIVRES: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS..... | 49 |
| 3.1 CARACTERIZAÇÃO DE PATO BRANCO-PR E AMPÉRE-PR..... | 53 |
| 3.2 AS FEIRAS-LIVRES NO SUDOESTE DO PARANÁ..... | 58 |
| 3.3 ANÁLISE DE POTENCIALIDADES E DESAFIOS DE EXPANSÃO DAS LIVRES DO SUDOESTE DO PARANÁ..... | 64 |
| 3.4 O HISTÓRICO E O ESTRUTURAL DA AFEPATO..... | 66 |
| 3.5 O HISTÓRICO E O ESTRUTURAL DA AFAECO..... | 73 |
| 4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS: COMPARATIVO ENTRE AFEPATO E AFAECO..... | 82 |
| 4.1 ASPECTOS ECONÔMICOS E DE PRODUÇÃO: UM COMPARATIVO ENTRE AFEPATO E AFAECO..... | 86 |
| 4.2 ASPECTOS DE EDUCAÇÃO SAÚDE E MEIO AMBIENTE: UM COMPARATIVO ENTRE AFEPATO E AFAECO..... | 89 |
| 4.3 O PERFIL DOS CONSUMIDORES DA AFEPATO E DA AFAECO..... | 92 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 96 |
| REFERÊNCIAS..... | 100 |
| APÊNDICES..... | 108 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

As primeiras apropriações e aproximações do tema feira-livre e Agroecologia, por parte do autor, têm origem na participação ainda como feirante no Projeto Vida na Roça (PVR), projeto este, que segundo Duarte (2002), é uma iniciativa de desenvolvimento local da população do campo, localizado inicialmente na comunidade de Jacutinga, município de Francisco Beltrão no Sudoeste do Paraná, e que tem como princípios construir referências de desenvolvimento, na perspectiva das políticas públicas, que superam as lógicas de fragmentação, de descontinuidade e do clientelismo.

Ao fazer sua pesquisa no PVR, Alves (2008) descreve os diferentes momentos desse projeto, mostrando que o conceito de política pública não estava perfeitamente elaborado pela Associação de Estudos e Orientação Rural (Assesoar) que conduzia o projeto. Porém, o entendimento de política pública que se tinha na época estava baseado em algumas características: a) construção de um projeto de desenvolvimento rural endógeno que seria mostrado como um modelo de desenvolvimento ao conjunto dos movimentos sociais da Agricultura Familiar; b) a promoção da autonomia com ações através de projetos que contemplem o conjunto das necessidades humanas; c) o conceito de política pública como o contrário das práticas clientelistas.

A partir das necessidades e das decisões da comunidade local, o PVR foi dividido em quatro dimensões: Educação, Saúde e Saneamento, Lazer e Cultura, e Produção. Nesta última existia a preocupação de produção agrícola sem o uso de insumos químicos, utilizando-se de técnicas de adubação verde e de compostagem, além de uma orientação para o autoconsumo. Korb *et al* (2010) mostram que enquanto a Prefeitura Municipal trazia resultados positivos da coleta de embalagens de agrotóxicos na comunidade, o questionamento era o conteúdo que havia se espalhado na terra. Parecia injusto produzir alimentos limpos só pra o consumo, assim surge a iniciativa de uma feira-livre no Bairro da Cango em Francisco Beltrão-

PR, a partir de um grupo limitado do PVR, produtores descapitalizados buscando uma viabilidade econômica.

A agroecologia foi a opção do PVR, apesar do interesse do poder público local em desqualificar a proposta. Um exemplo disso foi quando a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão priorizou acordos de venda de insumos químicos, através da Associação de Moradores da Comunidade, com objetivo claro de desconstrução da estratégia organizativa, a partir de um discurso e de uma prática de não abolir a compra de insumos, mas torná-los mais baratos.

A construção de estratégias de orientação aos feirantes ficou a cargo da Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (Assesoar), com assessoria da Cooperativa de Produção Ecológica (Coolmeia), de Porto Alegre. Esta última contribuiu em alguns momentos com a sua experiência na comercialização, por ter histórico confiável e originalidade, a sua criação deu-se a partir dos consumidores, evidenciando a existência de demanda por produtos diferenciados de base ecológica.

De certa forma, as primeiras percepções reflexivas do autor se deram por dois vieses: um empírico através da experiência na contabilidade da feira-livre do PVR, e outro da produção escrita, mais alinhavada com a educação e o desenvolvimento apresentados nas revistas da Assesoar nos fascículos: Escola Pública do Campo (RECH, 2000) e Por uma Educação Pública do Campo (RECH, 2004b).

A consequência do interesse pelo tema se materializou na monografia Lato Senso (RECH, 2001) na Faculdade de Matemática de Palmas-PR (Facipal). Trata-se de um estudo comparativo entre a produção orgânica, que aproveita resíduo e não usa componentes químicos, e a produção convencional, que utiliza no processo produtivo, agrotóxicos e adubos químicos altamente solúveis.

Este trabalho foi realizado na comunidade de Jacutinga, no município de Francisco Beltrão-PR, com a cultura do milho, já mostrava que a opção por um sistema agrícola implica em mudanças no uso dos fatores de produção. Os resultados de (RECH, 2001) apontam para o caso estudado que na Agricultura Convencional a produção em sacas e o custo de produção foram maiores, enquanto a utilização de mão de obra foi menor.

Ainda na proposição de compreender a racionalidade no processo de escolha dos produtores por um sistema agrícola a partir dos meios de produção, ocorreu a dissertação *Stricto Senso* intitulada *Análise da Viabilidade da Agricultura Ecológica da Região de Ipê-RS Através da Programação Matemática* (RECH, 2004a), na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí).

Nas condições estudadas de Ipê-RS e Antônio Prado-RS o modelo considerado mais interessante economicamente foi o agroecológico, considerando a terra, o trabalho e o capital utilizados. Quanto a este último quesito a mudança de capital circulante altera a opção pelo sistema. Isto foi objeto de simulação acadêmica e validado pelos produtores. Em números, de forma aproximada, percebe-se que até R\$ 1.000,00, os produtores estudados estavam desprovidos de recursos e não compravam os insumos. Entre R\$ 1.000,00 e R\$ 8.000,00 de capital circulante anual eles entravam no mercado e trocavam o sistema produtivo pelo sistema convencional. Acima de R\$ 8.500,00 a viabilidade se dava no sistema ecológico de tendência a transformação artesanal, visto que na região estudada existia sobra da feira-livre, próximo a 30% do total vendido, que constituía fonte de autoconsumo ou sendo transformada em doces e sucos.

Essa transformação artesanal em um viés agroecológico se dava em especial porque os produtos da feira-livre da Coolmeia tinham essa qualidade. É relevante dizer, que em pelo menos quatro famílias pesquisadas a opção pela agroecologia se dava também pelo fato de que a entrada no sistema convencional trouxera problemas de saúde, intoxicação com venenos utilizados em especial no tomate e na maçã. Então é prudente dizer que abolir os insumos químicos no processo produtivo não implicava em um retorno a condição inicial de despossuídos de capital, mas que sobras de produção favoreciam a produção agroecológica transformada de forma artesanal, ocupando o mercado da feira-livre em Porto Alegre-RS e outros espaços de comercialização.

O estudo de Rech (2004a, p. 68) mostra que mesmo variando as unidades de mão de obra e de superfície de área útil nas condições estudadas, o sistema ecológico ainda era mais viável economicamente, o que alterava eram os tipos de cultura agrícola. Os convencionais tenderiam a especialização enquanto os

agroecológicos à diversificação. Do ponto de vista de viabilidade econômica o indicado seria a especialização com a uva comprada e industrializada, contratando mão de obra.

No entanto, os produtores da região estudada refutaram esta proposição, consideravam que continuariam plantando uva, porque isso já fazia parte de sua história. Explicavam então da necessidade de produtos para o próprio consumo, e que não teriam interesse em contratar mão de obra permanente, alertando que as sobras da feira-livre eram relevantes na economia familiar, de forma que a especialização traria certo problema no sistema.

O abrir dessa trajetória, um estudo sobre feiras-livres que levasse em conta outros elementos não os estudados em Rech (2004a), se deu a partir do acompanhamento durante dois anos aos feirantes de Ampére-PR e de conversas com a Assesoar. Percebe-se a existência de outros determinantes envolvidos na opção do produtor e do consumidor pela feira-livre. São relações intrínsecas e subjetivas, que Godoy (2005) chama de “sagrado da feira”. Eliade (2008) argumenta em favor de que o sagrado pode ter conotação diferente para cada cultura, define isso como uma questão de relação entre o espaço e o tempo. O ambiente favorável de conversa da feira-livre pode ser sagrado ao feirante e ao consumidor, bem como, a comemoração no dia da feira-livre se revela na exposição de seus produtos. A autora coloca ainda que o rito pelos alimentos é milenar, transpondo a explicação é possível admitir que o consumidor lembre-se de paisagens especiais quando está comprando. Um exemplo disso, pode ser a simples aquisição de um pão feito em um forno à lenha que lembra o sítio da avó, se reportando há um tempo e um local que estão ligados por questões sentimentais.

Prosseguindo na interpretação do sagrado, a feira-livre acrescenta especificidades na questão da comercialização. Percebe-se que entre os produtores além da questão monetária, o dia de feira-livre pode ser um espaço festivo, um momento de rever os amigos e de um ritual que vai desde ofertar um chimarrão, até reforçar as questões da cultura popular, sendo razoável admitir que a sociedade possa ter valores que vão muito além dos aspectos mercadológicos e da monetarização. Barros (2009, p.154) ao estudar a feira-livre de Ibaetetuba no Pará, aborda as diferentes peculiaridades presentes nesse espaço singular, mostrando

que “as pessoas vão à feira-livre para encontrar os amigos, para conversar sobre os mais diversos assuntos, dentre eles religião e política; amiúde, também serve como local para divulgar segredos alheios, e até para conquistar namorado(a)”.

Nas feiras-livres estão presentes os “guardiões culturais”, um termo ainda em adequação que descreve aqueles que mantêm as sementes (animais e vegetais) guardando ainda receitas e comportamentos típicos que diferenciam este espaço de comercialização, com encontro direto entre produtores e consumidores a partir de notáveis saberes que produzem diferentes sabores.

Justifica-se então o tema de estudo, feira-livre está na agenda de discussão das alternativas de comercialização na Região Sudoeste do Paraná. A opção pelo uso do termo “região” tem por base a distribuição geográfica do IBGE e do Iparde e pelo fato do mestrado ser em Desenvolvimento Regional e não Desenvolvimento Territorial. O termo território será utilizado nessa dissertação, apenas quando se referir ao Grupo Gestor do Território do Sudoeste do Paraná (GGETESPA) que desenvolve ações também para a região.

O GGETESPA é composto por vinte e quatro organizações governamentais e doze não-governamentais sendo responsável pelas estratégias de desenvolvimento do Território do Sudoeste. Este grupo traz a feira-livre como pauta de agenda. Na construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudoeste do Paraná (PTDRS, 2007), aponta-se a necessidade da construção de estratégias para garantir o espaço das feiras-livres nos municípios. O documento afirma ser necessário mobilizar e estimular a construção de sistemas de abastecimento local, feiras-livres municipais e cooperativas de consumidores, articuladas em rede, contemplando ações que estudem e mapeiem produtos e demandas, além de produzir um conhecimento reflexivo desta atividade, nesse sentido é que a presente dissertação pode contribuir, pois pretende-se identificar possíveis cenários para as feiras-livres da Região Sudoeste.

Do ponto de vista mais formal, a pertinência da pesquisa se dá, também porque o tema feiras-livres representa a possibilidade de um estudo que vá além da viabilidade econômica, o que se vincula aos propósitos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR, 2010) que propõe em suas justificativas que se compreenda o desenvolvimento regional “para além de uma

perspectiva meramente pragmática, focada exclusivamente no desenvolvimento econômico e determinada por limites administrativos e legais”. Sugerindo que se deve levar em conta a história que identifica um agrupamento humano, bem como as características geoambientais, econômicas e sociais que têm eco quando se estuda o perfil dos produtores.

Ainda na pertinência do tema, ele pode compor uma aproximação entre os diferentes saberes. Barros (2009) diz que tem havido um afastamento entre o modo de produção do conhecimento típico da sociedade industrial – nas universidades e instituições de pesquisa – e a lógica da criação de saberes das sociedades tradicionais.

Ao se considerar que as políticas desenvolvimentistas tornaram a agricultura sudoestina um espaço de reprodução do capital, a qual passa ocupar a posição de produzir e vender matéria-prima de baixo valor agregado e comprar manufaturados, este trabalho apresenta uma antiga forma de comercialização – feiras-livres – dada a necessidade de se produzir estudos que possam contribuir para a construção de novas estratégias e perspectivas para grupos menos favorecidos.

Os cenários, dizem respeito às incertezas e perspectivas de futuro para os feirantes e consumidores da Região Sudoeste do Paraná, pela restrição cada vez mais acentuada aos espaços diferenciados de comercialização. Este primeiro cenário, desfavorável aos feirantes, se estabelece com o desenvolvimento da sociedade moderna. Giddens (2002) identifica-a com instituições e modos de vida estabelecidos na Europa depois do feudalismo, e que somente no século XX tornaram-se mais globais. Pelo menos dois hábitos globais são aqui identificados, o primeiro de um mundo mais industrializado que consome alimentos pré-cozidos em detrimento dos produtos *in natura* e o segundo da organização de cidades com restritas praças, calçadas estreitas e ruas largas adequadas apenas à automóveis.

A modernidade urbana maximiza o duelo entre os setores hegemônicos e os amplos segmentos marginalizados. Mascarenhas (2008) diz, os primeiros formatam e normatizam, e os segundos se recusam ou são impedidos da participação, ocorrendo assim uma difusão ilimitada dos automóveis e das modernas formas de varejo (sobretudo os supermercados). Além de competir com os

industrializados os feirantes têm outro problema. Michellon *et al* (2007) mostram que na comercialização de hortifrutigranjeiros existe rápido crescimento de redes varejistas. Atualmente, com a grande variabilidade de produtos e tecnologias de conservação, aliado ao tempo cada vez mais restrito na rotina do ser humano, esta forma de comércio tem ocupado espaços antes ocupados pelas feiras-livres, sendo uma possível tendência que estas diminuam com o passar dos anos.

O sonho de consumo nas grandes cidades tem se voltado para o Shopping Center; o que Padilha (2006) chama de Templos de Consumo. Segundo a autora este formato, teve origem nos Estados Unidos da América do Norte (EUA), como tentativa de criar uma nova cidade, artificial é verdade, sem problemas urbanos como trânsito, chuva, sol, pedintes, acidentes, falta de estacionamento nas ruas. Este modelo de consumo norte americano disseminou-se no Brasil.

Nas cidades menores, os supermercados cada vez mais ocupam os espaços de comercialização, oferecem vasta quantidade de produtos, separando o vendedor do consumidor. Isto se reflete quando da opção pela gôndola desprovida de pessoas para o atendimento.

Um segundo cenário, favorável às feiras-livres, se estabelece a partir de um produto diferenciado, “fresco” e de ambiente agradável. Mesmo que os supermercados façam adequações para os produtos identificados como “limpos”, ou seja com secções para os orgânicos, é na feira-livre que se tem essa predominância em especial porque além de “limpos” os produtos são *in natura*, colhidos e comercializados com tempo adequado para que não fiquem murchos. O espaço aprazível das feiras-livres se refere a garantia de perpetuação das relações culturais. Quando Michellon *et al* (2007) estudaram a feira-livre de Paiçandu-PR, concluíram que a disseminação cultural somada a troca de experiências dos atores sociais (rurais e urbanos) confere à feira-livre uma realidade que consegue resistir à modernidade do ar condicionado, das lojas fechadas, vitrines sedutoras e propagandas sofisticadas.

A partir desses cenários tem-se a hipótese do trabalho. Apesar da predominância da rede varejista, ainda existiria possibilidades de expansão nas feiras-livres do Sudoeste do Paraná.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar e analisar as estratégias de comercialização praticadas via feiras-livres, através dos recursos utilizados e suas restrições, da rentabilidade e das relações socioeconômicas entre os atores envolvidos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a importância da feira-livre no conjunto das atividades desenvolvidas, comparando os feirantes da Associação de Feirantes de Pato Branco – PR (Afepto) com a Associação dos Feirantes Agroecológicos de Ampére – PR (Afaeco).
- Conhecer os aspectos econômicos, sociais e ambientais dos feirantes, para identificar a lógica de escolha e o nível de satisfação pela atividade feira-livre.
- Investigar o perfil socioeconômico do consumidor das feiras-livres, identificando os fatores e circunstâncias que os levam a privilegiar este meio de comercialização.

1.3 METODOLOGIA

Mesmo considerando-se que neste trabalho de pesquisa um dos objetivos é analisar a viabilidade econômica, buscou-se não cair no pragmatismo no sentido de que tudo precisa ser necessariamente objetivo. Apesar de não ser precisa a fronteira entre o quantitativo e o qualitativo e de muitas vezes a discussão ser estéril, este trabalho tende fortemente ao segundo, na medida em que se utiliza dos dados estatísticos apenas para abertura de interpretações que serão apresentadas no transcorrer da dissertação.

Do ponto de vista do uso de ferramentas alternativas ao modelo quantitativo, Goldenberg (2003) nos mostra que após 1935, acentuou-se o conflito entre uma sociologia quantitativista, que viria a se tornar dominante nos EUA, e a sociologia qualitativa que se produzia na Escola de Chicago. O trabalho iniciado na Universidade da mesma cidade no departamento de sociologia e antropologia, com diferentes traços de orientação multidisciplinar, legitimou métodos qualitativos de pesquisa sociológica com métodos originais, utilizando cartas, diários íntimos, explorando diversas fontes documentais e desenvolvendo trabalho de campo.

Lüdke & André (1986) citam algumas abordagens que caracterizam uma pesquisa qualitativa: a) o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como o instrumento principal de recolha de informações; b) os dados têm predominância descritiva incluindo entrevistas e depoimentos; c) a preocupação com o processo é maior do que com o produto; d) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial.

Em termos de estudos sobre feiras-livres que já foram validados, e que utilizaram elementos da pesquisa qualitativa, pode-se citar Ângulo (2003) que analisou a dinâmica dos feirantes de Turmalina – MG, Verona (2009) que estudou o perfil dos consumidores da feira-livre de Chapecó-SC, Carvalho (2010) que caracterizou os clientes da feira-livre de Alfenas - MG, Pereira *et al* (2010) que estudaram a importância da feira-livre como canal de comercialização em Umuarama-PR, Michellon *et al* (2010) que percebeu os entraves na organização da feira do produtor em Paiçandú – PR, Barros (2009) que analisou a sociabilidade na feira de Ibaetetuba – PA, Michellon (2008) que ao estudar agricultores feirantes do norte do Paraná discorreu sobre as alternativas para a inclusão socioeconômica, Modenese *et al* (2010) caracterizaram os consumidores das feiras-livres em Jales – SP, ainda Anjos *et al* (2005) que estudaram a dimensão socioeconômica de um sistema local de comercialização em Pelotas–RS, comparando feiras-livres da mesma cidade. Com procedimento similar, Coêlho (2009) pesquisou as feiras-livres dos municípios de Ocara e Cascavel, ambas no Ceará.

A percepção é que essas produções delimitam um universo de observação, em Ângulo (2003) e Michellon *et al* (2007) aparece no título da obra a palavra caso, em conforme, Triviños (1987, p. 133) mostra que entre os tipos de

pesquisa qualitativa característicos, o estudo comparativo de casos é um dos mais relevantes. Goldenberg (2003, p. 33) diz que o estudo de caso historicamente vem de uma tradição de pesquisa médica ou psicológica, e se refere a uma análise mais detalhada de um caso individual.

Transpondo isso para a pesquisa Lüdke & André (1986) corroboram trazendo características fundamentais do estudo de caso: a) estes estudos visam à descoberta; b) enfatizam a interpretação de um contexto; c) buscam retratar a realidade de forma completa; d) usam uma variedade de fontes de informação; e) buscam representar os diferentes e conflitantes pontos de vista; f) usam uma linguagem mais acessível.

Dentro da estratégia, dos autores já citados, que realizaram os trabalhos sobre feira-livre aparecem alguns procedimentos, como questionários semiestruturados, entrevista concomitante, coleta de dados, confrontação entre dados estatísticos e problematizações, entrevistas e pesquisa bibliográfica. Coêlho (2009) ao fazer o estudo comparativo entre feiras-livres, primeiramente buscou saber sobre a existência dessa modalidade nos municípios, depois catalogou os dias de ocorrência, a origem desses produtos e a estimativa de bancas, e por último identificou possíveis apoios das lideranças municipais à realização da feira, optando então por comparar duas experiências em dois municípios com diferentes índices de desenvolvimento humano (IDH).

Michellon *et al* (2007) partem do que chamam diagnóstico com os produtores, posteriormente faz o mesmo processo com os consumidores, com tabelas para identificar seu nível de satisfação. Verona (2009) mostra a importância de se trabalhar tabelas com dados percentuais. Michellon (2010) divide a metodologia em três fases: a preliminar com leituras e coleta de materiais identificando municípios de presença de feira-livre através de informações com instituições, a diagnóstica com pesquisa de campo buscando seus problemas, necessidades, interesses e potencialidades e por fim as avaliações com o cruzamento de dados em encontros entre Agricultores Familiares, entidades públicas, estudantes, membros ativos da sociedade.

Ao serem mais descritivos Ângulo (2003) e Barros (2009), usaram uma estratégia de aproximação, baseada na observação e na participação, buscando

estabelecer um relacionamento próximo e espontâneo, utilizando uma coleta de dados por apontamentos com história oral em alguns casos gravada, histórias de vida e entrevista o que chamaram de roteiro semiestruturado.

Os questionários (semi) estruturados fazem parte dos trabalhos analisados, compõem certo padrão, com perguntas em um viés socioeconômico primeiramente, cotejadas por questões abertas de caráter mais diverso. Posteriormente são colocados em tabelas comparativas com quesitos de satisfação dos produtores e dos consumidores. A aferição de valores aparece com frequência nos estudos apresentados, o que denota não ser conflitivo o estudo de caso e a coleta estatística. Lenoir (2006, p. 1309) define como procedimento misto existindo a possibilidade de utilizar estratégias quantitativas e qualitativas de forma a se complementarem sendo estudados de forma simultânea, e Souza (2009) usa o termo “quanti-qualitativa” ao pesquisar feirantes em Itabaiana-SE.

Assim, a presente dissertação mantém características dos estudos comparativos em Rech (2001) e Rech (2004a) com base no que Triviños (1987) chama Estudo Comparativo de Casos, um enfoque enriquecedor da pesquisa qualitativa, pois esta linha de investigação segue os passos do método comparativo, possibilitando descrever e comparar os fenômenos.

Foram utilizadas três etapas. Na primeira buscou-se um levantamento de existência das feiras-livres no Sudoeste do Paraná, foram realizadas visitas às entidades de classe e prefeituras municipais cotejadas por entrevistas com lideranças que se faziam presentes em eventos regionais da Agricultura Familiar. Algumas dúvidas foram solucionadas por e-mail e telefone, outras com colegas do próprio Mestrado em Desenvolvimento Regional que são técnicos da Emater, confrontando informações onde pairavam algumas dúvidas.

Dada a percepção da relevância dos hortigranjeiros para as feiras-livres do Sudoeste do Paraná e que existiam dados gerais na Secretaria Estadual de Abastecimento (SEAB), buscou-se essa informação. De fato a SEAB tinha um levantamento das prefeituras municipais mas que ainda não estava perfeitamente tabulado, cabendo ao pesquisador essa tarefa.

Ainda na primeira etapa, definiu-se por fazer o trabalho comparativo entre a Afepato de Pato Branco-PR e Afaeco de Ampére-PR. A motivação se deu a

partir de três campos de ação e de compreensão da realidade: o primeiro é de ordem operacional da pesquisa, existiam facilidades de locomoção do pesquisador tanto em Pato Branco-PR quanto em Ampére-PR. O segundo é mais geral, Pato Branco-PR tem o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Sudoeste do Paraná, enquanto Ampére-PR tem um IDH intermediário. O terceiro é mais relativo às feiras-livres, a Afepato além de ter o maior número de feirantes do Sudoeste é uma das mais antigas, a Afaeco tem um número modal de feirantes em relação ao Sudoeste do Paraná, sendo mais recente a sua criação com uma identificação agroecológica.

A segunda etapa se refere as entrevistas (Anexo 01). O questionário foi o mesmo, houve a troca do termo agroecológico usado na Afaeco por orgânico usado na Afepato o que posteriormente será explicado. Na Afepato, houve uma pequena adequação com relação aos feirantes entrevistados. Inicialmente pensou-se em entrevistar todas as famílias (37). No transcorrer do trabalho e a partir de conversas com a Prefeitura Municipal percebeu-se que nem todos os feirantes eram Agricultores Familiares. Alguns inclusive eram urbanos, buscou-se então um caminho, a partir das quatro categorias que são identificadas pela Secretaria da Agricultura, ou seja, carnes, panificação, hortigranjeiros e leite e derivados.

Fez-se então entrevistas dirigidas para 2 representantes das carnes, 2 da panificação, 7 dos hortigranjeiros e 2 do leite e derivados todos denominados por letras maiúsculas que não correspondem as iniciais de seus nomes. Ainda nesse período, optou-se por entrevistar um ex-feirante que segundo os primeiros entrevistados teria informações históricas mais detalhadas da Afepato o que de fato se confirmou.

As entrevistas com consumidores (Anexo 02) da Afepato, partiram da busca de uma amostra significativa, desse modo estimou-se que seriam em torno de quatrocentos consumidores. Usou-se os critérios de Richardson (p. 170) estabelecidos na fórmula $n = ((\Phi \cdot p \cdot q \cdot N) / (E^2 \cdot (N - 1) + \Phi^2 \cdot p \cdot q))$ onde:

n = tamanho da amostra a se procurar, obtendo-se o valor de setenta e três;

Φ = o nível de confiança, neste caso um nível de dois desvios padrões, que correspondem a trabalhar com 95% da amostra;

p = característica pesquisada no universo, no caso 50%, por se tratar de dar proporções iguais já que não se conhece a população;

q = representa os outros 50%;

e = Margem de erro, no caso 4%, como sugere o próprio autor;

N = tamanho da população, no caso uma estimativa dos frequentadores, estabelecida a partir da coordenação da feira em quatrocentos.

Delimitada a amostra (73 consumidores), o procedimento foi escolher o melhor dia para a entrevista, optou-se por um sábado pela manhã porque dentro das informações que já tínhamos a maioria dos consumidores faz compras de periodicidade semanal, se optássemos por fazer em dias diferentes existiria o risco de se entrevistar a mesma pessoa, o que traria constrangimento aos entrevistados. Nesse dia, com apoio de quatro colegas do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UTFPR, uma funcionária da Secretaria da Agricultura de Pato Branco e mais quatro professores da Famper foram feitas as entrevistas.

A etapa dois, das entrevistas, também foi realizada na Afaeco. A opção foi por trabalhar com todos os 16 feirantes. A aproximação foi facilitada porque já tinham uma agenda de reuniões de formação, sendo possível participar de quatro delas agendando então as visitas nas propriedades e fazendo as entrevistas (Anexo 01). Foram feitas várias anotações das falas dos feirantes, e no transcorrer do trabalho a percepção foi de que seria importante entrevistar o ex-prefeito e criador da primeira feira-livre no município de Ampére-PR.

A entrevista com os consumidores (Anexo 02) da Afaeco seguiu os procedimentos da Afepato, estimados 200 consumidores e entrevistados 53. Escolheu-se também um sábado onde oito pesquisadores fizeram o trabalho.

A terceira etapa foi de interpretação participativa dos dados, analisando a bibliografia do geral para o particular. Os dados foram apresentados em especial na Câmara Temática de Produção e Comercialização do Grupo Gestor do Sudoeste do Paraná para possíveis intervenções. Além disso os próprios feirantes foram consultados, além de funcionários da Unioeste, da Assesoar, da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), da Faculdade de Ampére-PR (Famper) além, do Comitê de Orientação do Mestrado para últimas interpretações.

A exposição dos gráficos e tabelas, que descreveu a amostra tanto de produtores quanto de consumidores, utilizou algumas terminologias de análise como a média aritmética, a moda, a mediana, o desvio padrão e o coeficiente de correlação. Silva (1999) diz que a média aritmética é calculada somando todos os elementos e dividindo pelo total de elementos, a moda é o valor que mais se repete e a mediana é o coeficiente que divide a amostra em cinquenta por cento de valor inferior e cinquenta por cento de valor superior. O desvio padrão é o valor que se afasta da média da amostra, por convenção trabalhando com um desvio padrão tem-se sessenta e oito por cento da amostra neste intervalo. O coeficiente de correlação mostra o quanto existe relação entre duas variáveis, se for positivo significa que aumentando uma variável a outra também aumentou, se for negativo mostra que o aumento de uma variável significa a diminuição da outra. Quanto mais perto do módulo “um”, ou cem por cento, maior é a correlação.

A categoria de análise econômica utilizada foi a Remuneração por Unidade do Trabalho Familiar (RUTF). Considera-se uma UTF os adultos acima de dezoito anos, e meia UTF aqueles que têm entre catorze e dezoito anos que trabalham na propriedade. Adaptando-se de Rech (2004a), tem-se: $RUTF = ((PB) - (CI + D + J + RT + S + I)) / (UTF)$ onde:

PB = produção bruta que corresponde o resultado da venda ou do autoconsumo das atividades;

CI = consumo intermediário, que representa o valor dos insumos e serviços destinados ao processo de produção, adquiridos de outros agentes econômicos como sementes, fertilizantes, energia entre outros;

D = depreciação, neste caso, o valor do objeto novo retirando o valor residual, dividindo pela quantidade de anos de uso, um coeficiente anual. Fazem parte da estrutura depreciativa, as máquinas, os galpões entre outros;

J = são as amortizações anuais dos financiamentos;

RT = valor do arrendamento quando houver esta situação;

S = valor pago quando da contratação da mão de obra;

I = Impostos, no caso 2,5% do total das atividades que pagam impostos, todas menos a feira livre;

UTF = unidade de trabalho familiar, uma pessoa adulta trabalhando em torno de 2400 horas anuais.

Ainda na metodologia fez-se a opção em alguns momentos de comparar dados levantados por Aguiar (2007, p 33) na Afepato, porque apesar da autora entrevistar com mais profundidade quinze famílias, sendo seu interesse estudar os desafios do associativismo, como ação posterior, a autora fez um questionário de perfil para os demais feirantes no próprio espaço de comercialização.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Os estudos de Pereira *et al* (2010), Carvalho (2010); Anjos *et al* (2005); Verona (2009) e Coêlho (2009) usam no referencial teórico a questão da Agricultura Familiar através de indícios de que esta categoria contempla os feirantes. No transcorrer de seus trabalhos isso foi validado, em especial a partir dos meios clássicos de produção: terra, capital e trabalho. No primeiro se verifica os minifúndios, no segundo os parques recursos e no terceiro a pouca ou nenhuma contratação de mão de obra.

O conceito de Agricultura Familiar está em construção, com algumas especificidades, o que carece de uma melhor abordagem. Como ferramenta interpretativa tem-se uma análise bibliográfica e interpretativa histórico-lógico-conjuntural. Por histórico se entende a descrição do conceito de camponês e como esse termo foi se alterando para Agricultor Familiar, tendo regionalmente suscitado uma nova terminologia denominada de Unidade de Produção e Vida Familiar (UPVF). O lógico se dá pelo entrelaçar dos meios de produção, como elos históricos que se firmam no conjuntural, entendido aqui como a realidade do Sudoeste do Paraná.

Do ponto de vista histórico, a Agricultura Familiar, segundo Wanderley (1999) não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural, no entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuída, nos últimos anos no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Segundo Silva (1981, p.7) esse debate foi desenterrado no Brasil a partir dos anos oitenta do século passado e ainda compõe os estudos da academia, mas que o princípio de discussão foi a polêmica do desenvolvimento capitalista da agricultura europeia e russa e o destino dos camponeses no final do século XIX e início do século XX.

Segundo Silva (1981) essas divergências aparecem a partir da forma heterodoxa que Kautsky, Lênin e Chayanov deram aos escritos de Marx (1889). No

primeiro as questões comparativas da pequena e da grande exploração, no segundo as mesmas comparações, mas com um viés de estatização dos meios de produção e no terceiro a compreensão de uma diferente lógica camponesa, mais na questão da reprodução familiar e do equilíbrio produção consumo.

Marx (1889), gênese da discussão europeia, sugere que os camponeses seriam uma categoria em extinção, em síntese o resultado das escaramuças do feudalismo e que tenderiam ou a burguesia ou ao proletariado, como únicas possibilidades. Os camponeses “tendo apego exagerado pela terra, são conseqüentemente incapazes de fazer valer seu interesse de classe, em seu próprio nome, quer através de um parlamento, quer através de uma convenção”.

Apenas burguesia e proletariado? Kautsky (1898) apresenta dúvida quanto a esta bicategorização. Apesar do autor concordar com Marx de que a industrialização chegou ao campo, e que isso modificou a vida camponesa, afirmando que “hoje a socialdemocracia cresceu de tal forma que as cidades já não são para ela um campo suficiente; mas, à medida que penetra no campo, choca com essa força misteriosa que já causou tantas surpresas a outros partidos democráticos revolucionários”, discorda no sentido de uma polarização. Acredita que

o político prático cometeria um grave erro se pretendesse considerar os capitalistas e os proletários como os únicos fatores da sociedade atual, desviando o olhar de outras classes [...] O Capital de Marx trata apenas dos capitalistas e proletários, mas em o XVIII de Brumário e na Revolução e Contra Revolução do mesmo autor, ao lado dos capitalistas e proletários aparecem os monarcas, camponeses, pequenos burgueses, burocratas, soldados entre outras. (KAUSTKI, 1898, p. 18).

Ao aderir o conceito de mercadoria em Marx (1848), Kautsky (1898, p. 159) fala em especialização, de modo a garantir que por não estarem desconectados do mercado, e com a indústria chegando ao campo, o camponês que tinha sua própria subsistência e produzia sua própria casa e sua roupa, agora altera sua produção para satisfazer as coisas do estômago e da fantasia, ou seja, produzir o que é mais procurado.

Com essa especialização sobraria às pequenas explorações, segundo Kautsky (1898) certas produções no caso das “culturas complicadas” e difíceis nas quais se exige um cuidado particular, no caso das hortas, da vinha e de certas

plantas industriais, porque usam emprego necessário de crianças e idosos diminuindo horas de lazer.

A grande exploração, comparativamente, é mais eficiente que a pequena, essa também é a opinião de Lênin *apud* Silva (1981, p. 81) que parece concordar com Kautsky, “não temos dúvidas que o livro de Kautsky despertará também na Rússia muitas discussões entre os marxistas; pelo menos quem escreve estas linhas concorda de forma categórica: *Die Agrarfrage* (A Questão Agrária) é uma excelente obra”.

Então onde estariam as divergências entre Kautsky e Lênin que dão indicativos de uma segunda via interpretativa? Os dois acreditam na grande exploração como mais interessante, mas o detalhe é que Lênin torna-se dirigente e protagonista da Revolução Russa de 1917 propondo a estatização da terra enquanto Kautsky mantém a questão da propriedade.

Existem então evidências de que a questão agrária era a base da discussão, Silva (1981) diz que Lênin chama Kautsky de renegado, enquanto este último, mesmo admitindo que haja polarização na agricultura entre a proletarização e a grande exploração capitalista, sugere que isso não é uma lei geral citando as estatísticas da Alemanha e da Inglaterra, já para Lênin isso é uma lei geral.

Lênin é protagonista na discussão sobre a questão da terra, Padilha (2010) diz que ele foi o primeiro autor dentro do Marxismo a pensar de forma mais resoluta a questão camponesa, sendo que influenciou muitos movimentos em todo o mundo pela estatização da terra. Ao assumir o comando político da Rússia em 1917, Lênin coloca sua posição clara com relação ao campesinato, argumenta em favor da necessidade da união entre os operários e camponeses. Acredita de forma determinista a necessidade de romper com as leis de propriedade, segundo ele quando a propriedade agrária começa a se desenvolver, aumenta o emprego da mão de obra e a contradição de classe segue o mesmo fluxo, partindo das velhas formas de posse da terra, uma lei geral, polarizando as classes.

No Segundo Congresso dos Sovietes de toda a Rússia em 1917, Lênin fala aos deputados, operários, camponeses alertando que a terra deve ser entregue aos camponeses. Mas de que forma? Lênin é enfático, ao temer que as propriedades fortaleçam a burguesia, no primeiro decreto sobre a terra diz que fica

abolido, sem nenhuma indenização a propriedade do latifundiário sobre a terra. As propriedades, todas as terras da coroa, da igreja, bem como seu gado ficam a disposição dos comitês agrários, sendo abolido para sempre o direito à propriedade privada sobre a terra que não poderá ser vendida, arrendada, hipotecada ou transferida de forma alguma. Passarão a ser usufruídas por aqueles que nela trabalham sendo que as propriedades de alto nível serão divididas em fazendas modelo para usufruto exclusivo do estado.

Fica evidente a posição de Lênin, abolir a propriedade, distribuir as terras dos latifundiários ao povo russo passando a administração aos comitês agrários. As maiores fazendas ficariam nas mãos do estado, de certa forma a garantir que a burguesia não voltasse ao poder com o apoio camponês, em suma, acredita que os camponeses estão voltados à ganância e que isso traria a polarização entre possuídos e despossuídos inclusive no campo, diferentemente do que pensavam os populistas russos.

É neste viés que se apresenta Chayanov, a terceira via de interpretação heterodoxa dos escritos de Marx. Silva (1981) diz que o maior expoente da última geração de populistas russos dedicados às questões agrárias foi Chayanov, que argumentava em favor de que a produção camponesa não era regida pela lógica capitalista, defendendo o que foi chamado de populismo agrícola, custando-lhe a própria vida.

Chayanov era filho de uma das primeiras mulheres russas a terminar o curso de engenharia agrônoma do Império Russo na Academia Agrônoma de Petrova, mesma escola que Chayanov concluiu seus estudos participando de vários grupos de estudo desde fisiologia de plantas até agronomia social. No último ano do curso (1911) Chayanov já era autor de dezoito trabalhos.

Chayanov trabalhou como ministro da agricultura no período de fevereiro a outubro de 1917, no ano 1921 Lênin recomendou-o para participar no Comitê Estatal de Planejamento da URSS. A partir de 1927 a discussão sobre a diferenciação camponesa torna-se perigosa quando Chayanov argumenta na possibilidade de um cooperativismo sem destruir a individualidade, sendo acusado de perpetuar a propriedade individual e ignorar o marxismo foi preso em 1930 e fuzilado em 1937 aos 47 anos de idade já no governo de Stálin.

As primeiras divergências entre Chayanov e Lênin, aumentam após a morte do segundo já no governo de Stálin. Wanderley (1999) mostra que Chayanov discorda da coletivização estalinista e sugere uma coletivização ao contrário da imposição do estado, uma alternativa à proposta oficial do governo. Chayanov também se diferencia de Kautsky, quando diz que a propriedade camponesa é um fenômeno social e complexo e que, portanto, deve ser estudado, não pelo tamanho da propriedade, mas sim pelas relações econômicas.

A produção agrária não estaria baseada em formas estritamente capitalistas e sim em unidades econômicas não assalariadas alicerçadas no equilíbrio entre o esforço do trabalho e a resolução de demandas de consumo sob um viés demográfico. Em resumo uma justa medida entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho esta é a opinião de Schneider & Martinello (2010) com base em Chayanov.

Atafin (2010) diz que Chayanov trata de outras questões como a composição da família e as implicações no processo produtivo. Existe uma relação entre o número de filhos e a idade dos mesmos, com a capacidade de produção e necessidades de consumo. As famílias com filhos pequenos, que já consomem, mas ainda não trabalham, têm maiores limitações na disponibilidade do fator trabalho do que outra com filhos maiores que já participam do processo produtivo, fazendo que as estratégias sejam diferentes a partir de uma composição demográfica dinâmica: os filhos crescem e participam do trabalho familiar, quando adultos deixam a propriedade para construir suas próprias famílias, são momentos diferentes e a lógica da propriedade se altera. Gazola (2004) mostra a partir de Chayanov, que o equilíbrio entre o consumidor (c) e o produtor (p) que são a mesma pessoa é dado pela equação c/p e quanto mais esse coeficiente se aproxima de 1, menor o grau de auto exploração dos trabalhadores e mais equilibrado o sistema.

Outra questão relevante apresentada por Chayanov (1925, p. 96), é exemplificar as diferenças entre uma empresa capitalista camponesa e uma organização familiar camponesa. O autor mostra que em um empreendimento capitalista com uma colheita de 60 puds (unidade equivalente a dezesseis quilos). mediante 25 dias de trabalho pagando um rublo (moeda russa) por dia e mais 20

rublos de custos têm-se um total de despesas de 45 rublos sobrando um lucro de 15 rublos, com a venda de um pud por um rublo.

Prossegue o autor mostrando que em um empreendimento camponês sem a categoria salário, produzindo 60 puds e vendendo a 1 rublo, gastando 20 rublos, sobram 40 rublos que serão divididos por seus 25 dias de salário resultando 1,60 rublos por dia trabalhado. Dessa forma, o autor complementa que neste exemplo, o empreendimento familiar fica mais vantajoso, pois o salário final passou a ser maior, porém não se pode desprezar o empreendimento capitalista, pois também foi lucrativo. Em um segundo exemplo se a aveia fosse vendida a 0,60 rublos cada pud, o empreendimento capitalista teria um prejuízo de 9,00 rublos, enquanto o empreendimento familiar pagaria 0,64 rublos por dia. Portanto, no sistema familiar se ganha menos e não se tem prejuízo, logo, ainda é vantajoso. Neste caso a perda para o capitalista seria insuportável, pois este sempre busca o lucro. Contudo para o camponês seria plenamente suportável, pois este busca apenas alcançar a sobrevivência.

A contribuição no debate sobre as questões camponesas de Chayanov (1981, p134) se refere principalmente aos meios de produção, em especial a implicação da ausência da categoria salário no sistema agrícola. “Existem categorias econômicas inseparavelmente vinculadas: preço, capital, trabalho, salário, juros e renda. Na ausência de um deles, todos os demais perdem seu caráter específico e seu conteúdo conceitual”.

Wanderley (1999, p. 32) diz que Chayanov tinha a pretensão de conhecer as leis que regiam o funcionamento interno da unidade de produção familiar, suas referências são também de material empírico a partir do grupo da Escola de Organização e Produção do Campesinato Russo. Este estudo, segundo a autora, levou Chayanov a propor que a lógica ou estratégias dos camponeses estão no que chamou balanço entre trabalho e consumo, isto é, entre o esforço exigido para a realização do trabalho (penosidade) e o grau de satisfação das necessidades da família. Chayanov (1974) compara a unidade econômica camponesa em uma correlação entre seu tamanho e a diversidade,

cuanto más pequeña el área de tierra disponible, mayor es el volumen de las actividades artesanales y comerciales, en la unidad económica campesina. Es una empresa en la cual empresario y trabajador se combinan en una sola persona, en la cual se contrata a si mismo, recibe una simple remuneración de trabajo y mide sus esfuerzos en relación con resultados materiales obtenidos (CHAYANOV, 1974 p. 29).

O conceito de camponês apresentado é base para se entender a origem da Agricultura Familiar, Gazola (2004, p. 6) cita Abramovay (1998), para dizer que a Agricultura Familiar de hoje, já foi a Agricultura Camponesa que sofreu uma metamorfose social a partir dos anos setenta do século XX, com transformações técnico produtivas e de entrada no mercado.

Na opinião de Silva (1981, p.3), a partir dos clássicos estudados, são percebidos elementos singulares da Agricultura Familiar que estão sob quatro pilares já descritos: a) utilização do trabalho familiar; b) posse dos instrumentos de trabalho ou parte deles; c) produção direta de parte dos meios de produção para subsistência seja com alimentos para o autoconsumo seja para a venda; d) não é fundamental a propriedade, assim como o proprietário, os arrendatários e os posseiros, podem compor essa categoria.

2.2 A Origem da Agricultura Familiar no Brasil e no Sudoeste do Paraná.

As primeiras experiências agrícolas no Brasil ainda colônia em meados do milênio passado, segundo Silva (1981), estavam voltadas ao extrativismo do pau-brasil e do ouro cotejadas pela experiência portuguesa de certa forma bem sucedida da produção de açúcar em Cabo Verde que fez surgir aqui a primeira grande experiência exportadora a partir de mão de obra escrava.

Grandes extensões de terras foram doadas aos que quisessem se aventurar no plantio da cana no Brasil, com pequenos compromissos se comparados aos poderes, inclusive de usufruir do trabalho escravo. Existiam então duas classes fundamentais: a dos senhores de engenho, ou proprietários, e a dos trabalhadores, composta em larga massa por escravos. Nesse viés interpretativo tem-se “os sobrantes”, Silva (1981, p.16) diz que ainda existiam alternativas para quem não era nem senhor nem escravo e cita algumas possibilidades: a) a primeira sendo saques, assaltos e atividades semelhantes; b) a segunda na indigência e

mendicância; c) a terceira seria a oferta de trabalho aos senhores como serviços de guarda-costas; d) e a quarta a ocupação de pequenas faixas de terras, para extrair o sustento, constituindo no seu entender a origem da pequena agricultura no Brasil.

O Brasil sempre priorizou políticas econômicas que privilegiaram a Agricultura Capitalista, em especial aquelas destinadas a exportação, assim foi com o pau-brasil, a cana de açúcar, com o café e recentemente com a soja que tornaram nossa agricultura exportadora de bens primários e importadora de insumos.

O conceito de Agricultura Familiar é relativamente recente no Brasil, Coêlho (2009) diz que esse período se refere às últimas décadas do século XX, e que anteriormente, era conhecido, de forma até preconceituosa, por “pequena produção”, “pequena agricultura”, “pequeno agricultor”, “agricultura de baixa renda” ou “de subsistência”, pois as populações que dela dependiam, em sua maioria, eram marcadas pela pobreza, vivendo e produzindo em terras arrendadas, utilizando conhecimentos puramente empíricos.

Este recorte histórico também foi feito por Garcia (2009), afirmando que o termo Agricultura Familiar em nível nacional generalizou-se no Brasil a partir dos anos noventa do século passado em função das políticas afirmativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), uma prática compensatória com juros subsidiados desvinculando-se dos grandes proprietários que haviam se beneficiado desde o regime militar pela modernização conservadora com créditos de juros reduzidos.

Como conceito em adequação, tem-se a defesa da Agricultura Familiar como categoria produtiva, do ponto de vista legal, pela lei 11.718/08 já com uma leitura mais flexível da utilização da mão de obra, ampliando inclusive o acesso aos direitos previdenciários e trabalhistas para os trabalhadores rurais e agricultores que vivem em regime de economia familiar, tendo o cuidado de não excluir dos direitos especiais de aposentadoria aqueles que exercem atividades não agrícolas por até 120 dias durante o ano, ou ainda, que por até 90 dias desenvolvem atividades de hospedagem turística ou de artesanatos, também não perdem os direitos especiais, os diretores associados de cooperativas e os agricultores vereadores.

Em se tratando de Sudoeste Paraná (Figura 01) essa é uma das regiões com maior concentração de Agricultores Familiares no sul do Brasil,

localizada à margem esquerda do Rio Iguaçu, fazendo fronteira a oeste com a Argentina e ao sul com o Estado de Santa Catarina.



Figura 01: Localização da Região Sudoeste do Paraná.

Fonte: Divisões Territoriais do IBGE. Organização Prof. Juliano Andres (Unioeste).

Segundo Alves (2008b), as características geomorfológicas e de localização foram essenciais para o modelo de colonização, instalada na região a partir da década de 1940, em uma região de mestiços (caboclos) e índios que não esboçaram resistência ao colonizador. A colonização tinha como objetivo claro, preencher a fronteira com gente e construir uma classe média próspera e dócil com “pano de fundo” na questão da segurança nacional. De tal forma, dois eventos históricos garantiram a estrutura com base na predominância dos minifúndios presentes até os dias atuais, o primeiro na cessão pelo Estado de títulos de pequenas áreas e o segundo na atuação desempenhada pela população na luta dos colonos contra os jagunços das companhias colonizadoras que disputavam as mesmas terras.

São duas formas de economia agrícola que se hibridizaram. A Agricultura do Excedente no Sudoeste e de base cabocla, mesclada com a do imigrante. Boneti (2005) diz que os mestiços (caboclos) aqui existentes na década de quarenta do século XX, desenvolviam uma agricultura de subsistência e venda do excedente como aves silvestres, erva-mate e suínos. A Agricultura de Mercado que se construiu a partir dos imigrantes que mantiveram as culturas para o autoconsumo, mas com um viés também do mercado, entendido aqui como uma produção do agrado do consumidor.

Nas últimas décadas o que se tem desenhado para a Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná são os sistemas integrados e semi-integrados. Segundo Belusso (2010), a integração se constitui em uma estratégia cada vez mais sofisticada, implementada pelas grandes agroindústrias, que vem ampliando seu mercado e conseqüentemente seu lucro. O contrato de parceria “*grosso modo*” tem de um lado um produtor sem capital, mas com a terra e a mão de obra e no outro a empresa que domina o processo de produção e, mesmo não colocando recursos próprios, têm o aval do estado que intermedeia os financiamentos efetuados pelo produtor, mas sem o comprometimento da empresa caso o produtor seja inadimplente. De outro modo, o semi-integrado se estabelece através da compra de insumos e venda do produto, prática comum na exploração do leite e cereais, sendo que essa troca pode ainda ser na forma de produto-insumo, não necessariamente em espécie.

Há que se considerar ainda, toda uma rede de agroindústrias familiares, algumas ainda artesanais de produtos coloniais tais como o queijo, o açúcar mascavo e vinho entre outros, e ainda os dedicados à horticultura e fruticultura que por “conta própria”, produzem e comercializam nos mercados locais, nas residências dos consumidores ou nas feiras-livres.

Fazem parte ainda das discussões sobre a Agricultura Familiar no Sudoeste do Paraná, as questões relativas ao seu alinhamento com a ecologia, a segurança alimentar e a construção de formas organizativas. Temáticas que inclusive buscam criar no campo das possibilidades uma nova denominação para a atividade camponesa, a Unidade de Produção e Vida Familiar (UPVF), termo cunhado pela Assesoar e que já faz parte de alguns convênios entre Assesoar e

UTFPR, câmpus de Dois Vizinhos, além de estar nas páginas da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), do Instituto de formação do Cooperativismo Solidário (Infocos) e da Cresol.

Segundo a Assesoar o termo UPVF contempla o vivenciado desde 1990 nas Escolas Comunitárias de Agricultores (Ecas) e posteriormente no PVR, as razões são basicamente superar a denominação Unidade de Produção Familiar (UPF), em função de seu enfoque economicista, dando base para a abordagem multidimensional.

A Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná pode se colocar na agenda nacional de discussão inclusive com questões mais globais. Um exemplo disso, foi a visita da Presidente Dilma Rouseff em Francisco Beltrão em 2011 para lançamento do Plano Safra Nacional da Agricultura Familiar. Em discussão estavam questões mais gerais como a segurança e soberania alimentar que são evocadas quando se discute Agricultura Familiar. Na segurança alimentar estão os critérios de análise de risco, mais mensuráveis como as probabilidades, na soberania alimentar percebe-se as incertezas de caráter mais amplo e subjetivo.

Evidencia-se a Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná no campo das políticas afirmativas, podendo cumprir com papel decisivo em termos de Segurança Alimentar e Nutricional. O Consea (2008) entende a Segurança Alimentar Nutricional como a garantia de condições de acesso a todos, em quantidades suficientes, sem comprometer outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim para uma existência de uma vida digna.

A segurança e a soberania alimentar como políticas públicas cada vez mais trazem possibilidades à Agricultura Familiar. Um exemplo disso, é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A Lei N. 11.947 no Art. 14 diz que no mínimo 30% (trinta por cento) dos recursos com merenda escolar deverão ser utilizados com gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e dos Empreendedores Familiares Rurais.

O Art. 12 da mesma lei assevera a necessidade do respeito aos cardápios elaborados por nutricionistas “respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se

na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada”.

Evidenciam-se novas formas de tratamento governamental a Agricultura Familiar, um exemplo disso, é o edital de chamamento público nº 001/2010 para seleção de projetos e associações de agricultores visando a execução do programa de aquisição de alimentos. Em seu objetivo geral, percebe-se a intenção de

apoiar, estimular e fomentar iniciativas de produção, comercialização e consumo de alimentos contribuindo para a garantia do acesso ao alimento em quantidade, qualidade e regularidade, gerando renda, promovendo a inclusão social através da compra e doação governamental de alimentos provindos da Agricultura Familiar (SET, 2010).

É perceptível o caráter afirmativo do governo paranaense, enquanto política pública. O mesmo edital garantiu um aporte de R\$ 23.017.500,00 em “todo e qualquer alimento proveniente da Agricultura Familiar que possa ser comercializado através da nota do produtor, sendo que os produtos atestados como agroecológicos ou orgânicos poderão ter acréscimo de preço de até 30%”.

No campo das possibilidades, alguns municípios da região têm se organizado, para cumprir as determinações governamentais para que os produtos da Agricultura Familiar possam chegar aos grandes centros. Como a legislação exige que 30% da merenda escolar seja oriunda da Agricultura Familiar, os grandes centros acabam por não conseguir atender essa demanda.

Para competir nesse mercado, Salgado Filho é um dos primeiros municípios do Sudoeste que busca aderir ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), através de adequações realizadas pelo poder público para as agroindústrias e da informação aos produtores como a Conferência Municipal em janeiro de 2011 no mesmo município cuja reflexão se deu no campo da possibilidade de delegar a execução de atividades de sanidade agropecuária - anteriormente de exclusiva responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - a instâncias estaduais e municipais. Desta forma, produtos inspecionados por serviços estaduais e municipais poderiam ser comercializados em todo o território nacional.

Percebe-se que estes avanços em parte são conquistas das Organizações da Agricultura Familiar no Sudoeste do Paraná. Duarte (2010), cita algumas entidades alinhadas com a Economia Solidária tais como a criação nos anos 1980 do Sistema Cresol - Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, das Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar (CLAF), das Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (Coopafi), as recentes Cooperativas de Habitação Rural e Urbana, tendo esta última a participação de agricultores na sua criação. Tem-se ainda a criação e fortalecimento de movimentos sociais e entidades, como o Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST), da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI) além do movimento dos suinocultores nos anos 1980 e a luta por direitos previdenciários bem como a criação do grupo em defesa das mulheres agricultoras.

Cabe ainda destacar o trabalho histórico da Assesoar, “a mãe das entidades de classe do Sudoeste do Paraná”, a primeira entidade a falar em agroecologia na região. Duarte (2002), diz que é no bojo da Igreja Católica, a partir do trabalho da Juventude Agrária Católica (JAC) que 33 jovens rurais, com o apoio de um grupo de padres, religiosos e leigos, empenhados no bem estar da família dos agricultores familiares do sudoeste criam a Assesoar em 1966. Aparecem como atividades vinculadas à Igreja Católica: a Catequese Familiar (1963), a Juventude Agrária Católica (1964), os Grupos de Reflexão (1968), os Grupos de Adolescentes (1972) e o Movimento de Renovação Litúrgica (1971).

Duarte (2002), mostra que nos anos 1970, surge a crítica à destruição dos recursos naturais e à exploração que se praticava no campo, bem como a forma que os sindicatos dos trabalhadores rurais operavam, centrados unicamente no atendimento médico e odontológico. Sugere que a demanda do sindicalismo recriado a partir de 1978, leva a Assesoar a incorporar, leituras Marxistas da sociedade, misturadas às bases da Doutrina Social da Igreja. Esta mudança leva a um enfrentamento com a hierarquia da igreja na instância diocesana, tensão parcialmente solucionada nos anos 1980, quando a Assesoar se retira do trabalho de cunho pastoral.

Têm-se então outras iniciativas de apoio ao Associativismo: Formação de Associações (1985), Formação das Centrais de Associações (1994) e a

Formação da Coordenação de Associações (1994). Neste período se percebe uma adequação tecnológica e interesse na educação rural com a criação da Escola Comunitária de Agricultores – ECAS (1991), que serviu de base para a reativação das feiras-livres na região da fronteira sudoestina. Segundo os dados da Assesoar (2010), no ano de 1996, as ECAs, atingiram diretamente 329 famílias (1326 pessoas) nos municípios de Ampére, Santa Izabel D'Oeste e Realeza e indiretamente mais 23 comunidades de outros municípios totalizando 3220 pessoas.

Este trabalho realizado pela Assesoar está de conformidade com o que Putnam (1996) chama da formação do capital social tão relevante na Agricultura Familiar, o desenvolvimento da cooperação espontânea, práticas colaborativas, questões de desenvolvimento da confiança. Desta forma surgiu o crédito rotativo, em que os agricultores recebiam um recurso e deveriam devolver no ano seguinte passando para outros agricultores com base em contratos não formais, experiência essa que possibilitou o desenvolvimento de uma nova dinâmica na região, com base em relações mais solidárias.

2.3 AGROECOLOGIA NO SUDOESTE DO PARANÁ.

Uma pequena advertência, o que aqui é expresso sobre a Agroecologia tem muito a ver com a dinâmica social do espaço geográfico do Sudoeste do Paraná, em especial a microrregional de Francisco Beltrão-PR. O presente trabalho revisita a questão da Agroecologia, tratando da problemática de enquadramento teórico e metodológico. Esta dificuldade já foi apresentada por Rech (2004a), ao chamar de modelo convencional aquele de culturas com uso de insumos químicos e o agroecológico aquele com base na reciclagem e aproveitamento de resíduos em um conjunto de técnicas inclusive de combate natural à pragas e doenças.

No que se referia à proposta agroecológica em sentido mais amplo, existiam duas concepções diferentes dos produtores entrevistados em Ipê – RS e Antônio Prado-RS: a) os preocupados apenas com o preço diferenciado da produção agroecológica; b) aqueles que tiveram problemas com intoxicação em especial no cultivo da maçã e viam na agroecologia a possibilidade técnica de

manutenção da atividade sendo mais alinhados com a proposta da Coolmeia de Porto Alegre – RS, em um sentido mais político.

O vivenciado no PVR, mostrou duas maneiras distintas de como se concebia a Agroecologia: a) os produtores que buscavam uma nova forma técnica de melhorar o sistema produtivo com a diminuição do uso de insumos. b) os produtores mais históricos acompanhados pela Assesoar. O primeiro grupo alterava a satisfação com algumas críticas ao processo em especial pela dificuldade do trato com plantas daninhas e no trato de doenças nas hortícolas. O segundo grupo não esboçava reclamações pelo maior uso da mão de obra e nem pelos tratos culturais.

Na Afaeco a problemática também aparece: seria coerente e pertinente esse enquadramento de Agroecológicos? Em que pilares isso poderia ser defendido? Essas indagações no campo semântico passam por três possibilidades: a) a Agroecologia como movimento social; b) a Agroecologia como ciência; c) um misto não excludente das duas proposições. Na Afepato o termo Agroecologia não é reconhecido, os produtores e consumidores usam o termo Orgânico para designar os produtos sem veneno, nas entrevistas essa adequação de termos foi necessária. Na microrregional de Francisco Beltrão Orgânico se refere aos produtores que usam técnicas diferenciadas sem insumos químicos mas que podem contratar mão de obra, possuindo grandes propriedades como é o caso da soja orgânica na região da fronteira com a Argentina.

Altieri (1999) diz que a Agroecologia está na gênese dos movimentos sociais, mostrando que o termo é de origem latina, e em seu arcabouço pretende atender simultaneamente as necessidades de conservação ambiental e de promoção socioeconômica dos pequenos agricultores em face de sua exclusão política e social. Almeida (2003) mostra que a Agroecologia tem um “vínculo genético” com os movimentos sociais.

Na Região Sudoeste, a agroecologia se estabelece como alternativa a partir de 1980, pelo trabalho da Assesoar com uma proposta crítica ao modelo da Revolução Verde e do estado como defensor dessa política. O discurso da Agroecologia se confundia com a crítica ao estado autoritário do governo militar colocando-se como estratégia de resistência, uma Agricultura Alternativa.

As entidades de classe do Sudoeste do Paraná como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, setores progressistas da Igreja Católica e do Partido dos Trabalhadores (PT) que na microrregional de Francisco Beltrão se originaram especialmente do espaço rural, discursam a partir de 1980, que a proposta agroecológica só teria sentido em outro tipo de sociedade.

Apesar dos inúmeros avanços na produção agroecológica e do fortalecimento e empoderamento dos agricultores da Região Sudoeste do Paraná, o que ocorre é o descrito por Almeida (2003), em que “ as aparentes virtudes teóricas e morais evocadas na agroecologia não foram ainda suficientes para alçá-la a um lugar de maior consideração e destaque no interior da agricultura e da sociedade brasileira”.

O que ocorre é que o isolamento da proposta agroecológica fortaleceu aos grupos hegemônicos. Assim foi no PVR, no Assentamento Missões e outras iniciativas na microrregional de Francisco Beltrão, sempre interrompidas por propostas “mais atrativas” com aval dos governos locais. Onde houve composições como em Francisco Beltrão-PR entre Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o PT, os dirigentes que assumiram a secretaria de agricultura difundiram a proposta, mas ao saírem de suas propriedades sufocaram as referências produtivas.

Nos anos iniciais do século XXI, as universidades regionais despertam para o debate da Agroecologia, assim foi com a Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste) na participação de projetos de desenvolvimento da Agricultura Familiar mais na posição de retaguarda ainda como aspiração de movimento social. Aos poucos os próprios embates internos trouxeram uma outra possibilidade, que é colocar a Agroecologia no campo da ciência, pois assim, justificaria a entrada das universidades públicas no processo. Aos poucos a Unioeste também começou a se preocupar com a questão mais técnico-produtiva, surgindo orientações para o trabalho aproveitamento de resíduos e seu estudo com agricultores em laboratórios como o Projeto Vargem Bonita em Ampére-PR com formação em alternância, jovens agricultores vão à Unioeste conhecer os laboratórios e ao mesmo tempo usam a compostagem na propriedade, auferindo e validando os resultados.

As Universidades Regionais vão incorporando discursos mais globais da Agroecologia como ciência, o proposto pelos clássicos como Gliessman (2001);

Khatonian (2001) e Altieri (1999). Altieri (1987) citado por Almeida (2003) fala dos aspectos técnico-científicos da agroecologia, quando, por exemplo, se faz referência ao “estudo de fenômenos puramente ecológicos que ocorrem nos campos dos cultivos agrícolas, tais como as relações predador/predado, ou a competição de cultivos e invasoras”. Essa parece ser a intenção das universidades, discutir no campo científico como objeto de estudo, método, delimitação do problema, testagens, experimentação, demonstração, validação e disseminação da proposta.

Caporal (2005) define a Agroecologia como a “ciência que nos ajuda a articular diferentes conhecimentos científicos e saberes populares para a busca de sustentabilidade na agricultura”. Ainda, segundo ele, “situa-se no campo da complexidade, razão pela qual exige um enfoque holístico (ver o todo) e uma abordagem sistêmica (relações entre as partes) para o desenho de agroecossistemas mais sustentáveis e complexos”. Reforçando a cientificidade da Agroecologia, Almeida (2003) diz que não é simplesmente negando a velha ciência e recusando-se ao jogo político no campo científico que a Agroecologia chegará a se afirmar ou se generalizar, por ora está longe de adquirir a força do modelo que ela pretende substituir.

Duarte (2010) ao analisar a questão da Agroecologia como ciência a partir do Sudoeste do Paraná, questiona a respeito das implicações teóricas e políticas que são evocadas ao colocá-la no campo da ciência, questionando qual seria seu método, seu objeto, sua relação com outras ciências e sua especificidade? Mostra que a ecologia já dá conta disso, mesmo sendo uma ciência nova, tem um quadro específico e seus instrumentos de validação do conhecimento, com seus recursos próprios de enumeração, observação, descrição e classificação que permitem a formulação de teorias gerais e derivadas de seu campo de estudo, o que ainda não ocorre com a Agroecologia.

Dessa forma a Agroecologia já nasceria como ciência interdisciplinar abarcando a ecologia num viés mais agrícola, a questão é que existem incompatibilidades com a ciência normal, o conceito de ecologia já tenciona as modalidades de conhecimentos disciplinares e pouco relacionais que ao especializarem-se, tendem a perder as referências, em relação ao contexto dos fenômenos estudados. Uma vez configurada como ciência, será “limpa” de uma

série destes componentes, à medida que define seu campo específico, e as universidades terão, obviamente, um peso maior no trato e condução do que se diz científico. Neste caso, um movimento social, com todas as suas abordagens e “heresias” não encontrarão forma de se manifestar através de uma ciência, constituindo outras modalidades.

Em se tratando de Sudoeste do Paraná é possível essa “hibridação conceitual da agroecologia”, um misto entre movimento social e ciência, no primeiro as questões mais políticas no segundo as questões mais técnico-científicas. Descarta-se então o puritanismo para enquadramento pois o projeto social da Agroecologia ainda não se constituiu como válido socialmente e, por outro lado apesar dos esforços das instituições regionais que fomentam a cientificidade para a Agroecologia os resultados ainda são insipientes. Duarte (2010) mostra que para o presente contexto do Sudoeste do Paraná, a Agroecologia se assenta em uma abordagem multidisciplinar, com referências da agronomia, da ecologia e da sociologia, não sendo possível identificar o seu campo próprio. Assim, o que se chama Agroecologia, no momento, é uma espécie de movimento social, que mistura componentes científicos, filosóficos, sociológicos e religiosos.

São posições não excludentes, mas complementares sendo que regionalmente os avanços na Agroecologia dependem da manutenção de graus de autonomia tanto científicos como de movimento social. Para o primeiro cabe resolver as questões técnico-científicas, ou seja, responder as problemáticas da produção sem insumos altamente solúveis adequando, mantendo sementes e fomentando recursos para pesquisa. Ao segundo cabe articular os atores para buscar esses recursos, mantendo a crítica ao modelo hegemônico da Agricultura Convencional, sinalizando no rumo das transformações da sociedade como um todo com base na solidariedade na circulação de bens, especialmente alimentos que são frutos do conhecimento popular. Por fim, seria mais adequado para o momento, ter a Agroecologia no campo das possibilidades da ciência e na afirmação enquanto movimento social. Assim a Afaeco se constitui enquanto possibilidade de uma associação de feirantes agroecológicos.

Em termos de feira-livre a discussão sobre a questão da produção agroecológica é mais acalorada, em especial, porque ao definirem a opção por um

produto diferenciado, o quesito “sem veneno” é um atrativo. Assim, Verona (2009) ao estudar as feiras-livres de Chapecó-SC mostra duas vantagens: a partir do produtor e do meio ambiente, em especial pelo aproveitamento do esterco que é um problema na região por poluírem os rios; e com relação ao consumidor que tem mais uma opção de produtos diferenciados. Em termos de Sudoeste do Paraná existem feiras-livres convencionais e agroecológicas, o mais comum, como descreve Verona (2009), é que apenas uma parte dos feirantes dentro da mesma feira-livre se identificam como produtores orgânicos ou agroecológicos.

2.4 AS FEIRAS-LIVRES

Existem referências de vendas ao “ar livre” nas escrituras bíblicas do início da era cristã. No Evangelho de Marcos no capítulo XI e versículo XV, presente na Bíblia Sagrada (1979, p. 909) têm-se referências de vendas em frente e dentro do Templo, onde Jesus expulsa os vendilhões, em que “havendo chegado ao templo, começou a lançar fora os que vendiam e compravam, derrubou as mesas dos banqueiros, e as cadeiras dos que vendiam pombas”.

De acordo com Souza (2010), estes ingênuos comerciantes buscavam negociar seus excedentes e conseguir os produtos que lhes faltavam. Escolhiam o Templo por ser, um lugar de maior fluxo de pessoas e, conseqüentemente, maior possibilidade de venda, além de proporcionar um evento comercial. Obviamente, aconteciam outros fatos, inclusive obscenos, que não eram do agrado do líder dos cristãos e que oportunizaram a atitude tomada.

A partir de Anjos *et al* (2005, p.16) o recorte temporal é trazido para a idade média, mostrando que o surgimento das feiras-livres nas similaridades que as conhecemos atualmente vem de longa data. Seu surgimento remonta ao aparecimento dos primeiros burgos e à intensificação das trocas comerciais. No continente europeu isso se consolidou a partir do século XI, com o desenvolvimento do comércio no Mar Mediterrâneo e a abertura das rotas comerciais entre o ocidente e o oriente. Os autores prosseguem mostrando que “as origens das feiras-livres estão relacionadas com os encontros periódicos entre produtores e mercadores, que aconteciam em datas fixas e comemorativas: religiosas e profanas, ao longo das

estações do ano”. Por seu turno Marx (1889), ao retratar os processos mercantis mostra que de “maneira aproximada, era o que, com efeito, sucedia nas feiras medievais europeias, onde costumavam encontrarem-se os camponeses e os artesãos para intercâmbio dos respectivos produtos”.

Em termos de Brasil existem registros de feiras-livres ainda no período colonial, segundo Anjos *et al* (2005)

sua origem se confunde com a própria história nacional. Elas se multiplicaram no Brasil Colônia assumindo papéis fundamentais, não só nos primeiros povoamentos, mas também na estrutura da própria organização social e econômica das populações. Uma das primeiras referências sobre feiras-livres no Brasil vem do ano de 1687, quando, em São Paulo, no Terreiro da Misericórdia, oficializou-se a venda de gêneros da terra, hortaliças e peixes. As feiras que mais se assemelhavam às atuais feiras paulistas aconteceram no final do século XVIII, com o desenvolvimento de praças de comércio para o abastecimento dos tropeiros, nas redondezas dos locais de pouso das tropas de gado. A partir de então, as feiras se expandiram por todo o Brasil, desempenhando importante papel no abastecimento urbano dos mais diversos tipos de produtos agropecuários revestindo-se de importância principalmente entre pequenos agricultores (ANJOS *et al* 2005, p.17) .

Existem regiões do Brasil onde as feiras-livres têm maior relevância, Lima 2008, *apud* Coêlho (2009, p. 37) fala do Nordeste Brasileiro, onde a partir do século XVIII tiveram papel importante nos primeiros povoamentos ou vilas, visto que eram os únicos espaços de comercialização dos excedentes. Mascarenhas (2008, p.75) diz que a feira-livre no Brasil constitui uma modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos, herança em certa medida da tradição ibérica, posteriormente mesclada com práticas africanas, estando presente na maioria das cidades brasileiras. Desempenha ainda hoje um papel muito importante no abastecimento e na segurança alimentar da população urbana.

Na opinião de Michellon (2008) o termo que bem cabe às feiras-livres é “tradicional”, em função de seus pontos de venda em locais pré-determinados com bancas ao ar livre havendo uma relação de confiança entre os produtores e os consumidores, em muitos casos com preços acessíveis, podendo haver uma garantia de qualidade, uma vez que são mais frescos e também pelo fato de em

algumas barracas os produtos vendidos serem isentos de agrotóxicos ou outro qualquer produto químico que altere suas características naturais.

Em relação às formas de produção, as feiras-livres podem ser convencionais e ecológicas. Anjos *et al* (2005) afirmam que as feiras-livres convencionais comercializam produtos que correspondem a espaços nos quais os produtos invariavelmente são gerados por meio do uso de insumos modernos (adubos sintéticos e agrotóxicos), com base, portanto, numa agricultura de caráter convencional. Por outro lado, nas feiras-livres ecológicas a base de produção tem como princípio a reciclagem, o uso de adubos verdes, manejo e controle biológico de insetos, e a exclusão do uso de compostos sintéticos. Dependendo de cada município estas duas formas podem ser exclusivas, mas em outros casos em uma mesma feira-livre podem ser encontrados produtos ecológicos e convencionais em um mesmo espaço de comercialização.

Em se tratando de Sudoeste do Paraná, os feirantes via de regra são Agricultores Familiares. Tonini *et al* (2010) mostram que as feiras-livres no Sudoeste do Paraná, são uma alternativa de comercialização de hortigranjeiros e seus transformados além da diversificação produtos da panificação caseira, produtos de origem animal como frangos caipiras, salames, queijos, leite, ovos, carne de suíno, entre outros. Os produtos coloniais, como sugere Dorigon (2008) ao estudar a região agrícola do oeste catarinense, contemplam um híbrido entre ciência e cultura, sendo

processados no estabelecimento agrícola pelos agricultores - os “colonos” - para o autoconsumo familiar, tais como salames, queijos, doces e geleias, conservas de hortaliças, massas e biscoitos, açúcar mascavo, dentre outros. Embora a própria noção de produto colonial ainda esteja em construção, sua imagem está relacionada aos imigrantes europeus e aos seus descendentes, sobretudo os de origem italiana e alemã, que inicialmente se instalaram na Serra Gaúcha em fins do século XIX e que, no início do século XX, migraram para a região Oeste de Santa Catarina, constituindo as “colônias” (DORIGON, 2008).

Quanto à origem e o pertencimento, Dorigon (2008) mostra que

o colonial seria a materialização destes valores sob a forma de produtos tradicionalmente consumidos pelas pessoas pertencentes a este Sítio. Tomando-se, por exemplo, os imigrantes italianos originários do Vêneto, percebe-se a valorização dos produtos consumidos tradicionalmente por estes habitantes ainda hoje na sua região de origem, passando pela Serra Gaúcha, Oeste de Santa Catarina, **Sudoeste do Paraná**, Mato Grosso, chegando até outros estados da região Norte”. (DORIGON, p. 49, 2008). Grifo Nosso.

Nas últimas décadas o termo colonial tem se adequado para outras modalidades, uma delas é o Café Colonial, inicialmente algumas organizações do Sudoeste do Paraná usaram em eventos esse produto quando as próprias agricultoras traziam o produto e recebiam pelo trabalho. Assim foi em universidades como Unioeste, na Cresol e nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Em Francisco Beltrão houve inclusive avanços quando esse produto era ofertado por agricultoras em eventos como as exposições municipais com rentabilidade acima do esperado. Ao mesmo tempo, surgiram nas rodovias espaços mais formais de venda do Café Colonial, em um formato individual.

Os produtos coloniais de origem vegetal têm no Sudoeste do Paraná uma veiculação mais facilitada. Já os produtos de maior valor agregado, de origem animal, vêm sendo objeto de grande embate entre o sistema avaliativo tradicional de sanidade alimentar e os produtores, baseado em uma legislação em parâmetros instituídos sem a participação de agricultores e de consumidores.

Os Agricultores Familiares têm dificuldades de adequação, em especial pelas barreiras sanitárias entre o abatedouro e o espaço de criação sendo que muitas vezes a distância necessária entre os dois é maior que a propriedade. Em se tratando de produtos de origem animal, existe outro entrave que é a questão previdenciária que prevê aposentadoria ao Agricultor Familiar, mas não enquadra o dono da agroindústria, ocorrendo então entre os feirantes uma mistura entre o legal e o clandestino.

Em termos de controle, Schneider (2010) mostra que o estabelecimento da qualidade é, ainda, associada a processos hegemônicos de produção e distribuição de alimentos operados em grande escala pelo sistema industrial. Nessa visão, as práticas tradicionais de produção de alimentos, enraizadas socialmente, vinculadas a uma cultura e um modo de vida específico, são colocadas à margem do setor de produção e comercialização de alimentos. O autor é otimista quanto aos novos cenários afirmando que, “diante dos inúmeros casos de contaminação de alimentos e da crescente revalorização, por parte de consumidores e produtores de alimentos tradicionais, cuja procedência e/ou processo de produção são conhecidos, parecem estar emergindo algumas dúvidas

em relação à adoção das mesmas exigências e ferramentas de controle dos sistemas complexos”.

Diante desse quadro, a maioria dos municípios da Região Sudoeste do Paraná já experimentou a feira-livre como formato peculiar de comercialização, no entanto, o que ocorre, é o descrito por Coêlho (2009, p.13), em que na maioria dos casos a feira-livre passa despercebida pelas administrações municipais, que a encaram como um evento tradicional, mais uma paisagem do município, não merecedora da atenção especial na formulação de políticas ou programas públicos de desenvolvimento, ou de uma legislação mais adequada.

3. SUDOESTE DO PARANÁ E AS FEIRAS-LIVRES: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Na fase inicial desse capítulo optou-se por mesclar dados da bibliografia e da produção da pesquisa. Essa opção é de não fazer uma ruptura na interpretação, e sim buscar informações que possam ser complementares.

A região Sudoeste do Paraná, de acordo com o Ipardes (2010), abrange uma área de 17.060,444 km², correspondendo a 6% do território estadual. Constituída por 42 municípios com destaque para Pato Branco e Francisco Beltrão, em função de suas dimensões geográficas e de maior relevância econômica.

Compõem o Sudoeste do Paraná, os municípios de Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara d'Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola d'Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São João, São Jorge d'Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino.

Sua população de acordo com Ipardes (2010) é de 587.505 habitantes, com uma taxa de urbanização de 59,9%, uma das mais baixas do Paraná. Pato Branco é o único município do Sudoeste do Paraná que alcança um grau de urbanização superior a 90%, condição alcançada por apenas 9,3% dos municípios paranaenses.

A Região Sudoeste desenvolveu uma trajetória de urbanização tão intensa quanto a do próprio estado, porém partindo de uma base inferior. Enquanto o Paraná, em 1970, possuía mais de 36% de sua população vivendo em áreas consideradas urbanas, e em 2000 mais de 80%, o Sudoeste iniciou o mesmo período com um grau de urbanização de apenas 18%, atingindo 60% no ano 2000. Nesses 30 anos de transição, tanto o Estado quanto a Região Sudoeste apresentaram um acréscimo de mais de 40 pontos percentuais. Corona (1999) dividiu os municípios do Sudoeste do Paraná, quanto a urbanização em quatro sub-

regiões: a) urbanizados com taxa de urbanização acima de 65%; b) urbanizados intermediários com taxa de urbanização entre 50 e 65%; c) rurais com população rural acima de 65%; d) rurais intermediários com população rural entre 50 e 65%.

Dessa forma são municípios urbanizados: Ampére; Barracão; Clevelândia; Coronel Vivida; Dois Vizinhos; Francisco Beltrão; Mariópolis; Palmas; Pato Branco e Realeza. São Municípios urbanizados intermediários: Capanema; Chopinzinho; Cruzeiro do Iguaçu; Itapejara d'Oeste; Marmeleiro; Nova Prata do Iguaçu e Pranchita. Pertencentes à categoria dos rurais: Bela Vista da Caroba; Boa Esperança do Iguaçu; Bom Jesus do Sul; Coronel Domingos Soares; Enéas Marques; Flor da Serra do Sul; Honório Serpa; Manfrinópolis; Nova Esperança do Sudoeste e Pinhal do São Bento. Completam a série os rurais intermediários: Bom Sucesso do Sul; Mangueirinha; Pérola do Oeste; Planalto; Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra; Saudade do Iguaçu, Sulina e Verê.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a maioria dos municípios do Sudoeste está em uma posição intermediária, merecem destaque Pato Branco com a terceira melhor posição no *ranking* estadual e Bom Jesus do Sul com a pior posição na Região Sudoeste, com uma taxa de pobreza de 61,2% de sua população, ou seja, pessoas com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo mensal.

A respeito da rede de esgoto e fossa séptica na zona rural, o IparDES (2010), mostra que a posição do Sudoeste é desfavorável em relação ao estado, esta abaixo da média estadual, que já é baixa. A cobertura de esgoto sanitário é de 9,6%, enquanto no Estado este índice é de 13,6%. Apenas nove municípios estão acima da média, num patamar superior, acima de 30%, situam-se Bom Sucesso do Sul, Pato Branco e Renascença. Entre os municípios com grau inferior a média, nove não atingiram 2%.

A pesquisa do IparDES (2004) mostrou que em relação à ocupação, 20,1% dos paranaenses estão envolvidos na agropecuária, enquanto que no Sudoeste estão envolvidos 42,1% do total da população ocupada. Uma situação interessante é que a região apresentou no ano 2000, a menor taxa de desemprego (8,4%) se comparada ao Paraná, por outro lado os municípios que mais têm pessoas desocupadas são os mais desenvolvidos economicamente: Francisco

Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos que concentravam 43,6% dos desempregados da região.

O Iparde (2004) mostra que o Sudoeste Paranaense, tem o menor índice de concentração de terras do estado sendo que 92,8% de seus estabelecimentos possuíam área inferior a 50 hectares e que 90,6% das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas não tinham remuneração salarial, ausência da categoria salário, descrito por Chayanov (1981). Outro detalhe interessante apresentado é que 74,2% dos estabelecimentos ainda possuíam tração animal, índice muito superior ao apresentado pelo estado.

A mesma pesquisa mostra o reordenamento que a região vem passando, em que a pecuária, que representava 47,5% da produção agropecuária do Sudoeste, em 1990, passou a 53,3% em 2001. Nesse processo, merece destaque a ascensão da participação do setor de aves, produto que apresenta o maior valor na produção agropecuária do Sudoeste, que em 1990 representava 20,2% e em 2001 passou a 25,4%.

Merece destaque ainda a batata-doce, que representa 33,9% da produção do estado, o fumo com 15,6% do total e a mandioca com 10,4%. Os incentivos governamentais à fruticultura, segundo o Iparde (2010), tornaram o Sudoeste do Paraná competitivo com a produção de melancia (12,3%), laranja (12,1%), limão (11,9%), pêssego (8,7%) e uva (7,9%) se comparados com o estado.

Uma constatação importante a partir dos dados do Iparde (2004) é que “mesmo que se fale em diversificação da produção e policultura no Sudoeste do Paraná, ainda existe concentração do valor da produção em cinco produtos: aves, milho, soja, suínos e leite, em ordem decrescente de representatividade, que respondem por 79,51% da receita bruta do setor primário regional na agropecuária. Confirma-se em Kautsky (1898) que na pequena exploração, com a industrialização chegando ao campo, existe uma tendência a especialização, sobrando às pequenas explorações atividades mais complexas como o leite.

No campo das “graudezas”, grãos, carnes e leite, nestes últimos anos em especial este último tem o papel mais relevante nas especialidades. Os dados do Iparde (2010), mostram que em 2006, havia 50.128 propriedades no Sudoeste, sendo que destas 29.832 se dedicavam à pecuária leiteira. Informações da

Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão mostram que ao somarmos as bacias leiteiras de Pato Branco e Francisco Beltrão, a produção chegou a 892.124.490 de litros em 2009 (24,45% do Estado). As microrregionais de Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo, que integram a região Oeste, produziram 895.232.585 de litros, o equivalente a 24,53% do total do Estado. Por isso, juntas as três microrregiões do Oeste continuam sendo a maior bacia leiteira do Estado. A diferença pró-região Oeste em relação ao Sudoeste foi de 3.108.095 litros (0,35%), colocando nossa região em segundo lugar no estado. Lannoy (2010), afirma que estamos vivenciando um novo ciclo econômico na Região Sudoeste onde

tanto crescimento e valorização da produção leiteira nos permite dizer que nossa região vive o ciclo econômico do “ouro branco”, a produção da microrregião de Francisco Beltrão passou de 267 milhões em 2006 para quase 523 milhões em 2009, ou seja, um aumento de aproximadamente 256 milhões de litros em três anos (LANNON, 2010).

Reforçando a importância econômica das “graudezas”, segundo o Ipardes (2010) a Região Sudoeste aparece em segundo lugar na produção de suínos; em terceiro lugar na produção de aves e milho; e em quinto lugar na produção de soja, se comparados a produção total do estado.

Com relação à horticultura, a coleta de dados foi dividida em duas microrregiões a de Pato Branco e a de Francisco Beltrão. A opção de separá-las, ocorreu devido ao fato da SEAB ter duas chefias distintas que fazem cada qual a sua tabulação. Outro motivo é comparar as microrregionais, de Pato Branco-PR e de Francisco Beltrão-PR onde estão as feiras-livres objeto estudo.

As informações da microrregião de Francisco Beltrão têm por base dados da pesquisa de campo junto a SEAB. Nos municípios de Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Isabel do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São Jorge, Verê, são produzidas 62.849,00 toneladas na horticultura e 95.658,00 toneladas na fruticultura.

Ao ocuparem áreas menores, a tendência na horticultura e fruticultura é a diversificação, conforme descrito em Chayanov (1981). No levantamento da horticultura na microrregional de Francisco Beltrão foram apontadas as seguintes culturas: Abóbora, Acelga, Agrião Aquático, Alface, Alho, Almeirão, Batata Doce, Berinjela, Beterraba, Brócolis, Cebola, Cebolinha, Cenoura, Chuchu, Couve, Ervilha, Chicória, Feijão Vagem, Moranga, Pepino, Pimentão, Rabanete, Repolho, Rúcula, Salsinha, Tomate.

Compõem o levantamento da fruticultura na microrregional de Francisco Beltrão as culturas: Abacate, Ameixa, Caqui, Goiaba, Laranja, Maçã, Manga, Melancia, Moranguinho, Pera, Tangerina Ponkan, Abacaxi, Banana, Figo, Jaboticaba, Limão, Mamão, Maracujá, Melão, Noz Pecan, Pêssego, Uva. Merecem destaque os municípios de Francisco Beltrão, Salgado Filho e Capanema que apresentam maior produtividade da horticultura e da fruticultura, nesta ordem da maior para a menor produção na microrregional.

Dados da pesquisa de campo junto a SEAB mostram a microrregional de Pato Branco, a partir dos municípios: Bom Sucesso do Sul, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Mangueirinha, Mariópolis, Palmas, Pato Branco, São João, Saudade do Iguaçu, Sulina e Vitorino que produzem juntos 40.290,00 toneladas de produtos da horticultura e 33.365 toneladas da fruticultura. Merecem destaque na produção os municípios de Palmas, Mangueirinha, Chopinzinho e Vitorino

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE PATO BRANCO-PR E AMPÉRE-PR

Escolhe-se Pato Branco-PR e Ampére-PR para comparativos gerais, pelo fato de serem o local de estudos dos casos de feiras-livres. Segundo dados fornecidos pelo Ipardes (2010), Pato Branco tem 539,029 quilômetros quadrados de área, com uma população de 72.373 habitantes, possuindo o maior grau de urbanização da Região Sudoeste do Paraná onde 92,96% da população mora na zona urbana, sendo que 24,91 % de toda população é idosa (65 anos ou mais).

A Tabela 01, mostra a distribuição dos estabelecimentos agropecuários apresentado pelo Ipardes (2010) e as principais atividades econômicas do município.

Tabela 01: Estabelecimentos Agropecuários em Pato Branco-PR.

| Atividades Econômicas | Estabelecimentos |
|--|------------------|
| Aquicultura. | 0003 |
| Horticultura e Fruticultura. | 0064 |
| Lavoura permanente. | 0010 |
| Lavoura Temporária. | 0655 |
| Pecuária e Criação de Outros Animais. | 0347 |
| Produção Florestal de Florestas Nativas. | 0011 |
| Produção Florestal de Florestas Plantadas. | 0006 |
| Produção de Sementes, Mudas e Outras Formas de Propagação Vegetal. | 0010 |
| Total | 1106 |

Fonte: IparDES (2010).

São sessenta e quatro propriedades destinadas à horticultura e fruticultura (5,7%), de um total de mil cento e seis propriedades. Duas atividades econômicas ocupam a maiorias das propriedades a lavoura temporária e a pecuária e criação de animais.

O espaço rural do município produz 61.519 toneladas de soja, 14.760 toneladas de feijão, 44.798 toneladas de milho, 24.886 cabeças de bovinos, 1.643.396 galináceos, 6.810 suínos, sendo o município de maior incremento proporcional de empregos formais na agropecuária do Sudoeste do Paraná.

Com relação ao número de pessoas ocupadas no campo, o IparDES (2010) apresenta os dados que compõem a Tabela 02 mostrando que existem três mil, cento e noventa pessoas (11,6%) ocupadas em Pato Branco com agricultura, pecuária, silvicultura, exploração floresta e pesca de um total de vinte e sete mil, quatrocentos e quatro ocupados no município.

Se compararmos o número de ocupações na agropecuária em Pato Branco com o número de propriedades tem-se um coeficiente de 2,88 pessoas ocupadas em cada propriedade.

Os setores que mantêm um número maior de postos de trabalho são o Comércio, Reparação de Veículos Automotivos Objetos Pessoais e Domésticos (5629 ocupados); Indústria de Transformação (3877 ocupados); Educação.(2090 ocupados); Intermediações Financeiras , Atividades Imobiliárias, Serviços Prestados a Empresas (2051 ocupados).

Tabela 02: População Ocupada em Pato Branco-PR.

| Atividades Econômicas | Número de Pessoas |
|---|-------------------|
| Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e pesca. | 03190 |
| Indústria Extrativa, Distribuição de Eletricidade, Gás e Água. | 00233 |
| Indústria de Transformação. | 03877 |
| Construção. | 02005 |
| Comércio, Reparação de Veículos Automotivos, Objetos Pessoais e Domésticos. | 05629 |
| Alojamento e Alimentação. | 00877 |
| Transporte, Armazenagem e Comunicação. | 01688 |
| Intermediações Financeiras , Atividades Imobiliárias, Serviços Prestados a Empresas . | 02051 |
| Administração Pública, Defesa e Seguridade Social. | 01320 |
| Educação. | 02090 |
| Saúde e Serviços Sociais. | 00951 |
| Outros Serviços Coletivos Sociais e Pessoais. | 01087 |
| Serviços Domésticos. | 02193 |
| Atividades Mal Definidas. | 00213 |
| Total | 27.404 |

Fonte: Ipardes (2010).

Na questão da horticultura e da fruticultura os dados da SEAB colocam o município em uma posição modesta em relação a sua microrregião, 354 toneladas para a primeira e 1066 toneladas para a segunda atividade.

Os dados do Ipardes (2010), mostram que Pato Branco ocupa o terceiro lugar no estado no *ranking* daqueles com melhor índice de desenvolvimento humano (IDH) com o coeficiente de (0,849). Oferece uma gama de funções mais especializadas na área de educação, ciência e tecnologia. A renda *per capita* de R\$17.519,00 ao ano sendo que a taxa de pobreza é de 14,63%. A densidade demográfica é de 130,16 habitantes por quilômetros quadrados.

Enquanto o estado tem uma média de 6,5 de séries concluídas pelas pessoas adultas, em Pato Branco a média é 7,3 com uma taxa de analfabetismo de 6,8% daqueles com 15 anos ou mais. Sinais evidentes de diversificação produtiva, também estão ocorrendo no município com a expansão do setor metalúrgico e eletroeletrônico.

No questão dos serviços, Pato Branco é o único município do Sudoeste do Paraná onde este setor responde por mais de 40% da ocupação, fato que leva a

representar um terço do Valor Adicionado Fiscal (VAF) de toda a Região Sudoeste nessa especificidade.

Em relação à saúde e saneamento, os dados do Ipardes (2004), mostram que o município tem um baixo coeficiente de mortalidade infantil (óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos), abaixo de 10, enquanto a média no estado é de 20,3. Em contrapartida um indicativo precisa ser mais bem estudado é que Pato Branco e Capanema, juntas somam 43% dos óbitos decorrentes do grupo de causas mal definidas na região. Enquanto no Paraná o número de domicílios ligados à rede de esgotos é de 13,6% em Pato Branco é 45,9%, sendo que os últimos dados do Ipardes (2010) já dão em torno de 79% de domicílios ligados aos sistema de esgotos. A coleta de lixo está um pouco acima da média estadual de 97,1%.

O município de Ampére-PR, pertence a microrregional de Francisco Beltrão, segundo o Ipardes (2010), tem 96,751 quilômetros quadrados de área, com 17.308 habitantes, destes 68,13% morando na zona urbana. Produz 10.727 toneladas de soja por ano, 23.100 toneladas de milho, 8.640 de mandioca, 35.690 cabeças de bovinos, 1.047.350 galináceos, 28.324 suínos. A distribuição dos estabelecimentos agropecuários sugerida pelo Ipardes (2010) mostra as atividades econômicas do município como sugere a Tabela 03.

Tabela 03: Estabelecimentos Agropecuários em Ampére – PR.

| Atividades Econômicas | Estabelecimentos |
|--|------------------|
| Aquicultura. | 0008 |
| Horticultura e Fruticultura. | 0028 |
| Lavoura permanente. | 0024 |
| Lavoura Temporária. | 0431 |
| Pecuária e Criação de Outros Animais. | 0840 |
| Produção Florestal de Florestas Nativas. | 0003 |
| Produção Florestal de Florestas Plantadas. | 0014 |
| Total | 1348 |

Fonte: Ipardes (2010).

Destaca-se nas atividades econômicas do município a lavoura temporária (431 estabelecimentos) e a pecuária e criação de outros animais (840 estabelecimentos). Na pecuária destaca-se a produção de leite, o “carro-chefe” da

política pública municipal alicerçada na formação dos produtores e no melhoramento das pastagens.

Em Ampére-PR, têm-se vinte e oito (2,1%) de estabelecimentos ligados a horticultura e fruticultura de um total de mil trezentos e quarenta e oito estabelecimentos, confirma-se o levantado por Perondi (2007) da insipiência dessas atividades no conjunto da agricultura.

Na questão da horticultura e da fruticultura os dados da SEAB, colocam o município em uma posição modesta em relação a sua microrregião, 2027 toneladas para a primeira e 4100 toneladas para a segunda atividade. Com relação a ocupação nas atividades agrícolas a Tabela 04 descreve a situação de Ampére.

Tabela 04: População Ocupada em Ampére-PR.

| Atividades Econômicas | Número de Pessoas |
|---|-------------------|
| Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e pesca. | 2647 |
| Indústria Extrativa, Distribuição de Eletricidade, Gás e Água. | 0026 |
| Indústria de Transformação. | 2179 |
| Construção. | 0472 |
| Comércio, Reparação de Veículos Automotivos, Objetos Pessoais e Domésticos. | 0583 |
| Alojamento e Alimentação. | 0120 |
| Transporte, Armazenagem e Comunicação. | 0279 |
| Intermediações Financeiras , Atividades Imobiliárias, Serviços Prestados a Empresas . | 0079 |
| Administração Pública, Defesa e Seguridade Social. | 0179 |
| Educação. | 0382 |
| Saúde e Serviços Sociais. | 0065 |
| Outros Serviços Coletivos Sociais e Pessoais. | 0085 |
| Serviços Domésticos. | 0502 |
| Atividades Mal Definidas. | 0030 |
| Total | 7.628 |

Fonte: Ipardes (2010).

São 2647 (34,7%) pessoas ocupadas com atividades de origem agrícola de um total de 7.628. Se compararmos o número de ocupações na agropecuária em Ampére-PR com o número de propriedades tem-se um coeficiente de 1,96 pessoas ocupadas em cada propriedade um resultado inferior a Pato Branco.

O Ipardes (2010) mostra que Ampére tem o IDH de 0.793, sendo a renda *per capita* ano de R\$ 10.100,00 com uma taxa de pobreza de 24,82% e de analfabetismo de 10,6%. A densidade demográfica é de 60,80 habitantes por quilômetros quadrados. Em Ampére-PR 28,56% das ocupações estão ligadas à indústria, é o melhor índice proporcional da região sudoeste nesse quesito, ressalta-se na área têxtil a presença de uma empresa que possui mais de 1.000 empregados produzindo em torno de 220.000 peças por mês, além das facções onde se trabalha por conta própria, uma espécie de terceirização no setor dos tecidos.

Segundo o Ipardes (2004), Ampére-PR tem o coeficiente de mortalidade infantil 24,15 preocupando a questão das causas dos internamentos, onde as doenças infecciosas e parasitárias ocupam a terceira causa de internação. O percentual de domicílios ligados à rede de esgoto segundo o Ipardes (2010) é de 38,00%, a coleta de lixo e acesso à água encanada está abaixo da média estadual.

Concorda-se com Corona (1999, p.4) de que a modernização no Sudoeste foi parcial, existem especificidades, Pato Branco-PR é mais urbanizado, tem no setor de serviços a base da economia, e na questão da agricultura uma especialização maior voltando-se para as *commodities* com uma menor significância para horticultura e fruticultura, tendo ainda o maior IDH. Ampére-PR tem no setor da indústria e da agricultura a base da economia, os números do IDH são menos favoráveis, sofrendo ainda com doenças de origem na falta de saneamento. Proporcionalmente em Ampére-PR o número das pessoas ocupadas na agricultura é maior do que em Pato Branco-PR.

3.2 AS FEIRAS-LIVRES NO SUDOESTE DO PARANÁ.

Na microrregional de Pato Branco foram identificadas feiras-livres no município sede, onde funciona nas quartas-feiras e aos sábados, além de Clevelândia e Bom Sucesso do Sul. Na microrregional de Francisco Beltrão foram encontradas feiras-livres no próprio município onde funciona às quartas-feiras e aos sábados e em Salgado Filho, Ampére, Nova Esperança do Sudoeste, Dois Vizinhos, Salto do Lontra, Nova prata do Iguaçu, Realeza, Bela Vista da Caroba, Pérola Oeste, Planalto e Capanema, todas essas de funcionamento semanal.

Estão em processo de extinção as feiras-livres de Mangueirinha e Coronel Vivida, sendo que nessa última os feirantes priorizaram o Mercado do Produtor, um ponto de venda ao lado da rodovia. Em processo de recriação as feiras-livres de Barracão, Flor da Serra do Sul e Palmas, sendo que a primeira a partir do vivenciado na Afaeco, a segunda a partir do Sindicato dos Trabalhadores e a terceira com iniciativa da Prefeitura Municipal e da Emater. Apesar de ser dinâmico o processo de recriação e fechamento (Figura 02) das feiras-livres no Sudoeste do Paraná isso mostra a fragilidade com que elas se constituem.

Na microrregional de Pato Branco, no município de Clevelândia a feira-livre foi criada a partir da Associação dos Produtores de Orgânicos (Aproc), com o apoio da Prefeitura Municipal, Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e atualmente tem nove produtores; em Bom Sucesso a feira-livre existe há dois anos, e dos nove produtores que começaram apenas dois permanecem com o apoio da Emater e da Prefeitura Municipal.

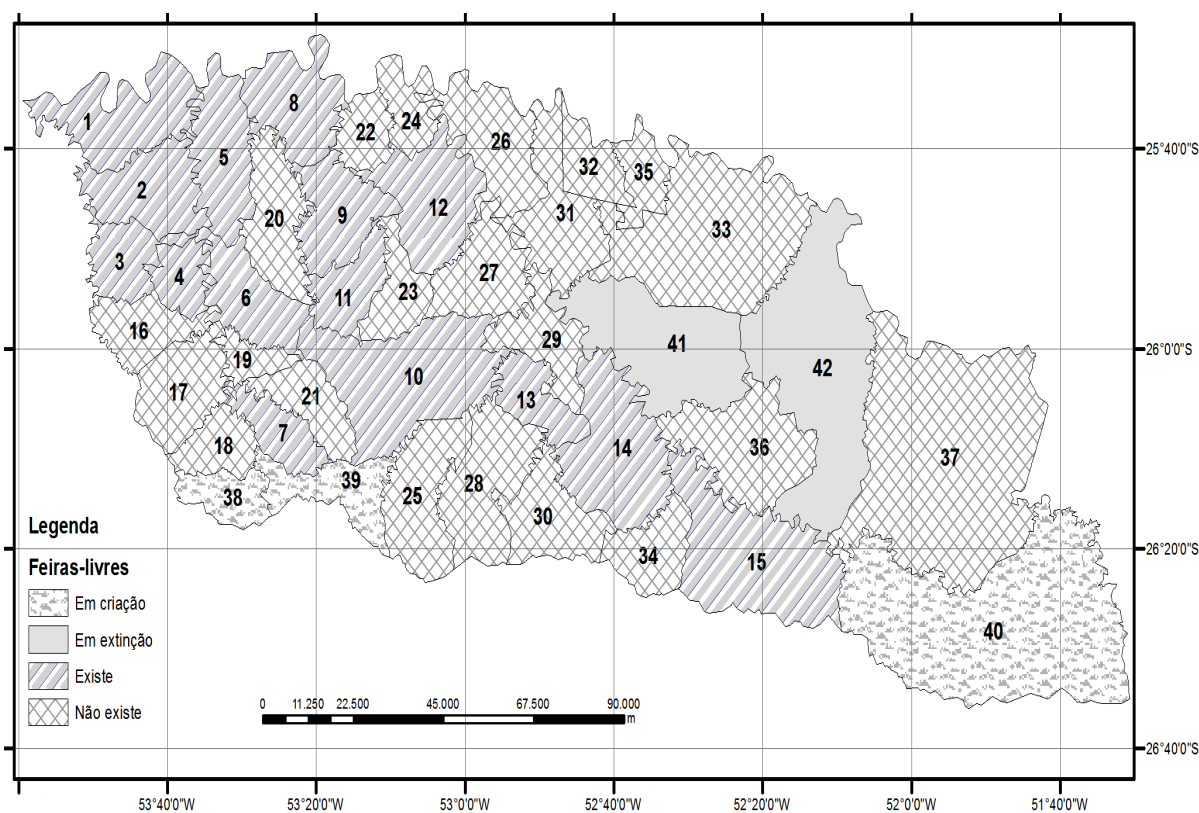


Figura 02 - Feiras-Livres no Sudoeste do Paraná.

Fonte: Divisões Territoriais do IBGE. Organização Prof. Juliano Andres (Unioeste).

A Tabela 05, complementa a Figura 02, trazendo uma legenda para mostrar a existência das feiras-livres no Sudoeste do Paraná.

Tabela 05: Feiras-livres no Sudoeste do Paraná

| Município | Identificação no Mapa | Situação Atual Quanto à Existência de Feira-livre |
|-----------------------------|-----------------------|---|
| Capanema. | 01 | Existe. |
| Planalto. | 02 | Existe. |
| Pérola D'Oeste. | 03 | Existe. |
| Bela Vista da Caroba. | 04 | Existe. |
| Realeza. | 05 | Existe. |
| Ampére. | 06 | Existe. |
| Salgado Filho. | 07 | Existe. |
| Nova Prata do Iguaçu. | 08 | Existe. |
| Salto do Lontra. | 09 | Existe. |
| Francisco Beltrão. | 10 | Existe. |
| Nova Esperança do Sudoeste. | 11 | Existe. |
| Dois Vizinhos. | 12 | Existe. |
| Bom Sucesso do Sul. | 13 | Existe. |
| Pato Branco. | 14 | Existe. |
| Clevelândia. | 15 | Existe. |
| Pranchita. | 16 | Não Existe. |
| Santo Antônio do Sudoeste. | 17 | Não Existe. |
| Bom Jesus do Sul. | 18 | Não Existe. |
| Pinhal de São Bento. | 19 | Não Existe. |
| Santa Izabel do Oeste. | 20 | Não Existe. |
| Manfrinópolis. | 21 | Não Existe. |
| Boa Esperança do Iguaçu. | 22 | Não Existe. |
| Enéas Marques. | 23 | Não Existe. |
| Cruzeiro do Iguaçu. | 24 | Não Existe. |
| Marmeleiro. | 25 | Não Existe. |
| São Jorge D'Oeste. | 26 | Não Existe. |
| Verê. | 27 | Não Existe. |
| Renascença. | 28 | Não Existe. |
| Itapejara D'Oeste. | 29 | Não Existe. |
| Vitorino. | 30 | Não Existe. |
| São João. | 31 | Não Existe. |
| Sulina. | 32 | Não Existe. |
| Chopinzinho. | 33 | Não Existe. |
| Mariópolis. | 34 | Não Existe. |
| Saudades do Iguaçu. | 35 | Não Existe. |
| Honório Serpa. | 36 | Não Existe. |
| Coronel Domingos Soares. | 37 | Não Existe. |
| Barracão. | 38 | Em Criação. |
| Flor da Serra do Sul. | 39 | Em Criação. |
| Palmas. | 40 | Em Criação. |
| Coronel Vivida. | 41 | Em Criação. |
| Mangueirinha. | 42 | Em Criação. |
| Total | 42 | |

Fonte: Divisões Territoriais do IBGE. Organização Prof. Juliano Andres (Unioeste), 2010.

Na microrregional de Francisco Beltrão, destaca-se o município sede com quatro feiras-livres: a Feira do Produtor que completou trinta anos em dois mil e dez e tem vinte e seis produtores no centro da cidade; a Feira-livre do Pinheirinho, que tem apoio da Prefeitura Municipal e da Emater; a Feira-livre do Cristo Rei; e a Feira-livre da Associação dos Produtores Ecológicos do Projeto Vida na Roça em frente da Assesoar. Merecem ainda destaque a Feira-livre de Realeza, de estrutura precária que está sendo repensada com apoio da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e a Feira-livre de Capanema, com mais de vinte anos de existência.

Percebe-se um número maior de feiras-livres na microrregional de Francisco Beltrão. O primeiro motivo é consonante ao descrito por Feres (1990) que mostra que em poucas regiões do Brasil o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foi tão intenso. Por seu turno Abramovay *apud* Aguiar (2007), diz que poucas regiões brasileiras tiveram um trabalho tão profundo e capitalizado pelas CEBs quanto a fronteira do Paraná com a Argentina, garantindo uma certa resistência à Revolução Verde com uma postura crítica frente às novas modalidades produtivas, sendo que Aguiar (2007) coloca as CEBs na gênese do cooperativismo desta região. No trabalho de campo verificou-se ainda o empenho da Cresol, das entidades de classe e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais filiados a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf) e da Assesoar na efetivação da atividade feira-livre. Nas feiras-livres de Capanema, Salgado Filho, Ampére e Planalto existem feirantes que participaram das Escolas Comunitárias de Agricultores (ECAs).

O primeiro motivo é reforçado por Aguiar (2007, p. 42) ao mostrar que historicamente a atuação sindical em Pato Branco, apresenta características conservadoras. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais é considerado de atuação menos combativa. Fundado em 1963 é hoje filiado a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), conhecidas por desenvolverem ações mais assistencialistas, atreladas às difundidas políticas públicas de incentivo financeiro. O presidente dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Pato Branco em entrevista para Aguiar (2007) diz que não vê motivos para extremismos, pois há mais de

quinze anos todas as reivindicações apresentadas ao governo do estado estariam sendo atendidas.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na microrregional regional de Francisco Beltrão são em sua grande maioria filiados a Fetraf e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fomentadores da criação do Partido dos Trabalhadores na região. Aguiar (2007) diz que a Fetraf atua mais nos municípios da fronteira com a Argentina, sendo que os representantes de Pato Branco a consideram como uma vertente desnecessariamente radical. A Fetraf é conhecida por um sindicalismo mais de oposição, combativo e crítico às posturas assistencialistas do estado.

Aguiar (2007) reforça a necessidade de se destacar a importância das CEBs, que eram organizações da igreja católica com objetivos pastorais, dirigidas pelos próprios trabalhadores e que impactaram no desenvolvimento regional endógeno por onde atuaram. Foi um instrumento que fomentou o associativismo na Agricultura Familiar, tinha como motivação o fim da exploração, identificando os exploradores e suas ferramentas. Procuravam reunir explorados ao mesmo tempo em que formulavam formas solidárias de libertação, normalmente com estratégias em longo prazo que se distanciam aos poucos de uma prática assistencialista.

Com relação a Pato Branco, Aguiar (2007) diz que a presença das CEBs foi muito pequena se comparada com outros municípios da região, as pastorais ligadas à igreja católica vincularam-se muito mais a formação de jovens e lideranças comunitárias. O espírito de cooperação e envolvimento limitou-se ao trabalho comunitário em prol da construção de igrejas e pavilhões destinados ao culto e comemorações religiosas.

Uma análise conjuntural do Sudoeste do Paraná, mostra duas situações diferenciadas, a primeira, descrita por Feres (1990), de que nessa região não ocorreu o mesmo processo de expropriação de outras regiões do país e a segunda, com base em Lênin (1917), a chamada tendência à ganância que pode ser verificada em alguns momentos tais como a acumulação de terras por bancos oficiais e comerciantes bem sucedidos. Desse quadro prevaleceu o minifúndio, onde se enquadram os feirantes.

Quanto ao número de feirantes, existe uma variação entre a maior feira-livre da região, que é Pato Branco com quarenta e seis participantes e a menor

em Boa Esperança do Iguaçu com dois participantes (Tabela 06). Destaca-se ainda Francisco Beltrão-PR com quatro feiras-livres e Ampére-PR com duas, sendo a Afaeco que é objeto central dessa dissertação e a feira-livre do Projeto Vargem Bonita nas similaridades do PVR, onde nove produtores ecológicos de uma mesma comunidade comercializam na Famper todas as quintas-feiras sendo orientados pelo CAPA.

Tabela 06: Número de Feirantes nos Municípios do Sudoeste do Paraná.

| Município | Número de Feirantes |
|--|---------------------|
| Ampére - PR (Afaeco). | 016 |
| Ampére -PR (Famper). | 010 |
| Bela Vista da Caroba -PR. | 016 |
| Bom Sucesso do Sul -PR. | 002 |
| Capanema-PR. | 020 |
| Clevelândia.-PR | 005 |
| Dois Vizinhos-PR. | 004 |
| Francisco Beltrão-PR (Assesoar). | 010 |
| Francisco Beltrão-PR (Feira do Produtor). | 030 |
| Francisco Beltrão-PR (Bairro Pinheirinho). | 010 |
| Francisco Beltrão-PR (Bairro Cristo Rei). | 002 |
| Nova Esperança do Sudoeste. | 002 |
| Nova Prata do Iguaçu. | 009 |
| Pato Branco. | 037 |
| Pérola do Oeste. | 010 |
| Planalto. | 007 |
| Realeza | 010 |
| Salgado Filho. | 013 |
| Salto do Lontra. | 006 |
| Total | 219 |

Fonte: Pesquisa de Campo. Sudoeste do Paraná, 2010.

A maioria das feiras-livres tem menos de dez produtores, em geral começam com um número acima de quinze produtores e com o passar de alguns anos esse número é reduzido. Outro fato significativo é que existem hoje duzentos e dezenove feirantes e as estimativas de entidades pesquisadas como Emater, Assesoar, prefeituras e sindicatos é que existam mais de trezentas famílias na região que fazem a venda a domicílio.

3.3 ANÁLISES DE POTENCIALIDADES E DESAFIOS DE EXPANSÃO DAS FEIRAS-LIVRES DO SUDOESTE DO PARANÁ

Percebe-se a efetivação das feiras-livres no Sudoeste no campo mais da resistência e da resiliência do que da política pública, de maneira mais efetiva onde as entidades de classe estão mais presentes. Existe certo consenso entre as instituições que representam a Agricultura Familiar regional de que não se tem políticas específicas para feiras-livres e que os recursos via secretaria da agricultura municipal são ínfimos, em alguns casos a própria prefeitura tem dificuldade de dizer da existência ou não da atividade feira-livre em seu município, além da falta de orçamento específico para a atividade, o que reforça o já exposto por Coêlho (2009) como espaços de comercialização despercebidos pelas administrações municipais.

Outra questão a ser descrita é que os poucos recursos federais nos últimos anos privilegiaram estruturas físicas, do que se denominou Mercado do Produtor, normalmente à beira das rodovias do Sudoeste cooptando feirantes para este espaço de comercialização. Em termos de recursos estaduais e federais algumas instituições públicas como a Unioeste conseguiram repasses via projetos para assessoria de agricultores em especial os agroecológicos, o que por via indireta contemplou alguns feirantes.

Em termos de estrutura física a feira-livre de Pato Branco é a única a contar com uma estrutura que se aproxima do adequado. Em outros municípios, o cenário das feiras-livres ainda são barracos improvisados, muitos deles de lona, falta de banheiros, lixeiros e bancos para descansar, demonstrando que de forma alguma estão na ordem de prioridades. As praças centrais favorecem apenas a automobilidade, o descrito por Mascarenhas (2008). Por outro lado, os feirantes recriam alternativas, como a venda a domicílio, novas formas de otimizar as embalagens, e produtos transformados como, por exemplo, a mandioca descascada ou a batata assada, que agregam mais valor. Em alguns municípios cada vez mais aparecem produtos transformados, ainda com dificuldades para àqueles de origem animal.

Existem iniciativas de ampliação dos espaços de venda para os bairros, nas cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco onde os feirantes se especializaram na atividade. Nos outros municípios existe uma diversidade de

atividades combinando especialmente feira-livre com leite e grãos. A partir de uma entrevista com o Grupo Gestor do Sudoeste do Paraná da Câmara Temática de Produção, Agroindustrialização e Comercialização foi possível identificar a necessidade de estruturar a logística de comercialização visando a acessibilidade dos alimentos ecológicos para a população local.

Essa proposição é motivada pela avaliação de que a busca de mercado externo, como o trabalho da Coopafi que organizou uma estrutura em Curitiba e não obteve resultados satisfatórios. Dentre as alegações, está o fato de que o custo de transporte e estrutura é alto, além do que o processo de certificação na região não consegue avançar. Dessa forma o que a Câmara Temática sugere é o reforço ao comércio local, especialmente a partir de uma lógica não do mercado, mas sim de uma política governamental considerando o alimento orgânico ou ecológico não como mercadoria, mas como bem social passível de incentivos.

Ao adentrar no mercado formal, as cooperativas tiraram a responsabilidade do estado como possibilidade de contribuição na comercialização, os governos colocaram poucos incentivos na produção e os produtores tiveram que buscar seus próprios caminhos na venda. A avaliação é que o GGETESPA irá propor o fortalecimento das vendas locais, nesse caso as feiras-livres, buscando o cumprimento da legislação da merenda escolar além de assessorar os processos de venda direta, o que torna as feiras-livres uma proposta que volta à agenda de discussão. Foram ventiladas algumas possibilidades, em especial um espaço de discussão entre as universidades que respeite as especificidades de cada município.

Dessa forma é possível revisitar sob um olhar mais atualizado, em especial o Congraçamento Sudoestino e a metodologia do Projeto Vida na Roça. Nesta primeira, tem-se a gênese dos fóruns, e foi iniciado pela Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (Facibel), nos anos 1990, a partir da exposição da cultura e da história de cada município imbricadas com a potencialidade econômica que era exposta nos municípios que sediavam o evento. A cada ano havia um rodízio de município sede. Transpondo para o contexto das feiras-livres seria possível utilizar os espaços de discussão já existentes e buscar uma singularidade. Com relação a metodologia mais adequada, faz-se necessário construir relações sólidas de parceria entre entidades, o que foi mostrado a partir do

Projeto Vida na Roça em sua fase inicial. Em tese em um grupo regional sobre trabalhos com feiras-livres, poderiam estar: entidades públicas e de classe, de ensino, pesquisa e orientação e os feirantes, de modo que cada uma se coloque como parte e não acima do problema criando de fato um movimento dos feirantes do Sudoeste do Paraná.

3.4 O HISTÓRICO E O ESTRUTURAL DA APEPATO

Saviani (2007, p.12) diz que a periodização é complexa e controvertida, mas necessária na compreensão e na explicação dos objetos estudados. Assim, a partir das entrevistas com os feirantes fez-se a divisão do histórico da Afepato em três períodos distintos. O primeiro, anterior a 1983, a denominada feira-livre; o segundo, de 1983 até 2000, com a Feira do Produtor; e o terceiro, a partir dessa data até os dias atuais, com o misto entre Feira do Produtor e Mercado do Produtor. Essa constatação deu-se também a partir de fontes escritas, 40 atas, projeto de lei municipal, cópias de estatutos, e informações disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal referentes ao último período.

O feirante LP diz que a feira-livre começou com estímulo a produção de hortaliças, nos anos 1970, por professores das Escolas Rurais que incentivaram a comercialização, culminando com as primeiras vendas na cidade. Aguiar (2007) diz que esse período durou aproximadamente dois anos, sem incentivo, perceberam a falta de viabilidade e só após alguns anos retomaram a atividade. No início eram quinze produtores que saíram à busca de outros interessados em fazer a venda direta.

O documento mais antigo encontrado foi a Lei Municipal nº 334 de 26 de abril de 1979, encontrada com o feirante NP. Esta lei buscava regulamentar a feira-livre. No Art.1 dizia que as feiras-livres destinam-se ao comércio “nível de varejo de produtos hortigranjeiros, cereais, farinhas, biscoitos, produtos de origem animal pré-industrializados, artesanatos e animais vivos de pequeno porte”. O Art. 22 alertava que “depois de descarregados os animais deveriam ser retirados para os locais onde não interrompessem o trânsito e ocasionassem acidentes”.

Poderiam participar da feira-livre, segundo o Art.10 os produtores hortigranjeiros, de artesanato, com terra própria ou arrendada no município de Pato Branco, aceitos mediante inscrição por funcionários da Administração Municipal. O interessado deveria requerer a licença concedida gratuitamente, em petição, no qual declarasse os produtos que iria vender.

O Art.12 é o mais extenso e coloca as obrigações dos feirantes como “tratar com urbanidade e respeito o público em geral bem como acatar as ordens das autoridades encarregadas da fiscalização”. O termo “urbanidade” aparece posteriormente para tratar de respeito mútuo entre os próprios feirantes evitando assim qualquer perturbação.

No Art.12 aparecem outras preocupações como a questão dos preços, e corretas medidas, cuidado com o lixo, uso de aventais e bonés, limpeza e asseio, horário de chegada e saída. Ainda se tem uma descrição de preceitos morais como cuidados com produtos falsificados não “usando qualquer artifício para ludibriar o comprador, sem apregoar algazarra e dizeres ofensivos ao decoro público”.

O estabelecimento do preço era dado por um preço máximo a ser praticado com base em pesquisa no mercado local, de posse desse instrumento buscava-se um valor vinte por cento (20%) abaixo do encontrado na pesquisa, sendo que o Art.13 diz “os preços para os produtos não encontrados na praça, ficariam à lei de oferta e procura”.

Com relação ao início do segundo período, optou -se por 1983 quando da ata de fundação da Afepato. De 1983 até o ano 2000, efetiva-se um processo mais normativo. O Feirante AP diz que aos poucos o espaço deixou de se chamar feira-livre para tornar-se a feira do produtor porque o “espaço não era mais livre, tinha normas para participar”. Esse período é marcado pela força das diretorias, as atas, estatutos e regulamentos mostram a força da coordenação.

O Estatuto da Feira do Produtor de 1985, no Art.1 diz que a Feira do Produtor destina-se à venda, exclusivamente a varejo, de produtos hortifrutigranjeiros, pescados, produtos derivados de leite e de industrialização caseira. Nesse estatuto a definição já é por Feira do Produtor e não mais feira-livre. Outra diferença era que o espaço de comercialização era dado por sorteio das

barracas onde teria o nome do proprietário, sendo a participação obrigatória nos dias de venda.

O Feirante LP diz que havia problemas com vendedores ambulantes, que eram proibidos de entrar no espaço da Feira do Produtor, e que para o bom funcionamento tinha uma comissão. O Art.9 do Estatuto da Feira do Produtor de 1985 assevera que essa comissão seria formada pelo presidente eleito no último trimestre do ano, um representante do executivo municipal, quatro produtores indicados pela maioria da classe, um representante da Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda dois líderes da comunidade Patobranquense interessados no desenvolvimento rural e urbano e um técnico da Emater/Acarpa.

A Ata nº 03 de 1985 diz que os produtores elegeram a segunda diretoria com o escrutínio feito pela extensionista da Emater. Segundo o feirante LP todo ano tinha eleição. Até 1995 mantém-se constantes reuniões de assuntos diversos inclusive eleições.

As discussões dos feirantes se estabeleciam em questões mais operacionais como a tabela de preços, a cobrança e inadimplência das taxas, a falta de higiene de alguns produtores, o excesso de conversa em frente as barracas, as questões de saída antecipada e a falta nas reuniões, punida com exclusão em um dia de venda.

De forma pontual são citadas algumas instituições que participavam e até sediavam reuniões como a Emater, o Sindicatos do Trabalhadores Rurais e o Sindicato Rural, o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) e a Prefeitura Municipal. A ata nº 10 de 1988 coloca como problema a falta de mercadorias e a entrada de feirantes de outros municípios, sendo que a Ata nº 14 de 1989 cria um critério denominado experiência de 60 dias em que o aspirante a feirante ficaria em observação.

A partir de 1990 as reuniões passam a ter um viés formativo inclusive obteve-se um cadastro coletivo dos produtores realizado em 1995 definindo o que cada feirante iria produzir. O feirante AP diz que esse período era complicado em termos de estrutura, chovia dentro das barracas e começou a se intensificar a luta pela efetivação de um espaço adequado. O feirante NP diz que apesar da luta

ser coletiva pelo espaço de comercialização a partir de 1995 as desavenças apareceram com mais frequência.

A partir do ano dois mil tem-se a terceira etapa de funcionamento da Afepato, dois eventos têm maior amplitude: o primeiro da divisão entre os produtores orgânicos e convencionais e o segundo da construção da sede atual, sendo que aos poucos o termo Feira do Produtor vai se adequando para Mercado do Produtor.

Aguiar (2007) diz que no ano 2000 cria-se a Associação de Produtores Orgânicos do Sudoeste (Aprovida) que seguia os padrões de assessoria estatal com o auxílio de prestadores de serviços tais como Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e o instituto Maytenus. Existem dois momentos distintos vivenciados na Aprovida: um onde havia a participação em reuniões com relações mais afetivas entre os sócios e outro de maior competição, uma concorrência que fomentaria as vantagens individuais.

É no seio da Aprovida que surge a Associação dos Produtores Orgânicos e Coloniais (Asporg). Inicialmente eram feirantes com relacionamento precário com a Afepato. Com base do vivenciado na Aprovida, resolveram construir um espaço próprio de comercialização na perspectiva do produto diferenciado para gerar mais renda e qualidade de vida. O Feirante IP diz que a formação da Aprovida era diferente, inclusive em eventos nacionais, e que em 2002 começaram a divulgar na imprensa local as vantagens do produto orgânico, levando também palestras para a comunidade local sobre a temática.

Após seguirem os procedimentos necessários da Aprovida, nove produtores da Asporg, com apoio complementar do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, recebem em 2005 uma concessão por vinte anos para um espaço de comercialização (Figura 03). O processo de criação foi desgastante e moroso, os custos de documentação e autorizações foram caros.



Figura 03: Vista Parcial da Asporg Extinta em 2007.
Fonte: Aguiar(2007, p. 67).

O mercado promissor, apresentado ainda na Aproveida, não se concretiza, o que faz ruir também as relações socioafetivas e o sagrado da feira. Segundo a assessoria da época, a solução encontrada pelos feirantes não foi a correta, “buscavam soluções individuais”, um exemplo citado pelo Feirante IP é a questão da comercialização do tomate. O combinado era que quando da falta do produto, a associação buscava e revenderia, mas na prática produtores individualmente assumiram essa transação. Confirma-se a percepção de Duarte (2010) de que a Agroecologia não é simplesmente uma ciência e sim uma mistura de componentes científicos com questões filosóficas, sociológicas e religiosas e principalmente cooperativistas.

Não restou outra saída aos feirantes da Asporg senão retornar ao antigo espaço de comercialização, um processo muito doloroso. Em 2008, o governo municipal mantém um contato para que o espaço cedido em comodato fosse devolvido a prefeitura em troca da intermediação para que pudessem voltar ao espaço central com os feirantes convencionais. A proposta ainda garantia a construção de um novo espaço mais organizado, neste processo três feirantes acabaram não retornando e desistindo da atividade. Ressalta-se que novamente a intervenção foi feita pelo poder público municipal.

O segundo evento, da construção da nova sede, é que torna a Feira do Produtor ainda mais formal. Segundo a Prefeitura Municipal de Pato Branco (2010) o então prefeito municipal Roberto Viganó, aos dezoito de dezembro de 1987 anuncia a liberação de recursos da ordem de R\$ 608.000,00 para construção do Mercado do Produtor (Figura 04), sendo que desse total R\$ 438.750,00 tiveram a fonte no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e R\$ 169.250,00 com recursos da própria Prefeitura Municipal. No dia 24 de abril de 2009 abre-se licitação aos produtores independentemente de serem associados ou não e no dia 15 de agosto de 2009 ocorre a inauguração.

O Mercado do produtor é composto por 46 boxes (Figura 04), nem todos ocupados, tendo certa rotatividade com a possibilidade da entrada de novos permissionários através de uma licitação pública do espaço, sendo aptos ao processo licitatório todos os agricultores que possuem nota fiscal de produtor rural, mesmo que em alguns casos residam na cidade, mas mantenham o sítio e/ou contrato de arrendamento. Existem os feirantes produtores, os feirantes mistos que produzem e também vendem e o feirantes que apenas comercializam.



Figura 04: Inauguração do Mercado do Produtor.

Fonte: Prefeitura Municipal de Pato Branco. Disponível em: <http://www.patobranco.pr.gov.br/noticias.aspx?id=352>.

A sede da Afepato tem ainda, bancos para os consumidores, além de banheiros, câmaras de segurança e ainda freezer para àqueles que se dedicam a

comercialização de produtos animais. Existe uma *gama* de produtos baseada em frutas e verduras, acrescidas de leite, derivados e embutidos de origem animal, sendo possível também encontrar desde um produto orgânico até um refrigerante, no primeiro boxe é servido o tradicional café com pastel. O espaço de exposição nas gôndolas é muito bem aproveitado, como sugere Coêlho (2009), que diz que nas feiras-livres é permitida a interferência do consumidor na escolha do produto exposto com possibilidades de manuseio, prova e barganha de preços.

Os custos fixos como água, luz, Imposto Territorial Urbano (IPTU), da Afepato são rateados entre os sócios, essa contabilidade é feita por uma funcionária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a licença é conquistada por um lance individual na licitação promovida pela Prefeitura Municipal de Pato Branco-PR. Quanto à periodicidade das reuniões estas são convocadas sempre que necessário, aparecendo frequentemente nos discursos à necessidade de objetividade, “não se pode reunir para qualquer coisa”, implicando em reuniões mais curtas e de pautas estabelecidas pela comissão.

Quanto à forma de pagamento, a Afepato não opera apenas com venda à vista, pois pelo menos três feirantes têm uma caderneta de anotação para as tradicionais vendas a prazo. O caixa é individual, o que permite a concorrência de preços, o mesmo vendedor entrega o produto, recebe o dinheiro e devolve o troco. Essa organização mais individualizada traz algumas dificuldades como a compra de embalagens, a escala é menor e o preço é maior. O feirante AP aponta a necessidade de práticas cooperativistas, nesse caso com o interesse de baixar o preço de compra dos produtos necessários. Cita que ao se filiar às Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (Coopafi), estaria apto legalmente para entrada no mercado da merenda escolar de acordo com a lei N. 11.947 de 2009.

Essa racionalidade já é descrita por Coêlho (2009) ao mostrar que entre os feirantes de Ocara e Cascavel no Nordeste do Brasil, cerca de quarenta por cento (40%) dos feirantes apontam como motivo mais recorrente para se associarem em uma cooperativa é a busca de melhorias, em seguida à necessidade legal de filiarem-se a alguma entidade representativa para conseguir empréstimos do Pronaf.

Dentre os possíveis planejamentos coletivos citados por membros da Afepato, está um “colhe e pague” para produtores que estão perto da cidade e que poderiam vender produtos que seriam buscados pelos próprios consumidores, dessa forma existiria a necessidade de mais produtores e de uma logística que permitisse que o consumidor visitasse mais de uma propriedade em função do que elas produzem. Ainda nas possibilidades coletivas está a necessidade de formação, visto que no momento dois feirantes citaram a dificuldade de capacitação. O que tem ocorrido é uma discussão em grupos menores de dois a três feirantes que acabam por participar de eventos pontuais, além de buscarem momentos diversos para falar da feira-livre, como quando se encontram no bar, ou antes dos cultos dominicais.

Os feirantes esperam que a Prefeitura Municipal ajude a interferir nos problemas mais graves de relacionamento, uma espécie de “apaga incêndio”, o poder que “os de fora” têm para avaliar e propor. Do ponto de vista da Prefeitura Municipal, existe uma falta de sincronia, muitas coisas acertadas não são cumpridas, em especial, a questão da sanidade animal, que apesar da fiscalização, por vezes, se percebe o descumprimento de alguns quesitos. Outra questão conflitante é o gerenciamento, que para a Prefeitura Municipal os agricultores precisariam fazer uma contabilidade com anotações escritas, os feirantes por seu turno alegam fazê-la “de cabeça”.

Assim a Feira do Produtor aos poucos vai se tornando o Mercado do Produtor, o primeiro termo é utilizado ainda pelos feirantes e os consumidores e o segundo faz parte dos acordos escritos mais formais.

3.5 O HISTÓRICO E O ESTRUTURAL DA AFAECO

A história da feira-livre de Ampére é composta por três períodos: o primeiro relativo a sua fundação em 1985 (Figura 05), quando funcionou na sede da Prefeitura Municipal durante três anos, o segundo quando foi reativada em 1991, na praça central onde permaneceu por um ano, e por fim a experiência atual da Afaeco, fundada em 2008.



Figura 05: Primeira Feira-Livre Realizada no Município de Ampére-PR.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ampére-PR, 1985.

Obteve-se acesso a um rico compêndio de fotos na Prefeitura Municipal de Ampére que contribuíram para compreender a criação da primeira feira-livre no município. Na busca de elucidar em que contexto deu-se a criação da primeira feira-livre e que rumos no desenvolvimento eram adotados pelo poder público municipal tem-se a entrevista com o ex-prefeito, que revela um município com um quadro desolador, provocado pela enchente de 1983 que havia destruído pontes e estradas além da percepção da questão ambiental que já começava a ser discutida. Apesar das grandes enchentes, foram perfurados os primeiros poços artesianos no município, um momento em que começa a percepção dos impactos ambientais, a constatação de que a água da superfície já estava contaminada e que a solução seria buscar água subterrânea.

Do ponto de vista econômico, as altas taxas de inflação iludem muitos produtores rurais, relata o ex-prefeito, alguns vendem as propriedades por não poderem pagar os bancos, outros vendiam porque queriam colocar o dinheiro na poupança. Em muitos casos ao não se adaptar e nem arrumar serviço na cidade, acabavam por trabalhar de boia fria (trabalhador volante que recebia por jornada diária) nas próprias terras que haviam vendido.

A feira-livre tornou-se uma busca desesperada dentre as iniciativas que pudessem frear os efeitos colaterais da Revolução Verde, por outro lado, no material da prefeitura (Figura 06) algumas contradições são perceptíveis.



| L. NORMAL 29 setha | | L. Técnico. 124 setha | |
|--------------------|---------|-----------------------|---------|
| 29 setha x 70,00 = | 2030,00 | 124 setha x 70,00 = | 8680,00 |
| Despesas | 2150,00 | DESPEAS | 4980,00 |
| PREJUÍZO | -120,00 | LUCRO | 3700,00 |
| CALEÁRIO | — | 4t Colcorno | 300,00 |
| LAVRA PÃO | 500,00 | LAVRAÇÃO | 500,00 |
| GRADAGEM | 150,00 | GRADAGEM | 100,00 |
| PLANTIO | 200,00 | PLANTIO | 200,00 |
| ADUBO | — | ADUBO | 100,00 |
| SEMENTES | 300,00 | SEMENTES | 100,00 |
| UREIA | 800,00 | UREIA | 800,00 |
| CAPINAS | 200,00 | CAPINAS | 800,00 |
| COLHEITA | 200,00 | COLHEITA | 800,00 |
| TOTAL | 2150,00 | | 4980,00 |

Figura 06 : Quadro Comparativo a Partir do Uso de Insumos.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ampére –PR, 1985.

Percebe-se que a extensão rural na época estava pautada em uma base de insumos externos como sugere o quadro comparativo da Figura 06, em que a proposição era de que sem o uso de produtos sintéticos o sistema agrícola moderno apresentava prejuízo. A Figura 07 tem uma linguagem mais apelativa, com a difusão dos prêmios de produtividade.



Figura 07 : Prêmio Produtividade.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ampére–PR, 1991.

Na busca do agricultor ideal, o discurso era de que os mais aptos se viabilizariam, então a necessidade de se adequar rapidamente para não ficar ultrapassado, neste sentido alguns produtores serviam de referência ao modelo e aos seus pares. O “agricultor modelo” era aquele que atingia alta produtividade sendo premiado, efeito reverso para aqueles que obtinham baixa produtividade. A assessoria a este processo ocorria em especial pelas cooperativas de grãos que funcionaram como ferramentas de expansão da Revolução Verde, materializadas pelos entrepostos de venda de insumos e compra de cereais como mostra a Figura 08.

Eram enormes estruturas, que uma a uma, na região de Francisco Beltrão foram se endividando e entrando em falência, dando margem a uma cultura de rejeição às formas organizativas, um fracasso em termos de capital social, visto que em muitos casos os sócios tiveram que pagar pelo endividamento da suas cooperativas, sendo que alguns processos ainda estão tramitando na justiça.



Figura 08: Vista Aérea da Instalação da Cooperativa de Ampére-PR, 1989.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ampére –PR, 1989.

As dívidas que o sistema cooperativo contraía eram em dólar, sendo que a alta inflação e a desvalorização da moeda nacional nos anos 1980-1990 foram alguns dos motivos da falência do sistema cooperativista regional. O mandatário do poder público nesse período, evidencia a sua preocupação àquele momento,

dizendo que sua fala na Rádio Ampère no período de seu governo, alertava para que “os agricultores não viessem pedir as caçambas da prefeitura para buscar as mudanças, pelo contrário, os veículos levariam os agricultores que ainda pudessem voltar e que não haviam vendido a propriedade”. A política compensatória para o campo foi a construção de novas escolas no meio rural como “carro-chefe” do desenvolvimento que pudessem garantir a permanência do homem no campo, isto se dava também pela facilitação do transporte e a reconstrução de novas estradas, em suma uma escola redentora.

A feira-livre seria uma alternativa aos “iludidos com a cidade”, uma forma também redentora. Uma feirante da atual Afaeco e que também fazia parte do primeiro grupo de feirantes, relata que este espaço de comercialização tinha em torno de dez barracas com estrutura metálica que funcionava no espaço da prefeitura municipal, onde eram comercializados vários itens tais como verduras e frutas, além das carnes ainda não transformadas onde era comum que os agricultores pesassem os frangos vivos a serem vendidos na frente do cliente.

A secretária de educação e cultura da época Prof.^a Terezinha dos Santos Reichert, e a primeira dama do mesmo período, Senhora Cleuza Favreto, dizem que a inauguração foi uma festa, houve um *show* com a apresentação do coral e apresentação de um palhaço para atrair as crianças. Mensalmente era ofertado caldo de cana e pipoca gratuitamente para atrair os consumidores, bem como uma pesquisa de preços no mercado local para efeitos comparativos com os da feira-livre. Demonstrando a pouca importância dada a este espaço, no rico acervo existente na prefeitura municipal de Ampere, em torno de dez compêndios de fotos e arquivos, apenas uma foto da feira-livre da época foi encontrada, apresentada na Figura 05.

Percebe-se que mesmo ouvindo a população, as feiras-livres são uma iniciativa, do poder público local, cita-se ainda a presença de uma assistente social de Francisco Beltrão que acompanhava o trabalho, de tal forma que o envolvimento era maior de outras secretarias do que propriamente da agricultura, mostrando um direcionamento mais social e compensatório da atividade do que alinhado ao sistema produtivo.

Ao encerrar o governo em 1989, o então mandatário, deixa comprado um terreno para as futuras instalações do parque industrial, o prefeito que o sucede no período e atual mandatário do município, estimula um novo ciclo propenso a tornar o município industrializado. Os comparativos da época era de o incentivo a industrialização traria mais retorno ao município, a Feirante HS diz que o comentário da época era de que “uma camisa daria mais retorno ao município do que um saco de milho”.

Revelou-se uma cidade voltada à industrialização e geração de empregos urbanos, com recursos públicos financiando a estrutura urbana (Figura 09), doando barracões e abatimentos de impostos as empresas que ali se instalavam.



Figura 09: Assinatura de Convênio Concedendo Incentivos e/ou Barracões em Comodatos as Indústrias no Município de Ampére-PR na Gestão Flávio Penso.
Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ampére –PR, 1989.

A Figura 09 mostra o então e atual dirigente do executivo municipal acompanhando a assinatura de comodatos e/ou incentivos dados às indústrias que levaram a cidade ao *status quo* de cidade dos empregos, colocando a máquina pública a serviço das empresas, os trabalhos de formação se voltaram para uma

formação de mão de obra através do Serviço Nacional da Indústria (SENAI) para os futuros costureiros. Em Ampére-PR esta prática teve especificidades, em especial porque os recursos públicos foram investidos em empresários da própria cidade, mas é salutar dizer que nem todos prosperaram.

Neste período, a antiga feira-livre no espaço da prefeitura, começa a ser repensada, em especial as críticas são em torno da sanidade dos produtos. Existia uma promessa do poder público para que fosse feita em outro local, aos poucos se efetiva este convencimento e a desativação do espaço por parte da prefeitura.

Em 1991, uma nova proposta de comercialização foi construída, em um espaço da praça central. Segundo depoimentos de produtores, nem todos os antigos feirantes aderiram ao novo espaço. Entrevistas com antigos produtores deram conta de compreender que a lógica era industrializar o campo no formato urbano, levando estrutura física às comunidades e apresentando o espaço central como uma exposição de vendas a nível local e o estabelecimento de parcerias com empresas externas para escoamento do excedente da produção. Nos anos 1990 surgem os congraçamentos, que são eventos regionais, a gênese dos atuais fóruns, puxados pela Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão (Facibel) e com a participação das prefeituras (Figura 10).



Figura 10: Participação do Município de Ampére-PR no VI Congraçamento Sudoestino Realizado no Município de Realeza-PR.

Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Ampére –PR, 1989.

A partir da Figura 10, fatos chamam a atenção, o primeiro é a quantidade de produtos industrializados, uma feirante entrevistada, diz que eram produtos diferenciados, em especial frutíferas como o figo e o maracujá em indústrias comunitárias estabelecidas nas comunidades denominadas de “Cozinhas” o segundo é o enfeite feito com folhas de fumo, caracterizando a entrada da cultura no município através dos sistemas integrados descritos por Belusso (2010).

Toda essa proposta que incluía a feira-livre não avançou, o técnico da Emater da época, afirma que os agricultores aguardavam tudo pronto e que as geadas fortes mataram o maracujá. Por seu turno, os produtores dizem que as empresas não cumpriram com o combinado, não recolhendo os produtos causando grandes prejuízos. Dessa forma a segunda tentativa de uma proposta de feira-livre instalada pelo poder público municipal em parceria com a Emater não evoluiu, culminando com a sua desativação, sendo reativada em dois e mil e oito com a experiência da Afaeco.

A Feirante AS que presidia o STR diz que o trabalho começou em 2005, alguns componentes do curso de Agroecologia da Assesoar, sentiram a necessidade de retomar questões estudadas como o mercado justo, e formas alternativas de comercialização citadas no GGETSPA. Em 2006 e 2007 foram feitas reuniões de formação com a Assesoar, o STR, a CLAF e a Cresol o que culminou com a primeira venda com frequência quinzenal em dois mil e oito. A discussão inicial tinha a presença em torno de 35 famílias, que participavam de formação nas instituições, mas também em suas propriedades, sendo que dessas, 16 permaneceram no grupo da feira, optando por uma venda semanal dada a possibilidade em função da demanda e do aumento da produção.

A política da não competição por preços entre os produtores não impediu que melhorassem na diversificação. Aos poucos novos produtos foram sendo apresentados sendo que alguns dispunham de mais de vinte itens para a venda. A Prefeitura Municipal contribuía com R\$ 1000,00, mensais para formação que incluía viagens e ainda trabalhos técnicos. Isso aconteceu apenas em dois mil e

oito, sendo encerrado o convênio em dois mil e nove, com a troca de mandatário municipal.

Quando a feira-livre iniciou as reuniões na Afaeco eram semanais, onde se fazia o acerto do caixa e as discussões de operacionalização. Com o passar do tempo se tornaram mensais, e o acerto financeiro foi sendo feito no próprio dia da venda. A presidente da Assesoar ressalta a importância do STR como sindicato que historicamente foi combativo, onde suas lideranças têm comprometimento com a comercialização, de modo que todos os feirantes são sócios do STR, sede das reuniões da Afaeco.

4.0 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS: COMPARATIVO ENTRE A AFEPATO E AFAECO.

Entre os entrevistados da Afepato, existem duas categorias distintas: a Categoria dos Guardiões Culturais (CGC) e a Categoria dos Feirantes Especializados (CFE). Fazem parte da primeira categoria os Feirantes EP, GP e LP que são produtores mais antigos, guardam receitas e conhecimentos específicos sobre os cuidados com a terra e com o processo de atendimento. A segunda categoria é composta pelos feirantes AP, BP, CP, DP, FP, HP, IP, JP, KP e MP que percebem na feira-livre uma oportunidade de negócio.

Na Afaeco os feirantes se identificam pelo nível de participação na feira-livre e nas entidades que dão sustentação. De acordo com os perfis estudados foram construídas quatro categorias de identificação e pertencimento que serão adjetivadas de Categoria Operacional e Ideológica (COI); Categoria Orgânica Participativa (COP); Categoria dos Guardiões Culturais (CGC) e a Categoria dos Feirantes Especializados (CFE).

A COI é formada pelas Feirantes AS, BS e CS que têm laços de parentesco estreitados pela participação no STR, no movimento das mulheres agricultoras e no partido dos trabalhadores. A COP dá sustentação ao trabalho sendo composta pelos Feirantes DS, ES, FS, GS. Está ligada intimamente a outras instituições, de forma que além de vir à feira existe o interesse de mostrar a Cresol, STR e CLAF no espaço da Afaeco. O Feirante DS é presidente da CLAF. O Feirante ES é secretário do STR e tem um programa gauchesco na rádio local. O Feirante FS participa de todas as entidades e o Feirante GS é o atual presidente da Afaeco, sendo que é um dirigente comunitário muito criativo, utilizando este espaço para desenvolver habilidades que leva para a comunidade.

A CGC é formada pelos Feirantes HS, IS, JS, KS e LS. São produtores históricos, o “modelo a ser seguido”, guardam receitas e o jeito de fazer feira, além de uma paciência com os colegas. Passaram pelas experiências de feira-livre no município e há mais de vinte anos estão na atividade. Foram dirigentes sindicais, com forte influência da igreja católica, atuam nas pastorais onde alguns são ministros eucarísticos. Apesar de terem passado vários ciclos e “revoluções” na agricultura, se mantiveram fiéis na diversidade e na produção para o autoconsumo

além de se reportarem em especial a Assesoar. A Feirante HS esteve nas três iniciativas de feira-livre de Ampére-PR. Consegue manter uma enorme diversidade na propriedade e apesar da idade (60 anos) tem satisfação em participar de atividade de grupo, desenvolveu uma simpatia peculiar, guarda uma maneira especial de participar de modo que todos sentem a sua falta quando não pode participar das reuniões.

A Feirante IS tem na feitura de panificação “uma mão abençoada” como sugere sua nora a feirante JS. Guardam receitas familiares que são muito apreciadas. Este domínio da feitura de produtos coloniais também está presente no feirante KS, em especial no cultivo da uva, é um exímio feitor de vinho reconhecido na região. O Feirante LS pode ser considerado um guardião cultural, é da primeira turma das Ecas, foi dirigente sindical, mantém na propriedade mais de 60 espécies frutíferas, tem a preocupação principal na manutenção dos filhos na propriedade e no autoconsumo, nunca aderiu aos pacotes tecnológicos. Aprendeu a dominar aspectos favoráveis como o micro clima e desfavoráveis com a inclinação do terreno, têm nas tradições a base da convivência, é prudente mas ao mesmo tempo tem uma resistência inovadora. Um exemplo disso é a construção de cisternas na propriedade.

A CFE é formada pelos Feirantes MS, NS, OS e PS. Veem no mercado a possibilidade de expansão das atividades, buscam trabalhar mais com verduras e vendas no mercado, bem como em restaurantes. Os feirantes MS e NS têm variedades de verduras e os feirantes OS e PS se especializaram na produção de agrião usando mais a racionalidade econômica. O Feirante OS aos poucos está se tornando mais participativo, porque tem feito o caixa da Afaeco.

Na Afaeco, nas três primeiras categorias descritas pode-se dizer que são feirantes que também vendem e a quarta categoria dos feirantes que vendem. Estão preocupados com a viabilidade econômica, no entanto, apresentam outros interesses. Sendo assim, os feirantes estão satisfeitos nessa condição e no encaminhamento dado, cabe registrar que o feirante NS faz sérias críticas ao trabalho coletivo. Tem uma história de vida sofrida, morou no Paraguai onde perdeu a terra. Entende que a lógica de venda está equivocada, em especial pelo preço único, imagina que as ofertas e a competição por preços melhorariam a venda,

pensa que o caixa único causa problema porque não pode vender a prazo para seus clientes. Permanece na feira porque “ainda não desistiu de tudo”, acha que a venda nos mercados compensa.

A formação na Afepto é pontual e individualizada, os Feirantes DP e HP estão buscando formar uma cooperativa para entrar no mercado de venda direta para a merenda escolar. Esclarecem que precisam de formação e têm procurado se inscrever em cursos específicos para a feira-livre.

A formação na Afaeco é coletiva e continuada (Figura 11), sendo realizada nas próprias propriedades, com o protagonismo da Assesoar. São atividades com a participação dos feirantes em formas de rodízio, uma reunião em cada propriedade para tratar de assuntos de produção e de organização. Além disso, existem formações externas na sede da Assesoar e do próprio STR para tratar de assuntos mais gerais das instituições.



Figura 11: Construção de uma Mandala na Feirante GS.
Fonte: Pesquisa de Campo. Ampére-PR, 2010.

A Figura 11 mostra a construção de uma Mandala, uma horta hibridizada com o ajardinamento, construída em mutirão. O único material externo

são as telhas, que assim dispostas garantem a colocação da cobertura do solo feito com palha seca e adubo orgânico diminuindo a perda de água pela evaporação. Por outro lado facilita circulação do produtor, além de melhorar a estética da propriedade, com projetos construídos em função de cada espaço e da opção de cada produtor. Nas propriedades com restrições de água, a construção da cisterna acompanha o projeto. No dia da formação tem-se atividades diferenciadas para as crianças que ao final da reunião apresentam aos pais o seu aprendizado.

Na Afepato os Feirantes AP, BP e LP mostram contentamento cuidando dos netos e se sentem representados pelos filhos com ensino superior e que estão nas propriedades. Os Feirantes IP e FP sentem-se animados com a pregação do pastor e a participação nos cultos evangélicos, afirmam que a igreja sempre promove eventos e que adoram participar. São feirantes orgânicos, sendo que o Feirante FP sente prazer em montar e desmontar carros velhos reciclando as peças, sempre com a participação dos sete filhos.

Os dados da pesquisa de campo (2010) confirmam os levantados por Aguiar (2007). Na Afepato 70% feirantes entrevistados são de origem italiana e estão em média há 26 anos na propriedade. Preservam os produtos coloniais descritos por Dorigon (2008). No lazer ainda priorizam o jogo de bocha, o visitar e receber visitas especialmente de parentes, além da participação nas festas locais. Os filhos dos feirantes buscam um divertimento mais urbano nos finais de semana, em especial *shows*, bares e locais de dança além de férias anuais onde visitam parentes ou vão à praia.

Na Afaeco 60% dos feirantes da Afaeco são de origem italiana e estão em média 23 anos na propriedade, mantém os produtos coloniais. Todos são dirigentes comunitários, ocupando cargos que vão desde a catequista da comunidade até a representação de alguma entidade. Sentem-se confortáveis nessas atividades e expressam contentamento em receber e fazer visitas na própria comunidade. O rádio ainda é o meio de maior entretenimento, em especial a emissora local que é acompanhada diariamente, em especial o programa do Padre Reginaldo e o Programa do STR, além das particularidades e noticiários locais. Os jovens feirantes da Afaeco buscam na internet as informações, os adultos veem televisão onde os homens assistem jornais e as mulheres preferem novelas.

4.1 ASPECTOS ECONÔMICOS E DE PRODUÇÃO: UM COMPARATIVO ENTRE AFEPATO E AFAECO

Os feirantes entrevistados da Afepato estão em média distantes 11 quilômetros da cidade, possuem automóvel particular e em 6 famílias as esposas possuem carteira de habilitação o que facilita o deslocamento. Utilizam a mesma viagem pra vender também nos mercados locais além de fazer compras. Quanto às taxas pela estrutura são rateadas e o acesso ao boxe é feito pelo pagamento em uma licitação.

Na Afaeco os feirantes estão em média 8,3 quilômetros da cidade. Todas as famílias possuem automóveis, mas apenas em uma família a esposa possui carteira de habilitação. Aproveitam a mesma viagem para outros afazeres como pagar a luz, ir ao banco e ao mercado, trocar na feira-livre, dar os recados para os colegas. A logística do caixa único permite essa dinâmica porque enquanto um feirante sai da barraca outro pode atendê-la. Os feirantes não pagam pelo espaço de comercialização, descontam 5% de toda venda para o caixa coletivo para despesas como deslocamento em cursos e divulgação.

O tamanho da propriedade tem uma correlação direta com a atividade feira-livre, menor a propriedade maior a diversificação Chayanov (1981). São propriedades com pequenas áreas tanto na Afepato quanto na Afaeco (Figura 12).

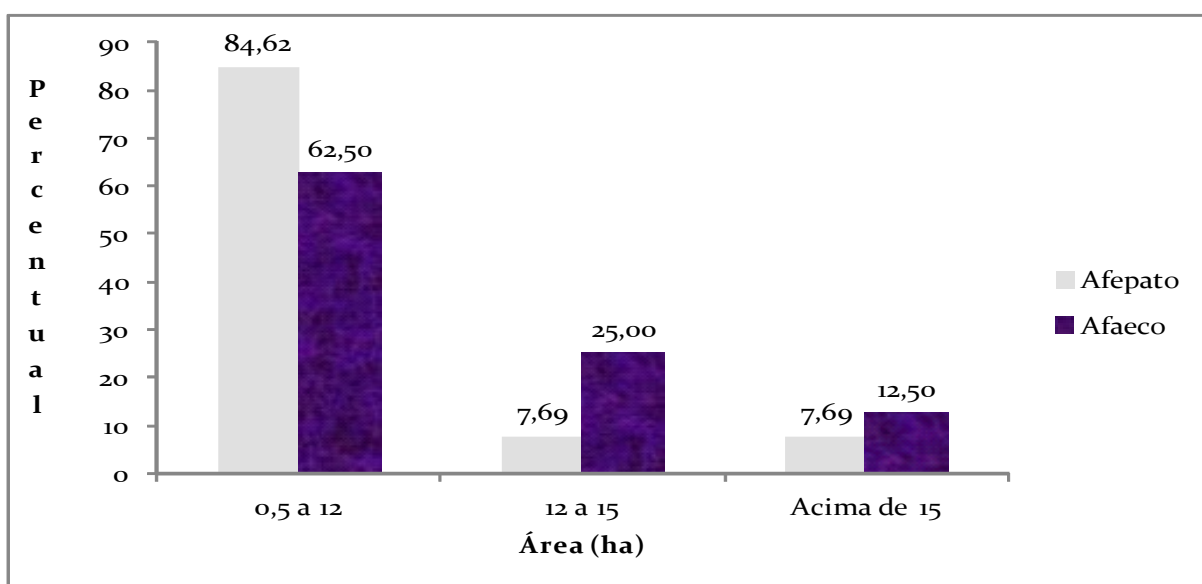


Figura 12: Área das Propriedades dos Feirantes.

Fonte: Pesquisa de Campo. Ampére-PR e Pato Branco-PR, 2010.

Os feirantes da Afepato e da Afaeco têm pequenas áreas de terra. A maioria das propriedades 84,62% e 62,50% respectivamente têm área inferior a 12 hectares. Dessa forma o enquadramento se dá na categoria da Agricultura Familiar.

Outro fator de produção analisado foi a mão de obra. Na Afepato existe uma maior disponibilidade desse recurso (Figura 13) em especial porque o feirantes não tem consórcio com a atividade leiteira. Segundo os entrevistados esta atividade não combina com a atividade de horticultura.

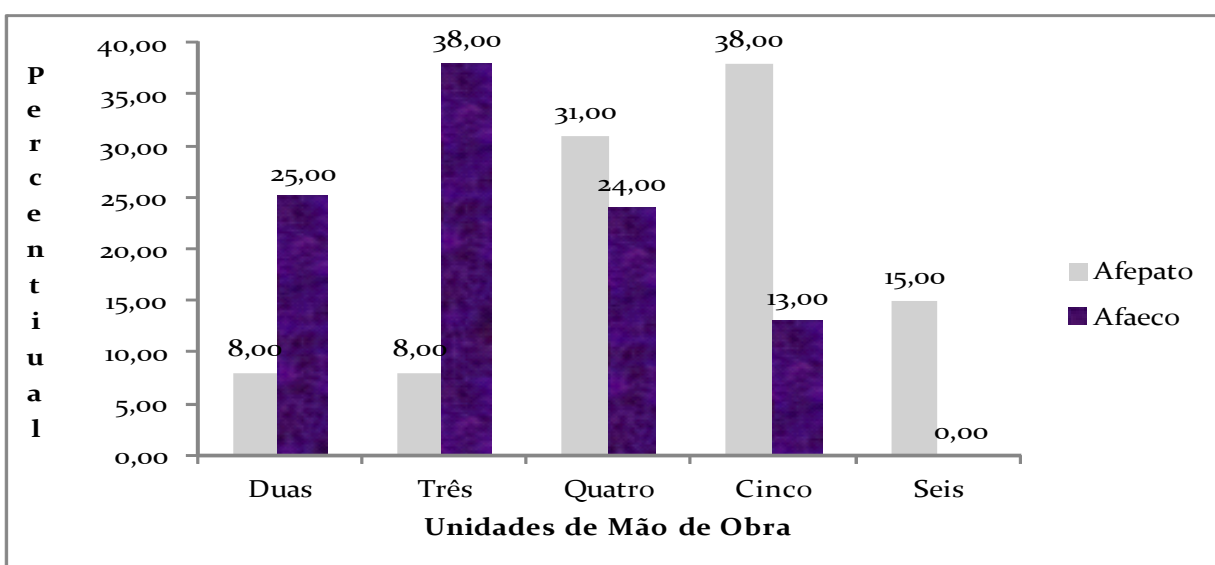


Figura 13: Unidades de Mão de Obra.

Fonte: Pesquisa de Campo. Ampére-PR e Pato Branco-PR, 2010.

A Figura 13 mostra na Afaeco existe um menor disponibilidade de mão de obra, 53% dos entrevistados têm entre 2 e 3 unidades de mão de obra. Na Afepato 84% dos entrevistados têm 4 ou mais unidades de mão de obra.

Na Afaeco, existe estrangulamento de mão de obra por três motivos: não contratam mão de obra sazonal, mantém a atividade leiteira concomitante com a atividade de horta e ainda em 4 famílias um de seus membros têm jornada parcial na cidade. Na Afaeco o trabalho é mais penoso do que na Afepato pois apenas 3 famílias possuem tratores. Esta situação foi descrita por Perondi (2007), a qual mostra que em mais da metade das propriedades do Sudoeste do Paraná o trabalho braçal é auxiliado pela tração animal.

A RUTF na Afepato é de R\$ 1.354,00 de acordo com a renda *per capita* de Pato Branco-PR. Na Afaeco a RUTF é de R\$ 1.000,93 valor condizente

com a *renda per capita* de Ampére-PR. Na Afaeco existe uma maior equidade na renda, ou seja os valores estão mais próximos da média, na Afaeco o desvio padrão é de R\$ 314,00 e na Afepato é de R\$ 674,00.

Com relação a participação econômica a feira-livre é a principal atividade na Afepato, na Afaeco é secundária (Figura 14).

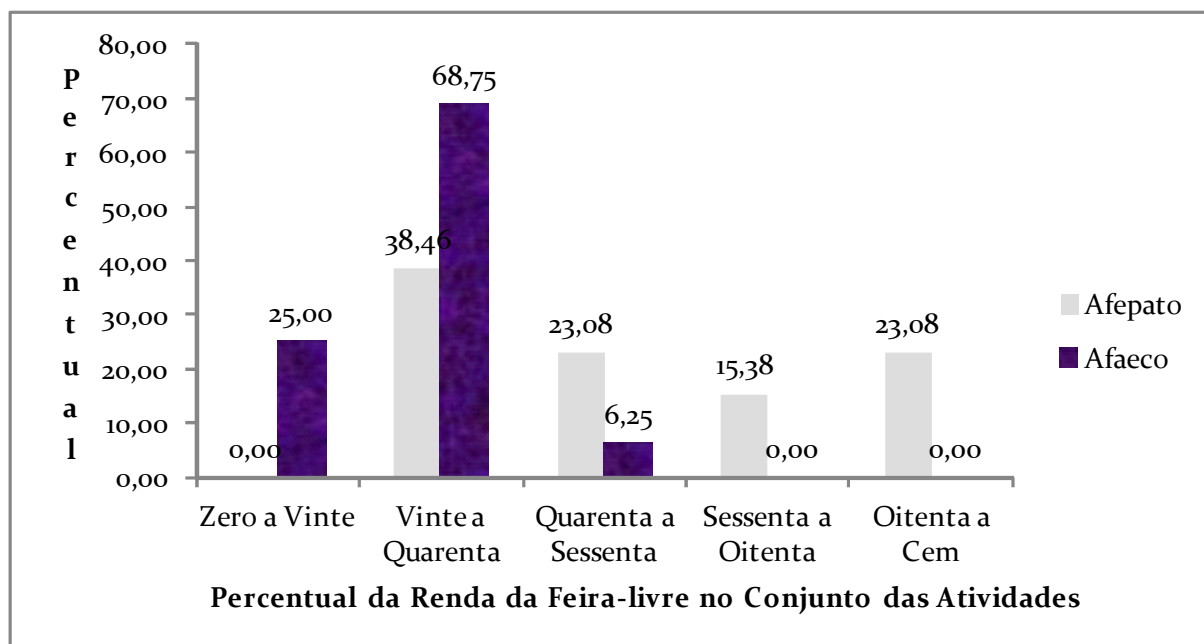


Figura 14: Percentual da Renda da Feira-livre no Conjunto das Atividades.
Fonte: Pesquisa de Campo. Ampére-PR e Pato Branco-PR, 2010.

Na Afepato em 61,54% dos feirantes entrevistados a participação da renda da feira-livre representa 40% ou mais do total da renda. Na Afaeco este valor é de apenas 6,25%. Reforça-se a questão da especialização presente da atividade feira-livre na Afepato.

No autoconsumo os valores se invertem (Figura 15), na Afepato o que ocorre é o descrito por Michellon (2008), que sugere a quebra do mito de que a atividade Agricultura Familiar é apenas de subsistência, os feirantes da Afepato cada vez mais entram no mercado. Possuem uma renda condizente com os salários de Pato Branco, tornando-se consumidores aos moldes da modernidade.

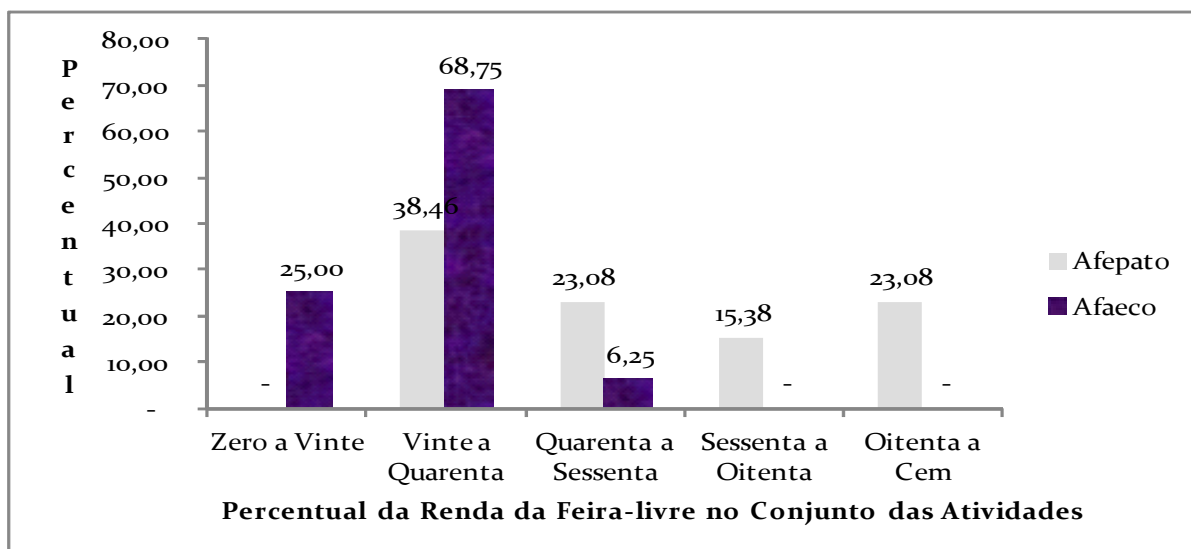


Figura 15: Percentual Representativo do Autoconsumo no Conjunto das Atividades.
 Fonte: Pesquisa de Campo. Ampére-PR e Pato Branco-PR, 2010.

Em 56,25% dos feirantes da Afaeco o autoconsumo representa 20% ou mais de toda a renda. A segurança alimentar está mais garantida do que na Afepato, contribui para essa afirmativa que em torno de 15% da sobra da feira-livre é trocada entre os próprios feirantes.

4.2 ASPECTOS DE EDUCAÇÃO SAÚDE E MEIO AMBIENTE: UM COMPARATIVO ENTRE AFEPATO E AFAECO

O nível de educação formal na Afepato é maior do que na Afaeco (Figura 16). Os dados da Afepato mostram uma tendência já descrita por Souza (2009) onde se reconhece na figura dos novos feirantes os estudantes universitários, técnicos de nível médio que no cenário da feira-livre vão se misturando com os antigos feirantes. Contribui o estudo de Aguiar (2007) para mostrar esse crescimento, pois em 2007 apenas 5% dos feirantes tinham ensino superior, sendo que em 2010 este valor passa para 10%.

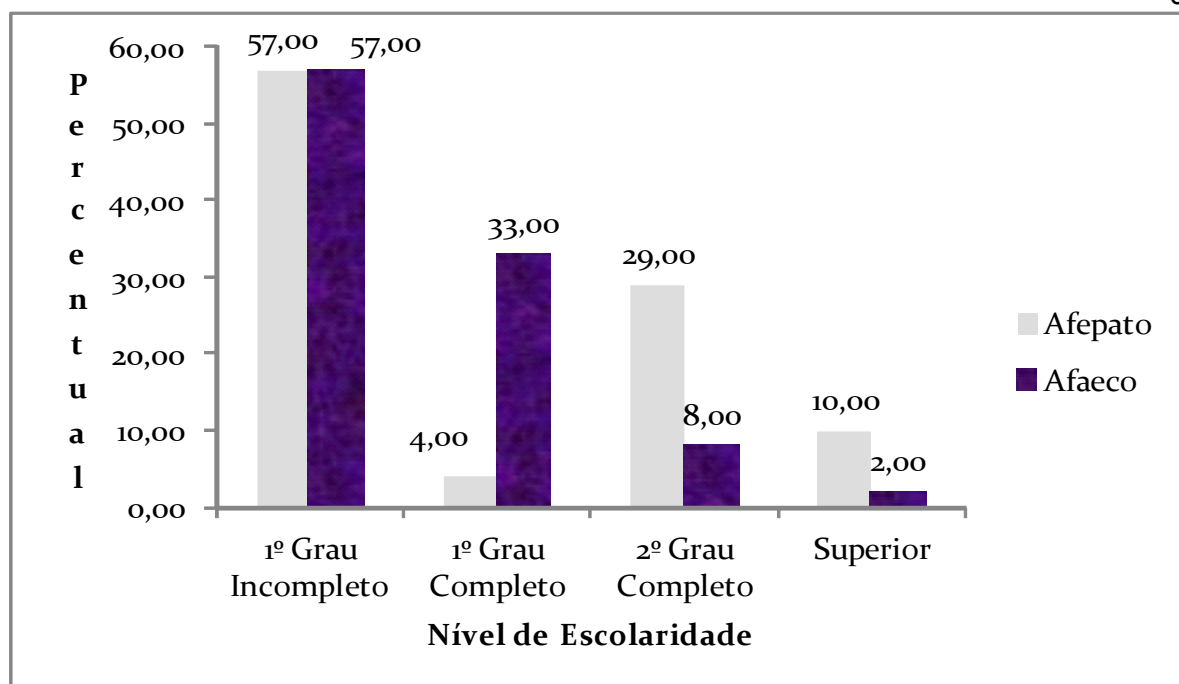


Figura 16: Nível de Escolaridade dos Feirantes.
 Fonte: Pesquisa de Campo. Ampére-PR e Pato Branco-PR, 2010.

Na Afaeco, apesar dos números da educação formal não serem favoráveis, existe um repasse de conhecimento. O exemplo disso, é um jovem feirante que faz um curso superior em Agroecologia na Universidade da Fronteira Sul (UFFS) com a responsabilidade de trazer ao grupo os conhecimentos adquiridos.

Uma análise dos aspectos relacionados à saúde mostrou que na Afepato as condições financeiras possibilitam o pagamento de planos particulares de saúde uma prioridade para os feirantes. Apesar de considerarem que Pato Branco dispõe de um sistema público de saúde eficiente, o melhor do Sudoeste do Paraná, das treze famílias entrevistadas cinco delas têm plano de saúde, sendo que existem três famílias com graves problemas de doença (câncer).

Os feirantes da Afaeco usam um sistema misto de saúde, onde a base é o Sistema Único de Saúde (SUS). O STR faz a intermediação de consultas particulares com médicos, dentistas e oculistas diminuindo o valor das consultas. Também usam tratamentos alternativos à base de argila, ervas medicinais e acupuntura. A Feirante JS tem dois filhos cegos de origem genética, mas integrados ao mundo do trabalho e dos estudos. O Feirante GS tem um filho surdo, e os demais apresentam algum desconforto em especial os mais velhos com problemas próprios

da idade. Sentem orgulho em dizer que a saúde é uma condição adquirida em função também da alimentação adequada.

Com relação aos cuidados de saneamento básico, todos os feirantes entrevistados da Afepato têm fossa séptica e apenas uma família não recicla o lixo. Existem reclamações de que a coleta feita pela prefeitura municipal tem uma agenda confusa, não funcionando satisfatoriamente.

Entre os feirantes da Afaeco, apenas um, não tem fossa séptica. As demais possuem banheiro interno, o lixo orgânico é enterrado ou dado aos animais. O processo de entrega do lixo reciclado é feito para uma empresa particular que compra o material e faz visitas regulares nas propriedades.

Na Afepato e na Afaeco todas as propriedades têm proteção artificial de fontes de água. Na Afaeco todos estão inscritos no Projeto Água e Qualidade de Vida da Petrobras, em três propriedades estão sendo construídas as cisternas. Na Afepato e na Afaeco a percepção dos entrevistados é que a água dos riachos têm diminuído mas que o número de espécies de animais nativos têm aumentado.

Existe uma diferença de percepção sobre agroecologia entre os feirantes entrevistados da Afepato e da Afaeco. Os primeiros têm um discurso mais global. Justificam que assumiriam uma produção orgânica se essa fosse mais rentável e que ao optarem pela atividade feira-livre cumpririam seu papel na questão ecológica pois ocupariam menos área sobrando espaço pra preservação. Na Afaeco a agroecologia é vista em seu conjunto, mistura de eco cultivo com movimento social. Os Guardiões culturais adotam um sistema agroecológico por completo, os demais têm cuidados especiais com barreiras para evitar contaminação nas hortas e um sistema convencional no restante da propriedade.

No cuidado com o solo, tanto na Afepato quanto na Afaeco, tem-se a prática da rotação de culturas, adubação verde e aproveitamento de resíduos descritos por Verona (2009). Existe a manutenção do terraceamento e do plantio direto que tem evitado a erosão.

Em termos de cenário futuro, a Afepato está consolidada em especial pela sua história de continuidade e da estrutura física. Pode ser referência para municípios maiores em especial pelo atendimento dispensado pelos feirantes aos consumidores e a questão sanitária. É a primeira feira-livre do Sudoeste do Paraná

que está exigindo um espaço diferenciado nas propriedades para lavagem dos produtos dentro de uma inspeção municipal.

Em termos de futuros cenários, a Afaeco necessita se consolidar. Mesmo assim, já se tornou referência para municípios de urbanização intermediária na região da fronteira com a Argentina, foi assim com Barracão e Salto do Lontra. Essa expansão se também pelo destaque que os feirantes da Afaeco têm nas entidades regionais, ocupam cargos que facilitam a divulgação do trabalho.

4.3 O PERFIL DOS CONSUMIDORES DA AFEPATO E DA AFAECO

Existem similaridades entre o perfil dos consumidores da Afepato e da Afaeco. A média de idade na Afepato é de 40,3 anos sendo que 60% são do sexo feminino com renda mensal média de R\$ 2.744,00. Na Afaeco a média de idade é de 48 anos e 52% são do sexo feminino com renda mensal média de R\$ 1.715,00. Nos dois casos estudados a renda dos consumidores está acima da renda *per capita* de seus respectivos municípios.

A Figura 17 apresenta o nível de escolaridade dos feirantes da Afepato e da Afaeco.

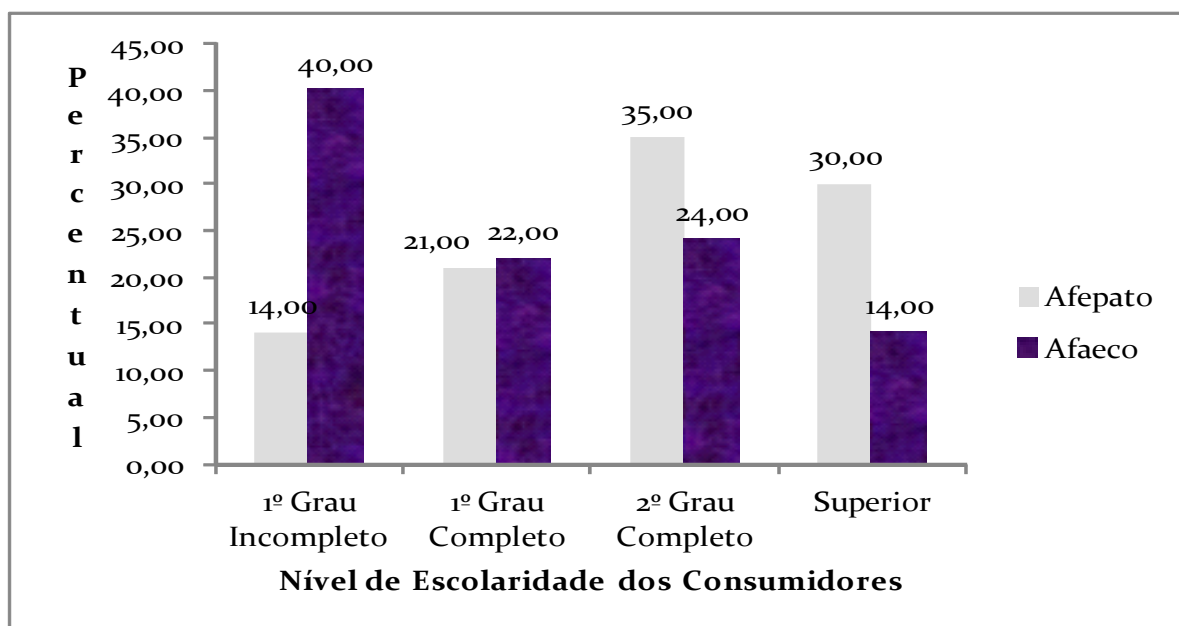


Figura 17: Nível de Escolaridade dos Consumidores.

Fonte: Pesquisa de Campo. Ampére-PR e Pato Branco-PR, 2010.

Quanto ao comparativo com outras feiras-livres os consumidores da Afepato têm nível de escolaridade acima dos citados por Godoy (2005); Modenese (2010); Ângulo (2003); Verona (2009) e Coêlho (2009). Entre a Afepato e Afaeco (Figura 17) existem diferenças no nível escolaridade.

A Afepato possui 65% de seus consumidores com segundo grau completo em comparação com 28% da Afaeco. Cabe ressaltar que o nível educacional de Pato Branco-PR é superior a Ampére-PR, já demonstrados em seus respectivos IDH. Em Ampére-PR tem-se apenas uma instituição de ensino superior criada há 7 anos.

Com relação ao tempo médio destinado ao processo de compra, na Afepato é de 13,63 minutos e na Afaeco 13,68 minutos. Este tempo é similar àquele gasto nos supermercados. Percebe-se que na Afepato feirantes e consumidores não destinam tempo pra conversas. Na Afaeco apesar do tempo de compra ser restrito, o que ocorre é que como existe fila no caixa e restrição aos produtos, alguns consumidores após feita a compra e levando o produto ao veículo retornam para um “bate papo”.

Na Afepato 71% dos consumidores fazem compra semanalmente e 11% quinzenalmente sendo que 93% estão satisfeitos e acreditam que a feira-livre tem futuro promissor. Em relação a Afaeco, 70% fazem compra semanal e 28% de forma quinzenal. Quanto ao cenário favorável, 86% acreditam na permanência e efetivação da feira-livre. O desejo do consumidor da Afepato se assemelha com o da Afaeco com uma pequena troca de prioridades (Tabela 07).

Tabela 07: Preferência dos Consumidores*.

| Preferência | Afepato | Afaeco |
|-------------------------------|-----------|--------|
| Leite e Derivados. | 69 | 10 |
| Verduras. | 53 | 20 |
| Frutas. | 25 | 15 |
| Panificação. | 18 | 15 |
| Carnes. | 08 | 18 |
| Legumes | 07 | 24 |
| Ovos. | 04 | 08 |
| Total de Entrevistados | 73 | |

Fonte: Pesquisa de Campo. Pato Branco-PR e Ampére-PR, 2010.

* Um consumidor pode ter citado mais de um produto de sua preferência.

A preferência dos consumidores na Afepato por leite e derivados pode ser uma questão momentânea, o fato é que está sendo ofertado um *yogurte* caseiro sendo diferenciado do mercado e com preço acessível. Nas duas feiras-livres ainda frutas, verduras e legumes são os mais procurados.

Os quesitos que os consumidores da Afepato e da Afaeco mais validam são similares: produtos frescos, de boa qualidade e baixo preço (Tabela 08).

Tabela 08: Quesitos mais Relevantes para os Consumidores **.

| Quesitos | Afepato | Afaeco |
|-------------------------------|-----------|-----------|
| Produto Colonial. | 45 | 20 |
| Higiene. | 41 | 25 |
| Preço. | 40 | 18 |
| Sem Veneno. | 38 | 40 |
| Valor Nutritivo | 21 | 17 |
| Aspecto Visual. | 09 | 19 |
| Encontrar Pessoas. | 07 | 10 |
| Total de Entrevistados | 73 | 53 |

Fonte: Pesquisa de Campo. Pato Branco-PR e Ampére-PR, 2010.

** Um consumidor pode ter citado mais de um produto de sua preferência.

Contribuindo com a interpretação da Tabela 08 foram realizadas questões abertas na busca de outros argumentos que justificariam a partir do consumidor a permanência nesse espaço de comercialização. Na Afepato e na Afaeco a principal citação foi o produto fresco. A alegação é que nos mercados as frutas, verduras e legumes estariam murchos. Os consumidores da Afepato e da Afaeco têm encontrado o que buscam nas feiras-livres (Tabela 09).

Tabela 09: Avaliação do Nível de Satisfação do Consumidor.

| Quesitos | Afepato | Afaeco |
|---------------------------------------|-------------|-------------|
| Atendimento Dispensado pelo Feirante. | 4,60 | 4,26 |
| Higiene do Feirante e do Produto. | 4,55 | 4,28 |
| Não ter Sido Utilizado Veneno. | 4,55 | 4,62 |
| Valor Nutritivo. | 4,55 | 4,30 |
| Forma de Exposição na Banca. | 4,50 | 4,20 |
| Produto Fresco. | 4,50 | 4,42 |
| Aspecto Visual do Produto. | 4,40 | 4,50 |
| Média Geral | 4,52 | 4,36 |

Fonte: Pesquisa de Campo. Pato Branco-PR e Ampére - PR, 2010.

A Tabela 09 mostra as notas de 1,0 (menor valor) até 5,0 (maior valor). Existem similaridades entre os resultados da Afaeco e da Afepato.

As perguntas abertas referentes as críticas que os consumidores fazem as suas respectivas feiras-livres trouxe apontamentos diferenciados. Na Afepato a reclamação é por estacionamento, falta de mesas para sentar, a não visualização dos preços e o desconhecimento da origem dos alimentos além da falta do frango caipira. Na Afaeco o descontentamento está a partir de consumidores que reservam produtos sendo tratados de forma diferenciada, a fila no caixa e a falta de banheiros.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados não validam por completo a hipótese do trabalho da possibilidade de expansão das feiras-livres do Sudoeste do Paraná. Existem alguns elementos relevantes, um deles é que em municípios com grau de urbanidade muito baixo existem dificuldades de implantação. São municípios essencialmente agrícolas onde inclusive a população dos vilarejos produzem verduras e legumes para o consumo.

Outra questão de dificuldade de expansão é a inexistência de política pública para as feiras-livres. O que se apresenta na região é um conjunto de estruturas precárias, barracos cobertos de lona onde se percebe toda uma fragilidade. Começam sem planejamento e apoio público e acabam logo fechando, reabrindo novamente por conta de um ciclo que em alguns casos torna-se programa de quatro anos, nos moldes das promessas políticas e da fragmentação da proposta.

Mesmo assim tem-se a percepção que a questão da Segurança Alimentar na Região Sudoeste e a efetivação de políticas afirmativas como o Compra Direta, passam necessariamente pelos feirantes que têm uma escala de produção e logística. No Sudoeste do Paraná, são aproximadamente 219 famílias envolvidas diretamente com a atividade, além de uma estimativa de que para cada feirante exista um vendedor ambulante de hortifrutigranjeiros na região.

Nos casos estudados (Afepato e Afaeco) o cenário é mais otimista, sendo que a feira-livre contribui significativamente na renda total da propriedades estudadas. Na Afepato esse índice é mais representativo, aos poucos a feira-livre foi sendo prioritária em detrimento de outras atividades como a pecuária leiteira. Na Afaeco, apesar da feira-livre não ser a principal renda da propriedade, ela é condição necessária para outras estratégias como otimizar a viagem na cidade para outros afazeres, além de contribuir para fortalecimento do feirante nos cargos de estrutura de instituições da Agricultura Familiar fazendo que não haja necessidade de afastamento por completo do dirigente das atividades do campo.

A Afepato se insere em um contexto diferenciado em termos de estrutura física, a melhor do Sudoeste do Paraná, no entanto carece de uma

retomada na questão organizativa que está debilitada. A Afaeco é expoente na organização, precisa melhorar a estrutura física.

Os feirantes da Afepato e da Afaeco têm renda condizente com a *renda per capita* dos seus respectivos municípios. As áreas são pequenas onde as atividades hortícolas se adequam. Na questão de mão de obra, na Afepato existe autorrealização inclusive com tempo destinado às férias. Na Afaeco, existe estrangulamento de mão de obra e autoexploração do trabalho principalmente pelo consórcio da atividade feira-livre com a exploração pecuária leiteira.

Os feirantes da Afepato possuem um processo de capitalização com equipamentos adequados. Na Afaeco o nível de informações de programas de financiamentos subsidiados é maior por conta da maior participação dos feirantes nas instituições que têm essas informações.

Quanto aos motivos da permanência na atividade feira-livre, a perspectiva monetária atrai os feirantes para entrar na atividade. No transcorrer do tempo, outros elementos são considerados para permanência como a trajetória no espaço de comercialização e o convívio com seus pares e com os consumidores. Na Afepato o desejo pelo monetário é mais manifesto, na Afaeco este atrativo também aparece, mas se dilui pelo fato dos feirantes terem vontades expressas no funcionamento de suas entidades sendo a feira-livre o espaço de colocá-las em evidência. A afetividade é percebida a partir da formação coletiva e da distribuição das sobras da feira-livre, e nos acertos do caixa único.

Na Afepato o diferencial apresentado é a estrutura física e a higiene, melhor do que em alguns mercados locais, além de não terem concorrentes no quesito produto fresco. Mesmo que não seja feita uma distribuição no final da feira-livre, compram dos outros feirantes o que garante a segurança alimentar sob ponto de vista da diversidade.

Na Afaeco, a estratégia é mostrar um produto agroecológico, garantido por atribuições de confiança com o consumidor por relações não necessariamente de peritagem como os selos orgânicos. Outra iniciativa é apresentar no mesmo espaço atrações culturais como apresentações que possam atrair um público diferenciado.

A logística de transporte é facilitada tanto na Afepato quanto na Afaeco por estarem próximos da cidade. Na questão ambiental na Afepato esse discurso é confuso, são mais pragmáticos, colocam que ao usarem menos áreas sobra mais espaço para cuidados ambientais, e que fazendo a reciclagem na propriedade aproveitam os resíduos e que os avanços necessários como a coleta de plásticos e similares passam pela destinação correta a ser dada pela Prefeitura Municipal.

Na Afaeco a questão ambiental é motivo de orgulho, no entanto, nove produtores ao fazerem barreiras para os produtos das hortas mostram que o restante do sistema é convencional, com uma otimização de insumos sintéticos, diminuindo logaritmicamente seu uso. O perfil do Guardiã Cultural deve ser fortalecido, as feiras-livres dependem desse feirante.

Na questão dos consumidores da Afepato e da Afaeco existem poucas diferenças no que diz respeito ao que buscam na feira-livre e como avaliam o seu funcionamento. Buscam produtos frescos, de qualidade e com higiene, além dos preços baixos e um espaço para conversar. Avaliam com boas notas o funcionamento, estando satisfeitos com o produto e com o atendimento.

Os consumidores da Afepato e da Afaeco têm *renda per capita* e nível de escolaridade acima dos índices de seus municípios. Na Afepato são mais objetivos na compra, na Afaeco gastam mais tempo com ilações.

A Afepato desde sua origem é mais alinhada com a Prefeitura Municipal e a Emater, assim tem um perfil mais estatal. A Afaeco é mais fruto das organizações com perfil mais público. Os pontos fortes da Afepato a exemplo da infraestrutura, fruto de financiamento público, podem servir de modelo para a feira-livre central de Francisco Beltrão atualmente com estrutura precária. Os pontos fortes da Afaeco podem servir de referência aos bairros de Francisco Beltrão e outros municípios de urbanização intermediária.

É prudente dizer que cada feira-livre do Sudoeste do Paraná é singular e qualquer iniciativa de orientação ou política pública deve levar em conta essas especificidades. Em termos de agenda regional as feiras-livres continuam na pauta de discussão, um avanço percebido durante o trabalho foi a partir da constatação pelo GEETSPA do papel das feiras-livres no espaço regional de comercialização

fomentando a discussão de segurança alimentar e confrontando com estratégias das Coopafis de venda em grandes centros.

No quadro das possibilidades, existe o reforço da atividade Café Colonial, em especial pelos feirantes da Afaeco que poderiam vender esse produto nos eventos regionais. De forma modesta houve essa contribuição do PPGDR, pois nos eventos formais realizados na instituição, sempre foi priorizada a logística do Café Colonial.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Audrey Merlin Leonardi. **O Desafio do Associativismo na Agricultura Familiar: O Caso dos Produtores Rurais Feirantes do Município de Pato Branco – PR**. Ponta Grossa: UEPG, 2007 – 161 p. Dissertação de Mestrado (Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2007.

ALBUNQUERQUE, Geandré Gomes. **Perfil dos Feirantes e Aspectos do processo de Comercialização de Hortícolas na Feira Livre de União dos Palmares**. Maceió: UFAL, 2010, 38 p. Monografia de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

ALMEIDA, Jalcione. **A Agroecologia Entre o Movimento Social e a Domesticação Pelo Mercado**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões Sobre o Conceito de Agricultura Familiar**. Disponível em: http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&source=hp&biw=1003&bih=419&q=REFLEX%C3%95ES+SOBRE+O+CONCEITO+DE+AGRICULTURA+FAMILIAR&aq=f&aqi=g1&aql=&oq=&gs_rfai=&fp=d7aafcb73a71f994 Acesso em 22-12-2010.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: Bases Científicas para uma agricultura sustentável**. Montevideo: Nordan–Comunidad, 1999.

ALVES, Adilson Francelino *et al.* Impacto das Agroindústrias Integradoras na Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná. **Espaço e Território**. Francisco Beltrão, v.1, n.1, p. 141- 164 dez. 2005.

ALVES, Adilson Francelino. **Do Desenho à Implementação de Projetos de Desenvolvimento Rural Sustentável: Interfaces e Negociações no Projeto Vida na Roça (Paraná)**. Florianópolis: UFSC, 2008, 234p. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

ANJOS, Flávio Sacco *et al.* **As Feiras Livres de Pelotas sob o Império da Globalização: Perspectivas e Tendências**. Pelotas – RS: Ufpel, 2005.197p.

ÂNGULO, JOSÉ Luís Gutiérrez. **Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG**. O.R. & A. Revista de Administração da UFLA – v.5 – n. 2 – julho/dezembro 2003.

BARROS, Flávio Bezerra. Sociabilidade, cultura e biodiversidade na Beira de Abaetetuba no Pará. **Ciências Sociais**. Unisinos, Vol. 45. Nº 2, maio-agosto, 2009. pp 152 – 161.

BELUSSO, Diane. **A Integração de Agricultores as Cooperativas Agrícolas Abatedoras de Frangos no Oeste do Paraná**. Presidente Prudente: UNESP, 2010. – 210 p. Tese Doutorado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2010.

BÍBLIA SAGRADA, Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Erechim: Edelbra, 1979. 1102 p.

BONETI, L.W. Formação e Apropriação do Espaço Territorial do Sudoeste do Paraná. *In: Espaço e Território*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: Uma Nova Ciência para Apoiar a Transição a Agriculturas mais Sustentáveis**. Disponível em: <http://www.coopgirasol.com.br/UserFiles/Leituras/Agroecologia%20nao%20e%20um%20tipo%20de%20agricultura%20alternativa.pdf> Acesso em 21-12-2010

CARVALHO, Flávio Giolo *et al.* Hábitos de Compra dos Clientes da Feira-livre de Alfenas-MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 12, n. 1, p. 131-141, 2010.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas. *In: A Questão Agrária*. In: Silva & Stolcke, São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHAYANOV, Alexander. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision SAIC, 1974. Traduzido do Original: (1925)

COÊLHO, Jacson Dantas. **Feiras Livres de Cascavel e de Ocara: Caracterização, Análise da Renda e das Formas de Governança dos Feirantes**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO PARANÁ (CONSEA, 2008): **POLÍTICA E SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO PARANÁ**. Disponível em: http://.consea.pr.gov.br/arquivos/file/cartilha_seguranca Acesso em 10-10-2010

CORONA, Hieda Pagliosa. **A Resistência Inovadora: A Pluriatividade no Sudoeste do Paraná**. Curitiba, UFPR, 1999. – 231p. Tese de Mestrado (Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.

COSTA, Caciana Cavalcanti *et al.* **Perfil dos Feirantes de Hortaliças da Feira de Pombal-PB**. *Hortic. bras.*, v. 27, n. 2 (Suplemento - CD Rom), agosto 2008.

DUARTE, Valdir Pereira. **Escolas Públicas do Campo**. Francisco Beltrão: Grafit, 2002.

DUARTE, Valdir Pereira. **Agroecologia: Concepção de Desenvolvimento, Ciência ou Eco-cultivo?** Francisco Beltrão: Assesoar, 2010.

DORIGON, Clovis. **Mercados de Produtos Coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em Construção.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. – 437 p. Tese de Doutorado (Engenharia da Produção). Departamento de Engenharia da Produção. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2010 PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES E ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS VISANDO A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS. Disponível em: www.setp.pr.gov.br. Acesso em : 12 -10 – 2010.

ELÍADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: A Essência das Religiões.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FERES, João Bosco. **Propriedade da Terra: Opressão e Miséria: O Meio Rural na História Social do Brasil.** Amsterdam: CEDLA, 1990.

GARCIA JR, Afrânio; HEREDIA, Beatriz. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: MENEZES, M. A de; GODOI, E. P. de. (org). **Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias.** Vol II. São Paulo: UNESP e NEAD, 2009.

GAZOLA, Márcio. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Uma Análise da Produção para o Autoconsumo no Território do Alto Uruguai/RS.** Porto Alegre: UFRGS, 2004. - 134 p. Dissertação de Mestrado (Mestre em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GLIESSMAN, Stphen. **Agroecologia - Processos ecológicos em Agricultura Sustentável.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000. 653p

GODOY, Wilson Itamar. **As Feiras Livres de Pelotas-RS: Estudo Sobre a Dimensão Socioeconômica de um Sistema Local de Comercialização.** Pelotas: UFPEL, 2005. – 284p. Tese de Doutorado (Doutorado em Produção Vegetal). Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. Sudoeste do Paraná, 2004.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. Sudoeste do Paraná, 2010. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_regioes/MontaPerfilRegiao.php?Municipio=106&bt.

JORNAL ESTADÃO. Disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/vidae_brasileiros-estao-se-alimentando-pior--mostra-pesquisa-do-ibge.654372.0.htm?x Acesso em 26- 12-2010

KAUSTKI, Karl. **A Questão Agrária**. Porto: Portucalense, 1972. Traduzido do Original: Die Agrarfage, 1898.

KHATONIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

KORB, Tobias *et al.* **Desenvolvimento Multidimensional do Campo**. Francisco Beltrão: Grafibem, 2010.

LANNOY, Christophe. **Quanto Ouro Branco Produz a Região de Beltrão In: Jornal de Beltrão**. Disponível em: <http://www.jornaldebeltroao.com.br/conteudo/noticia.asp?id=59201> Acesso em 27-12-10

Lei 11.718/08. A Nova Lei da previdência Rural. Disponível em: http://www.assisdocouto.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=60&Itemid=37 Acesso em 11 – 01 – 11

Lei N. 11.947 de 16 de Junho de 2009. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm Acesso em 26-10-10

LENOIR, Yves. Pesquisar e Formar: Repensar o lugar e a função da Prática de Ensino. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1299 – 1325 set/dez 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Elisa **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da Economia Política**. Tradução: Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, v.1. cap. 1 - 12. Tradução de: Das kapital: kritik der politischen ökonomie, 1889.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Mirian. Feira Livre: Territorialidade Popular e Cultura na Metrópole Contemporânea. In: **Ateliê Geográfico**. Goiânia-GO. v. 2, n. 4.agos/2008 p.72-87, página 72.

MICHELLON, Ednaldo *et al.* **Feira do produtor e os Entraves à Sua Organização e à Comercialização: o Caso de Paçandu**. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober). UEL – Londrina, 2007.

MICHELLON, Ednaldo *et al.* **Rede de Dinamização das Feiras da Agricultura Familiar-Redifeira: Uma Alternativa para a Inclusão Socioeconômica das Famílias Rurais**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Acre: 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Segurança Alimentar e Nutricional. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição/ DAB/ SAS- 2010. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/pnan.pdf> Acesso em: 26-12-10.

MODENENESE, Valéria Modenese. **Caracterização dos Consumidores de Produtos Adquiridos dos Agricultores Familiares que Comercializam Diretamente sua Produção, na Região de Jales – SP**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande: 2010.

PADILHA, Valquíria. **A Sociologia Vai ao Shopping Center**. São Paulo, Boitempo, 2006. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/maio2006/ju324pag11.html. Acesso em: 07 de Agosto de 2010.

PADILHA, Tânia Mara de Almeida. **Lênin e os Meandros da Questão Camponesa**. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/taniamara.pdf>

Acesso em 10-10-2010.

PEREIRA, William Fagner. **Feiras de Produtores Rurais do Município de Umuarama-PR: Importante Canal de Comercialização Para a Agricultura Familiar**. Umuarama: UEM, 2010.

PERES, João Bosco. **Propriedade da Terra: Opressão e Miséria. O Meio rural na História Social do Brasil**. Amsterdam, CEDLA, 1990.

PERONDI, Miguel Ângelo, **Diversificação dos Meios de Vida e Mercantilização da Agricultura Familiar**. 2007. 224 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO SUDOESTE DO PARANÁ – SUDOESTE DO PARANÁ, Editora Grafite, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO. **Prefeitura Vai Construir novo Mercado do Produtor**. Disponível em: <http://www.patobranco.pr.gov.br/noticias.aspx?id=352>. Acesso em: 20 de junho de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO. **Prefeitura Abre Licitação Para o Mercado do Produtor**. Disponível em: <http://www.patobranco.pr.gov.br/noticias.aspx?id=624>. Acesso em: 20 de junho de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO. **Mercado do Produto Inaugura Nesse Sábado**. Disponível em: <http://www.patobranco.pr.gov.br/noticias.aspx?id=715>. Acesso em: 20 de junho de 2010.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPGDR, 2010), Disponível em: <http://200.134.81.38/ppgdr> Acesso em: 20 de junho de 2010.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

RECH, Rogério, *et al.* **Escola Pública do Campo**. Francisco Beltrão: Grafite, 2000, v.1. p.78.

RECH, Rogério. **Estudo Comparativo entre Famílias que Utilizam e não Utilizam a Produção Orgânica na Localidade de Jacutinga – PR**. Palmas: Facipal, 2001, 30 p. Monografia (Lato Sensu) – Programa de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas, Setor de Pós – Graduação; Facipal, Palmas, 2001.

RECH, Rogério, *et al.* **Educação Integral**. Brasília: 2003, v.1. p.60.

RECH, Rogério. **Análise de Viabilidades dos Sistemas Agroecológicos de Ipê – RS Através da Programação Matemática**. Ijuí: Editora Unijuí, 2004, 222 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade Regional do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2004.

RECH, Rogério, *et al.* **Por uma Educação Pública do Campo**. Francisco Beltrão: Assesoar, 2004b, v.1.p. 102.

REZENDE, Marcelo Lacerda *et al.* Hábitos de Consumo: **Uma abordagem dos Consumidores da Feira Livre de Alfenas–MG**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1985.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Feiras do Jequitinhonha: Mercados, cultura e Trabalho de Famílias Rurais no Semiárido de Minas Gerais**. Fortaleza: UFL, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **A História da Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SCNHEIDER, Sérgio. MARTINELO, André Souza. Paralelos entre Antonio Candido e Alexandre Chayanov: Economia Fechada, Equilíbrio Mínimo e Rusticidade. In: **Revista Territórios e Fronteiras** V.3 n.2 – jul/dez 2010.

SCHENEIDER, Sérgio. CRUZ, Fabiana Thomé da. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**. v.5, n.2, p. 22-38, dez. 2010. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/ojs2/index.php?journal=rbagroecologia&page=about>.

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO E ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <http://www.trabalho.pr.gov.br/>. Acesso em 10 -10 - 2010.

SEGUNDO CONGRESSO DE TODA A RÚSSIA DOS SOVIETES DE DEPUTADOS OPERÁRIOS E SOLDADOS – Escritos de Lênin (1917) Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-puc-viva/23-edicao-31/768-segundo-congresso-de-toda-a-russia-dos-sovietes-de-deputados-operarios-e-soldados> Acesso em 10 - 01 - 2010

SILVA, José Graziano; STOLKE, Verena. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, Ermes Medeiros *et al.* **Estatística Para os Cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis**. São Paulo: Atlas, 1999,

SILVA, Maria Zênia Tavares. ARRAZOLA, Laura Suzana Duque. **Mulher, Política Pública de Segurança Alimentar e Relações de Gênero: Proposta para um debate**. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/S/Silva-Duque_Arrazola_37.pdf Acesso em 26-12-10.

SOUZA, Eliane Santana. SILVA, Patrícia. Perfil Socioeducacional do Feirante de Itabaiana – SE. **Psicologia & m foco**, Aracaju, Faculdade Pio Décimo, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009.

SOUZA, Luís Gonzaga. **Memórias de Economia: Uma Realidade Brasileira.** Biblioteca Virtual, 2010. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/libreria/index.htm>. Acesso em 03 de junho de 2010.

TONINI, Fábila *et al.* **A prática da comercialização nas feiras: experiências de agricultores e agricultoras familiares agroecológicos.** Disponível em: <http://www.assesoar.org.br/> Acesso em 15 de dezembro de 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VERONA, Luiz Augusto Ferreira. **O perfil de Produtores Orgânicos da Feira da Cidade de Chapecó.** In: VI Congresso Brasileiro de Agroecologia: Curitiba `PR, 2009. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2011/04/CBA-2009-Perfil-Consumidores-Feira-Chapec%C3%B3-scanner.pdf> Acesso em 10-01-2-111.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Em Busca da Modernidade Social; Uma Homenagem a Alexander Chayanov. In: Ferreira, Ângela; Brandenbure. **Para Pensar Outra Agricultura.** Curitiba: Editora UFPR, 1999.

ÍNDICE DE APÊNDICES E ANEXOS

| | |
|---|-----|
| APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO COM OS FEIRANTES..... | 117 |
| APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO COM O CONSUMIDOR..... | 129 |

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO COM OS FEIRANTES.

Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional.

Dissertação: Rogério Rech.

Nome:

Localidade:

I – Bloco de Análise Socioeconômica e de Perfil do Produtor, a Satisfação da Família.

a) Identificação. (socioeconômica, objetivo 02).

01 – Data da entrevista:

02 – Comunidade:

03 -Nome do responsável pelo estabelecimento.

04 -Tem outros domicílios no estabelecimento: sim () não (). Quem (). (1) Filho, (2) Filha, (3) Pais/Sogro, (4) Genro/nora, (5) Irmãos, (6) Empregados/Caseiros, (7) Outros.

05 – Quanto tempo a família reside na comunidade.

06 - Título da propriedade é: do responsável (); dos pais do responsável (); dos pais do cônjuge (); não têm título ().

b) Caracterização da Família. (socioeconômica, objetivo 02).

01- Origem étnica do responsável:

() brasileiro, () português, () polonês, () ucraniano, () italiano, () alemão, () outros _____

02 - Do cônjuge:

() brasileiro, () português, () polonês, () ucraniano, () italiano, () alemão, () outros _____

03 – Composição da família. (socioeconômica, objetivo 03).

| A. | Membros/nome | Grau de Parentesco. | Idade | Escolaridade | Residência | Ocupação Atual | 07- Horas Trabalho/Dia |
|----|--------------|---------------------|-------|--------------|------------|----------------|------------------------|
| | 01 | | | | | | |
| | 02 | | | | | | |

01- Primeiro nome de cada membro da família, do mais velho ao mais novo.

02 - (1) Responsável, (2) Cônjuge, (3) Filho, (4) Filha, (5) Pais/Sogro, (6) Pais, (7) Irmãos, (8) Netos, (9) outros

04 - (1) Sem escolaridade, (2) Pré-escola, (3) Ensino fundamental incompleto, (4) Ensino Fundamental completo, (5) Ensino médio incompleto (6) Ensino médio completo, (7) Ensino superior incompleto, (8) Ensino superior completo.

No caso de estar estudando acrescentar o número 1; se não estuda o 2.

05 - Residência:

() no estabelecimento no meio rural: () da comunidade; () do município; () da região; () outros; () no meio urbano do município; () no meio urbano da região; () outros

06 - Ocupação:

(1) Agricultor; (2) do lar; (3) Agroindústria; (4) Estudante; (5) Trabalho assalariado agrícola; (6) Trabalho assalariado não agrícola; (7) Aposentado/pensionista, (8) Autônomo, (9) Caseiro, (10) outros.

c) Condição do Domicílio.

01 - Condições da moradia.

() Madeira () Alvenaria () Mista

Ano de construção da casa _____ Tamanho da casa _____

Estado atual: () Bom () Razoável () Ruim

Possui forro: () Sim () Não

Banheiro: () Externo () Interno

Esgoto: () Fossa negra () Rede () Vala, sanga

Água: () Poço/vertente individual () Poço coletivo comunidade () Rede pública Encanada sim () não ()

Telefone () Fixo próprio () Fixo outros () Celular () Público

Luz elétrica () Sim () Não

Destino lixo orgânico:

() Enterra () Céu aberto/vala () Compostagem/adubo () Coleta pública

Destino lixo não orgânico doméstico:

() Enterra () Queima () Coleta pública _____vezes/ano

02 – Veículos e equipamentos domésticos

| | | | | | | | |
|------|----|-----------|-------------|-------------------|---------|-------|------------|
| Tipo | TV | Geladeira | Fogão a gás | Chuveiro Elétrico | Freezer | Rádio | Parabólica |
|------|----|-----------|-------------|-------------------|---------|-------|------------|

| | | | | | | | |
|---------|------------|------------------|-----------|-------|------|-----------|--|
| Quantia | | | | | | | |
| Tipo | Computador | Máquina de Lavar | Tanquinho | Carro | Moto | Bicicleta | |
| Quantia | | | | | | | |

d) Acesso aos Serviços pela Família. (socioeconômica, objetivo 02).

01 – Educação.

Quantos dependentes que residem na casa estão estudando:_____.

Eles estudam no:

Ensino fundamental da escola pública: () na comunidade; () no município; () outro

Ensino fundamental da escola privada: () na comunidade; () no município; () outro

Ensino Médio da escola pública: () na comunidade; () no município; () outro

Ensino Médio da escola privada: () na comunidade; () no município; () outro

Ensino superior: () público; () privado

Escola Familiar Rural sim () não () Número de filhos

Alfabetização jovens e adultos sim () não ()

02 – Saúde.

Cite três problemas de saúde enfrentados pela sua família que necessitaram de assistência:_____

Quando precisa de assistência tem sido atendido no (a):

Posto público: () na comunidade; () na cidade; () na região .

Clínicas médicas particulares: () no município; () na região () Estado. Utiliza plano de saúde () sim; () não

Assistência médica do sindicato ()

Hospital pelo SUS: () no município; () na região; () no Estado

Hospital particular: () no município; () na região; () no Estado. Utiliza plano de saúde () sim; () não

Dentistas: () no sindicato; () na saúde pública; () particular.

Utiliza plano de saúde () sim; () não

Benedeira () e ou curandeira ()

Farmácia: ()

Outros _____

03 - Assistência Social.

Cesta básica: 1. sim () 2. não ()

Bolsa família: 1. sim () 2. não ()

Bolsa do Programa de erradicação do trabalho infantil: 1. sim () 2. não ()

Outros benefícios: 1. sim () 2. não () _____

04 - Transporte Utilizado pela Família:

Transporte coletivo público: 1. sim () 2. não ()

Transporte coletivo privado: 1. sim () 2. não ()

Carro próprio: 1. sim () 2. não ()

Moto própria: sim () não ()

Outros: 1. sim () 2. não ()

e) Participação na Vida da Comunidade e do Município.

| Entidades/Instituições na comunidade | Entidade/Instituições no município |
|--|--|
| Igreja: sim (), qual: _____; não () | S.T Rurais: filiado: sim () não (); diretoria: sim () não () |
| Associação agricultores: sim () não () | S. Rural : filiado: sim () não (); diretoria: sim () não () |
| Clube de mães: sim () não () | Conselhos: sim (), qual: _____; não () |
| ONG's: sim () não () | Cooperativas: sim (), qual _____; não () |
| APM's: sim () não () | ONG's 1. sim (), qual: _____; não () |
| Outros: _____ | Associações de agricultores sim (), qual _____; não () |
| Não sabe () | Outros: _____ |

f) Acesso à Informação: (socioeconômica, objetivo 02).

Responsável:

Escuta rádio sim () não (). Qual o programa que mais gosta _____

Assiste televisão sim () não (). Qual o programa que mais gosta _____

Lê jornal sim () não () raramente () Qual notícia mais lhe interessa _____

Tem acesso à internet sim () não (). O que mais lhe interessa _____

Participa de cursos de formação profissional sim () não (). Cite dois mais importantes _____

Cônjuge:

Escuta rádio sim () não (). Qual o programa que mais gosta _____

Assiste televisão sim () não (). Qual o programa que mais gosta _____

Lê jornal sim () não () raramente () Qual notícia mais lhe interessa.

Tem acesso à internet sim () não (). O que mais lhe interessa.

Participa de cursos de formação profissional sim () não (). Cite dois mais importantes

Filhos:

Escutam rádio sim () não (). Qual o programa que mais gostam _____

Assistem televisão sim () não (). Qual o programa que mais gostam _____

Lê jornal sim () não () raramente () Qual notícia mais lhe interessa _____

Têm acesso à internet sim () não (). O que mais lhes interessa _____

Participa de cursos de formação profissional sim () não (). Cite dois mais importantes _____

g) Acesso ao Lazer: (socioeconômica, objetivo 02).

A família ou parte de seus membros frequentam as festas da comunidade promovidas pela:

- a) igreja: sim () não (); b) associação: sim () não (); c) política: sim () não ();
d) escola: sim () não ()

A família ou parte de seus membros frequenta as festas em outras comunidades:
sim () não ().

A família ou parte de seus membros visita: familiares (); vizinhos (); amigos ();
outros ().

A família ou parte de seus membros vai à cidade em busca de lazer sim () não ()
raramente ().

A família viaja de férias: todos os anos (); poucas vezes (); nunca ().
Para se divertir participam de: jogo futebol (); pescaria (); jogo de cartas (); bingo
(); caçada (); baile (); jogo bocha (); outros () _____

II – Análise da Viabilidade Econômica da Feira-livre.

a) Condição do Produtor. (meios de produção, objetivo 01)

| Estabelecimento | Prop. | Arrendatário | Parceiro | Meeiro | Ocupante | Total |
|-----------------|-------|--------------|----------|--------|----------|-------|
| Área | | | | | | |

b) Financiamentos. (meios de produção, objetivo 01)

| Tipo de financiamento | Fontes financiadoras | Valores financiados |
|-----------------------|----------------------|---------------------|
| Investimento | | |
| 2008/2009 | | |
| 2007/2008 | | |
| 2006/2007 | | |
| Custeio | | |
| 2008/2009 | | |
| 2007/2008 | | |
| 2006/2007 | | |

c) Quais são as estratégias da família para evitar frustrações na produção? (seca, geada, granizo, pragas). (meios de produção, objetivo 01)

- () Nenhuma () Diversificação de produção () Seguro agrícola ()
Poupança bancária () Poupança familiar () Outros

d) Tipos das mudanças na propriedade nos últimos 20. (Meios de Produção, Objetivo 01)

| Tipos de mudança | Aumentou | Diminuiu | Mesma | Motivo |
|---|----------|----------|-------|--------|
| Área Total do Estabelecimento. | | | | |
| Área co Lavoura. | | | | |
| Área de mato/floresta. | | | | |
| Área com Pastagem. | | | | |
| Numero de Culturas e Atividade Feira-livre. | | | | |
| Uso de Insumos químicos/agrotóxicos. | | | | |
| Uso de Insumos orgânicos/verde. | | | | |
| Uso de máquinas e implementos agrícolas | | | | |
| Volume pássaros silvestres | | | | |
| Volume de outros animais silvestres | | | | |
| Diversidade de animais silvestres | | | | |
| Volume de Peixes nos Rios | | | | |
| Diversidade de Espécies de Peixe nos Rios. | | | | |
| Tipos de Pragas e Doenças. | | | | |
| Fertilidade do Solo. | | | | |
| Volume de Água das Nascentes. | | | | |
| Volume de Água dos Córregos e Rios. | | | | |
| Qualidade de Água das Nascentes. | | | | |
| Qualidade da Água dos Córregos e Rios. | | | | |
| Mão de Obra Empregada na Propriedade. | | | | |
| Renda Familiar. | | | | |

e) Manejo e conservação. (ambiental, objetivo 01 e 02)

01 - Curva de nível () ; Terraceamento () ; plantio no nível ()

02 - Cultiva em áreas quebradas: sim () não ()

03 - Rotação de culturas sim () não ()

04 - Queimadas sim () não ()

05 - Adubação verde sim () não ()

06 - Adubação orgânica sim () não ()

07 - Plantio Direto sim () não ()

08 - Sistemas Agroflorestais sim () não ()

f) Problemas com os recursos naturais do estabelecimento. (ambiental objetivo 02)

Existem tipos diferentes de solos: sim () não () Frequência:

Existem erosões de solos: sim () não ()

Existem nascentes, sangas, córregos? sim () não () Quantas? _____

Existe proteção artificial nas nascentes sim () não ()

Existe mata ciliar nestas áreas de nascentes e córregos sim () não ()

Utiliza-se água da propriedade para que finalidade: Irrigação (); Abastecimento de pulverizadores (); Limpeza de maquinas e equipamentos (); Criação ();

Outros () _____

Utiliza madeira da propriedade: sim () não ()

g) Destino das embalagens de agrotóxicos e produtos veterinários. (ambiental, objetivo 02)

Recolhido pela SEAB ou empresas : 1. sim () 2. não () Cada quanto tempo?

Queima na propriedade : 1. sim () 2. não ()

Enterra na propriedade : 1. sim () 2. não ()

Reutiliza : 1. sim () 2. não ()

Deixa a céu aberto : 1. sim () 2. não ()

Armazena na propriedade: 1. sim () 2. não ()

h) Assistência Técnica: 1. sim () 2. não ()

Secretaria Municipal () Emater () . Privada () _____
(nome)

SENAR () SEBRAE () ONG's () Universidade () Cooperativa ()

Outros () _____

i) Análise da produção bruta anual. (econômica, objetivo 01)

| | |
|--------------------|--|
| Produção Agrícola. | |
| Produção Pecuária. | |

| | |
|---|--|
| Derivados da Produção Vegetal e Animal. | |
| Aposentadorias e Pensões. | |
| Renda não Agrícola. | |
| Arrendamento de Terras. | |
| Aluguel de Máquinas. | |
| Renda Trabalho Agrícola fora Estabelecimento. | |
| Programas Sociais. | |
| Outros. | |
| Renda Total sem a feira livre | |

j) Análise econômica da feira. (socioeconômica, objetivo 02).

Equipamentos utilizados

| | | | |
|--|--------|--|--|
| Equipamentos | Trator | | |
| Valor Novo | | | |
| Valor Residual | | | |
| Tempo de Uso | | | |
| Percentual do Tempo Utilizado na Atividade Feira- livre. | | | |

l) Produtos da feira. (socioeconômica objetivo 02).

| Produto | Produção | Preço / Unidade | Auto Consumo | Horas trabalhadas | Área Utilizada | Gastos Totais |
|---------|----------|--------------------|-----------------|----------------------|-------------------|------------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

III – Bloco de questões fechadas e abertas sobre a feira com questões referentes à comercialização. (socioeconômica, objetivo 02).

01-Como começou a participar da feira?

02- Quais as entidades envolvidas? O que ouvia nas reuniões?

03-Pensa em continuar na atividade?

04-Quais as principais dificuldades?

05 - De quais entidades participa? Qual o seu lazer? O que pensa sobre a prefeitura municipal ou o estado com relação à orientação?

06-Com quem aprendeu a fazer as receitas e o trato com a terra?

07-Qual a sua satisfação com a atividade de feirante?

() insatisfeito () parcialmente satisfeito () satisfeito () muito satisfeito

08-Já pensou em abandonar a atividade de feirante?

() sim () não () tenho dúvidas () nunca pensei nisso

09-Se já pensou, porque não abandonou ainda?

- só sabe fazer isso não se imagina em outra atividade gosta desta atividade
 falta de uma oportunidade melhor não tem capital para iniciar outra atividade
 está velho para arriscar-se em outra atividade tem esperança que ainda vai melhorar

10-No seu entendimento as feiras livres de Ampére, considerando o modo como hoje estão organizadas têm um futuro promissor?

- sim não tenho dúvidas nunca pensei nisso

11- Qual sua opinião sobre a coordenação da feira?

12-Como se sente como feirante?

13-Existem outras coisas que o leva a fazer feira além do dinheiro recebido?

14-Qual a sua opinião sobre a agroecologia? O que leva as pessoas a fazer esta atividade?

15-Costuma fazer compras à vista ou a prazo?

16-Descrição do ambiente, peculiaridades e falas interessantes.

17-Existem outras receitas como algum benefício do governo ou aposentadoria?

18-O que é feito das sobras das feiras? Pensa em industrializar?

19-Quais são os projetos/perspectivas de futuro da família no estabelecimento?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO COM O CONSUMIDOR.

Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional.

Dissertação: Rogério Rech.

Nome:

Localidade:

**I – Bloco de análise socioeconômica e de perfil do consumidor.
(socioeconômica do consumidor, objetivo 03)**

01 - Qual a sua idade?

02 - Sexo:

03-. Qual o seu grau de instrução? () analfabeto () 1º grau incompleto () 1º grau completo () 2º grau incompleto () 2º grau completo () superior () pós-graduado

04- Qual a renda da família?

05 – Qual o período de compra:

() semanal () quinzenal () mensal () de forma esporádica.

06 – Por que prioriza a feira?

07 – O que descreve como mais importante neste espaço de comercialização?

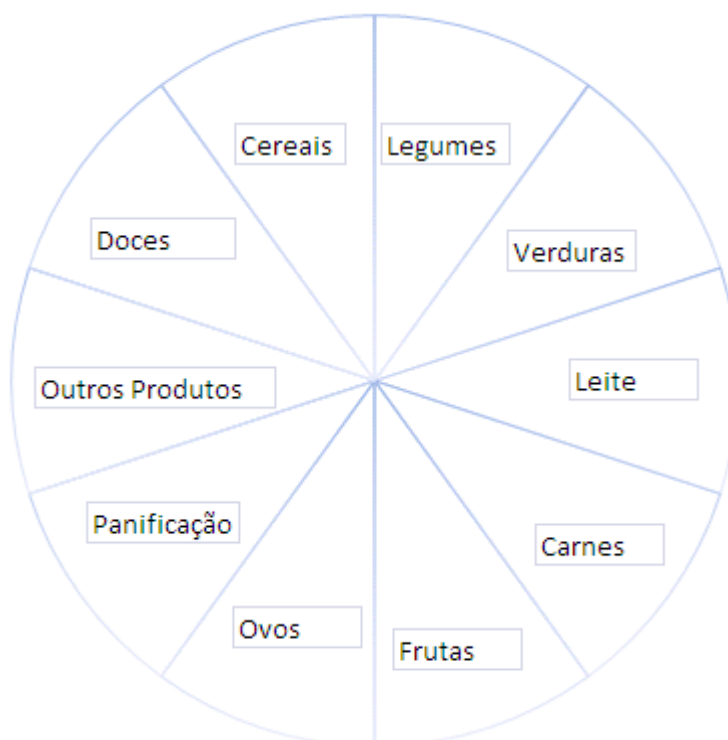
08 – Quais as críticas às feiras?

09 – Compra sempre do mesmo produtor?

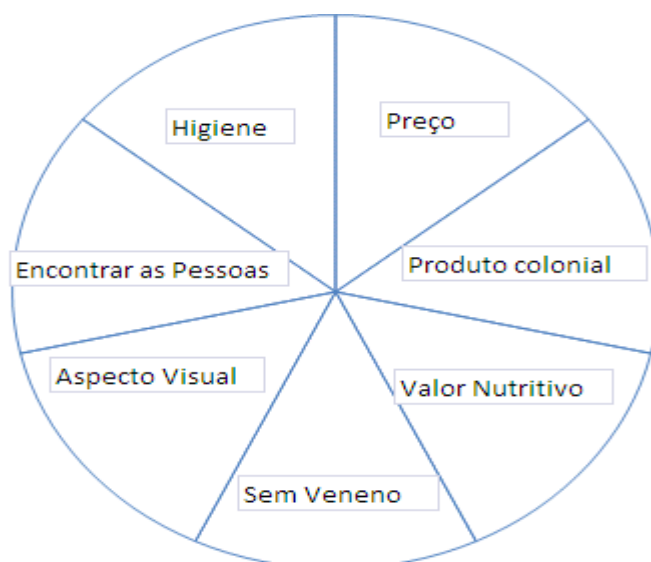
10 - Disco utilizado para verificar a importância do Convencional e do Agroecológico para o consumidor.



11 - Disco utilizado para verificar a preferência pelos produtos da feira livre.



11 – Disco utilizado para verificar os motivos que levam o consumidor a optar pela feira.



12-No seu entendimento as feiras livres de Ampére, considerando o modo como hoje estão organizadas têm um futuro promissor?

() sim () não () tenho dúvidas () nunca pensei nisso.